



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM SOCIEDADE,  
CULTURA E FRONTEIRAS – MESTRADO E DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE**

**ANGELA AICHE KITTLAUS BAALBAKI**

**BUROCRACIA E CONTROLE DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ: O  
REGISTRO DE CLASSES ON-LINE**

**FOZ DO IGUAÇU - PR  
2022**

**ANGELA AICHE KITTLAUS BAALBAKI**

**BUROCRACIA E CONTROLE DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ: O  
REGISTRO DE CLASSES ON-LINE**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Linha de pesquisa: Trabalho, Política e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tamara Cardoso André

**FOZ DO IGUAÇU - PR  
2022**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Baalbaki, Angela Aiche Kittlaus  
Burocracia e controle das escolas estaduais no Paraná: o registro de classe on-line / Angela Aiche Kittlaus Baalbaki; orientadora Tamara Cardoso André. -- Foz do Iguaçu, 2022.  
116 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Foz do Iguaçu) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, 2022.

1. Políticas Públicas Educacionais. 2. Escola. 3. Burocracia. 4. RCO. I. Cardoso André, Tamara, orient. II. Título.



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Foz do Iguaçu - CNPJ 78.680.337/0004-27

Av. Tarquínio Joslin dos Santos, 1300 - Fone: (45) 3576-8100 - Fax: (45) 3575-2733

Pólo Universitário - CEP 85870-650 - Foz do Iguaçu - Paraná



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

## ANGELA AICHE KITTLAUS BAALBAKI

### BUROCRACIA E CONTROLE DAS ESCOLAS ESTADUAIS NO PARANÁ: O REGISTRO DE CLASSE ON-LINE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociedade, cultura e fronteiras, área de concentração Sociedade, Cultura e Fronteiras, linha de pesquisa Trabalho, Política e Sociedade, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

Orientador(a) - Tamara Cardoso André

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Silvana Aparecida de Souza

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Foz do Iguaçu (UNIOESTE)

Fernando Correa Prado

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila)

Foz do Iguaçu, 26 de setembro de 2022

Prof. Dr. Fabio Lopes Alves  
Coordenador Especial do Programa de Pós-Graduação em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras – Mestrado e Doutorado  
Portaria nº 0497/2022-GRE, de 07 de fevereiro de 2022

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, sem ele nada seria possível.

Aos meus filhos Gabriel, Matheus e Bruno, que me acompanharam durante esta jornada, dividindo minha atenção com os livros e pesquisas, com paciência e entendendo minha ausência. Obrigada meus amores pelos anos de alegria, carinho e amor. Amo vocês acima de tudo.

Ao meu esposo Wagner que me apoiava e me carregava sempre que necessário, Deus o quis para perto e então não pode realizar esta caminhada ao meu lado até o fim. Obrigada amor pelo tempo que passamos juntos, que sua alegria continue por onde estiver.

A minha mãe Selmira, que não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida. Mãe eu nunca encontraria palavras que fossem suficientes para lhe agradecer por toda dedicação, carinho e amor, comigo e com meus meninos.

Agradeço a todos os professores da Unioeste – Foz que contribuíram para minha formação acadêmica. A professora Silvana Aparecida de Souza, a professora Denise Rosana de Moraes, professoras que admiro desde o primeiro dia de aula da faculdade e a admiração só aumenta a cada palestra, a cada ensinamento. Obrigada pelas palavras de carinho e incentivo a todo o momento.

Em especial agradeço a professora Tamara, minha orientadora, muito obrigada pela paciência, compreensão e incentivo nessa fase tão importante, mas pelos percalços, tão difícil de minha vida. Não conseguiria sem seu apoio.

E por fim, a todos os meus amigos que caminharam comigo e que torceram por mim.

Foi um período muito difícil, pois ao mesmo tempo da alegria de cursar o mestrado, veio o medo e as angustias da pandemia do Coronavírus, o acidente que tirou a vida de meu esposo, e com isso a dor de perdê-lo e as dificuldades de enfrentar tudo sozinha, mantendo-se forte para servir de apoio aos filhos. Mas vieram também as alegrias, o nascimento do meu caçulinha Bruno, que foi minha maior força para ficar bem e cuidar dele com todo o amor que ele merece, e a conclusão desta pesquisa.

Muito obrigada a todos!

BAALBAKI, Angela Aiche Kittlaus Baalbaki. **Burocracia e Controle das Escolas Estaduais no Paraná: O Registro de Classes On-line**. 2022. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu.

## RESUMO

A burocracia, presente e enraizada nos projetos e sistemas implantados nas instituições escolares criados conforme os interesses da classe dominante e imposta pelo Estado, é reflexo de políticas públicas educacionais. Nas escolas públicas Estaduais do Paraná, os programas e sistemas, como o Registro de Classe *On-line* (RCO), são ferramentas de burocratização e controle das práticas escolares. Esta pesquisa tem como foco a análise dos processos burocráticos materializados no RCO e programas atrelados a ele. O fundamento teórico-metodológico é o materialismo dialético, por meio de análise bibliográfica e documental, bem como relato pessoal de experiência com o uso do RCO na escola. O objetivo geral é analisar o RCO como instrumento de controle sobre a educação e a escola. São objetivos específicos: conhecer as principais concepções da relação entre burocracia e Estado; analisar e conceituar o RCO de uma perspectiva histórica e dialética; descrever como o sindicato dos trabalhadores em educação do Estado do Paraná (APP-Sindicato), vem orientando sobre o RCO. O primeiro capítulo discute conceitos de Estado e burocracia sob diferentes concepções. O segundo capítulo analisa o RCO e seu papel burocrático na escola, bem como as orientações da APP-Sindicato. Por fim, considerando as pesquisas bibliográficas e a prática escolar, a última parte é dedicada a uma análise sobre o funcionamento do sistema RCO e dos programas atrelados a ele, bem como as contradições entre o discurso das propostas apresentadas pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR) e o sistema implementado nas escolas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas Educacionais. Escola. Burocracia. RCO

BAALBAKI, Angela Aiche Kittlaus Baalbaki. Bureaucracy and Control of State Schools in Paraná: The Online Class Record. 2022. 116 f. Dissertation (Master in Society, Culture and Borders) – State University of Western Paraná. Foz do Iguaçu.

## **ABSTRACT**

The bureaucracy, present and rooted in the projects and systems implemented in school institutions created according to the interests of the ruling class and imposed by the State, is a reflection of educational public policies. In state public schools in Paraná, programs and systems, such as the Online Class Registration (RCO-Registro de classe online), are tools for bureaucratization and control of school practices. This research focuses on the analysis of the bureaucratic processes materialized in the RCO and programs linked to it. The theoretical-methodological foundation is dialectical materialism, through bibliographical and documentary analysis, as well as a personal report of experience with the use of RCO in school. The general objective is to analyze the RCO as an instrument of control over education and the school. The specific objectives are: to know the main conceptions of the relationship between bureaucracy and the State; analyze and conceptualize RCO from a historical and dialectical perspective; describe how the union of workers in education of the State of Paraná (APP-Sindicato), has been advising on the RCO. The first chapter discusses concepts of State and bureaucracy under different conceptions. The second chapter analyzes the RCO and its bureaucratic role in the school, as well as the APP-Sindicato guidelines. Finally, considering the bibliographical research and school practice, the last part is dedicated to an analysis of the functioning of the RCO system and the programs linked to it, as well as the contradictions between the discourse of the proposals presented by the Secretary of Education of Paraná (Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED-PR) and the system implemented in schools.

**Keywords:** Educational Public Policies. School. Bureaucracy. RCO

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 – Modelo RCO - módulo planejamento.....	40
Figura 2 - layout Registro de Classe Online chave professor.....	40
Figura 3 - layout Registro de Classe Online chave pedagogo.....	43
Figura 4 - layout Registro de Classe Online chave diretor.....	44
Figura 5 - layout Registro de Classe Online chave secretário.....	45
Figura 6 – Tripé de atuação da Tutoria Pedagógica.....	47
Figura 7 – Dados do Programa Presente na Escola de acordo com o BI .....	49
Figura 8 - Modelo de Trilha pedagógica .....	73
Figura 9 - Modelo de relatório diário de conferência dos lançamentos no RCO.....	76

### TABELAS

Tabela 1 - Cálculo para demanda de Pedagogo.....	65
Tabela 2 – Modelo Agenda para pedagogos.....	74
Tabela 3 - Quadro de disciplinas para o Ensino Médio .....	78
Tabela 4 - Calendário de avaliações internas .....	79
Tabela 5 – Organização SAEB por etapas .....	99

## LISTA DE SIGLAS

ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

APP Sindicato- Associação dos Professores do Paraná.

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CNE- Conselho Nacional de Educação.

CFE- Conselho Federal de Educação.

CONARCFE - Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores

CREP - Currículo da Rede Estadual Paranaense.

FGV – Fundação Getúlio Vargas

IDEB - Índice de desenvolvimento da Educação Básica

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

LRCO - Livro de Registro de Classe On-line.

MEC- Ministério da Educação e Cultura.

NGP - Nova Gestão Pública

NRE - Núcleo Regional da Educação.

PAR - Plano de Ações Articuladas

PDE/PR- Programa de Desenvolvimento Educacional do Paraná.

PPP- Projeto Político Pedagógico.

RCO – Registro de Classe On-line.

SAEB- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

USP - Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1. AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E BUROCRACIA</b> .....	14
1.1 CONCEITOS DE ESTADO .....	14
1.2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E BUROCRACIA .....	20
1.3 A BUROCRACIA SEGUNDO WEBER .....	21
1.4 A BUROCRACIA PARA MARX .....	25
<b>2. BUROCRACIA COMO FORMA DE CONTROLE SOBRE A EDUCAÇÃO E A ESCOLA</b> .....	29
2.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO RCO .....	37
2.1.1 Funções do RCO na chave do professor .....	38
2.1.2 Funções do RCO na chave do pedagogo .....	41
2.1.3 Funções do RCO na chave do diretor .....	43
2.1.4 Funções do RCO na chave do secretário .....	44
2.2 PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA .....	46
2.3 ESCOLA TOTAL – POWER BI .....	47
2.4 PROGRAMA “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS” .....	49
2.5 RCO: FERRAMENTA DE APOIO OU DE CONTROLE? .....	50
2.6 APP- SINDICATO: BREVE HISTÓRICO .....	50
2.7 O RCO SEGUNDO AS ANÁLISES DA APP-SINDICATO .....	51
2.8 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DO RCO A VOZ DA PROFESSORA PEDAGOGA .....	55
2.9 O TRABALHO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 .....	66
2.10 O TRABALHO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA ESCOLAR NO RETORNO PÓS PANDEMIA .....	74
2.11 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO RCO .....	82
2.12 RCO – O SISTEMA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE SOBRE A ATIVIDADE DOCENTE .....	86
<b>3. GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A ESCOLA E SUA FUNÇÃO EDUCATIVA</b> .....	89
3.1 GESTÃO ESCOLAR E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA .....	98
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	105
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	109

## INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro é marcado por lutas e manifestações em prol de uma educação de qualidade mais justa e igualitária. Mesmo diante dos avanços conquistados, para falar em qualidade da educação requer-se profunda análise, mudança e transformação dos sistemas e das políticas educacionais, visto que estas descendem do sistema capitalista na qual estamos inseridos, e, neste, o Estado é controlado por uma minoria, que se tornou classe dominante por deter o poder econômico. Devido a isso, as ações do Estado estão voltadas a atender aos interesses dessa classe dominante e, no que se refere à escola, não é diferente. A escola é vista por meio de um viés mercadológico, que visa a diminuição de custos do Estado e o lucro para os empresários, não necessariamente a qualidade da educação para as classes populares. Em se tratando de processo de formação humana, como é o caso da educação, não é possível conciliar a economia de custos, a acumulação ampliada do capital e a qualidade da vida, da educação e demais bens simbólicos e universais.

Através das políticas educacionais, são implantados processos burocráticos para que o Estado possa ter o controle sobre as instituições escolares, com o intuito de moldar o trabalho docente, estipulando metas a serem alcançadas. Esses processos acabam interferindo no trabalho docente e retiram a autonomia da escola, que, de acordo com Gadotti e Romão (2000, p. 44), está garantida na Constituição Brasileira, prevendo pluralismo de ideias e gestão democrática do ensino público.

Embora esses princípios estejam pautados na Constituição Federal, abrindo espaço para participação e gestão democrática, na prática o cotidiano escolar está cada vez mais sendo sobrecarregado pelos processos burocráticos, que engessam o trabalho através de projetos, programas e metas a serem alcançadas. Essa burocratização do ensino reflete diretamente sobre a escola e o trabalho docente.

Sobre a participação e a autonomia da escola prevista na própria Constituição, percebe-se que esta é muito limitada. Na prática, a “autonomia” depende de concessões, das quais o Estado burocrático utiliza-se para desvencilhar-se da responsabilidade pela manutenção da escola. De acordo com Cervi (2010), a liberdade das escolas é condicionada ao cumprimento de leis e resoluções.

Assim, a hipótese deste trabalho é que essa autonomia, restrita a regras e normas, na prática não existe. O Estado funciona como regulador da escola, para que esta atenda aos seus interesses, que são os mesmos da classe dominante, em detrimento dos desejos e necessidades do povo.

Partindo dessa discussão, do caráter mercadológico atribuído às escolas e a ausência de autonomia, a presente pesquisa tem como foco a análise sobre os processos burocráticos que são implantados como forma de controle e engessam o trabalho docente. O objeto de estudo é a análise do sistema de Registro de Classe On-line (RCO). O RCO é um software desenvolvido em 2012 pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED-PR) em conjunto com a empresa pública de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - CELEPAR. O sistema foi implantado nas escolas públicas estaduais do Paraná a partir de 2013, com projeto piloto em 16 escolas selecionadas. Em 2016 foi ampliado para mais 10% de escolas, e, em 2017, para mais 35% das instituições de ensino públicas do Estado. Em seguida foi sendo implantado gradativamente nas demais instituições de ensino da rede estadual do Paraná, até atingir a totalidade. Segundo dados disponibilizados pela SEED-PR, em 2021 o Estado do Paraná possuía 2.109<sup>1</sup> escolas estaduais, atendendo a 47.611 turmas, compostas por 1.024.937 alunos matriculados. Teoricamente, a finalidade do sistema RCO seria diminuir a burocracia, ao substituir o livro impresso.

O interesse por essa investigação tem relação com meu exercício profissional, pois atuo como pedagoga da rede pública estadual de educação de Foz do Iguaçu e vivencio, na prática, as dificuldades que a escola pública enfrenta em relação à falta de autonomia, que a meu ver são reflexo da burocratização nos processos educacionais. Por este motivo, tendo como fundamento teórico principal o materialismo dialético, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o RCO como instrumento de controle sobre a educação e a escola. São objetivos específicos: conhecer as principais concepções da relação entre burocracia e Estado; analisar e conceituar o RCO de uma perspectiva histórica e dialética; descrever como o sindicato dos trabalhadores em educação do Estado do Paraná, APP sindicato, vem orientando sobre o RCO.

---

<sup>1</sup>Consulta Escolas - SEED-PR. Disponível em:< <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/>> Acesso em 23 de jun. 2022.

A pesquisa parte do seguinte questionamento: o Estado, através da burocratização dos sistemas, controla a atividade docente na rede Estadual de Ensino do Paraná? Como o RCO se constitui de modo a exercer esse controle burocrático sobre a ação docente?

Este estudo tem como base a metodologia de análise bibliográfica. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica busca agregar outros trabalhos já realizados e que tragam dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pode ajudar na planificação do trabalho e evitar possíveis erros, além de representar uma fonte indispensável de informações.

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema da pesquisa; livros, revistas, pesquisas, monografias, teses, jornais, entre outros; inclusive meios de comunicação orais e audiovisuais. No entanto, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi escrito sobre determinado tema, mas propicia o exame de determinada problemática sob nova perspectiva, chegando a conclusões inovadoras.

Partindo, assim, de uma revisão bibliográfica para entender como funciona o processo de controle do Estado sobre a escola, é necessário primeiramente uma leitura sobre o que é Estado e a sua relação com a burocracia e a escola. Para tanto, a primeira parte dessa pesquisa apresenta conceitos de Estado, a partir de diferentes autores que dedicaram suas pesquisas à definição do tema. Em seguida, apresenta análise bibliográfica sobre os conceitos de burocracia, contrapondo as concepções de Max Weber e Karl Marx.

A segunda parte da pesquisa apresenta análise dos processos burocráticos nas instituições de ensino, seguido de uma apresentação sobre os estudos já realizados sobre o tema. Em seguida, descreve o RCO, sua implementação, suas funcionalidades e como o sindicato dos trabalhadores em educação do Estado do Paraná, APP- sindicato, vem tratando sobre o RCO, seguido de relato de experiência sobre a utilização do sistema na primeira pessoa, desta pesquisadora, pedagoga da rede estadual de ensino. O trabalho reflete sobre como a burocratização afasta o pedagogo de suas reais funções na gestão de uma escola pública. Por fim, considerando as pesquisas bibliográficas e a prática escolar, a última parte é dedicada a uma análise sobre o funcionamento do sistema RCO e dos

programas vinculados a ele, bem como as contradições entre o discurso das propostas apresentadas pela SEED-PR e o sistema implementado na escola.

## 1 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E BUROCRACIA

Para entender as relações presentes entre Estado, burocracia e escola, é fundamental, primeiramente, uma apresentação do conceito de Estado e o poder que ele representa. Dessa forma, este primeiro capítulo aborda os conceitos de Estado, burocracia e poder.

### 1.1 CONCEITOS DE ESTADO

Não existe um conceito unívoco e consensual sobre Estado. Segundo Montañó e Duriguetto (2010), os estudos sobre o Estado iniciam-se com Platão, Aristóteles e Maquiavel.

Para Maquiavel (Florença, 1469-1527), o Estado é o espaço onde o ator político atua, exercendo sua coerção e procurando regular a ordem social. A sociedade para Maquiavel é onde o povo desenvolve suas atividades econômicas e familiares, local onde o Estado não deve intervir.

Para Gruppi (1980) “Maquiavel, ao refletir sobre a realidade de sua época, elaborou não uma teoria de Estado moderno, mas sim uma teoria de como se formam os Estados de como na verdade se constitui o Estado moderno” (GRUPPI, 1980, p. 10). Conforme o autor, para Maquiavel o Estado passa a ter suas próprias características, faz política, segue suas leis.

Já os modelos contratualistas, de Hobbes e Locke, são constituídos por dois elementos: o estado de natureza e o estado civil.

No “estado de natureza” os indivíduos vivem isolados e atuam segundo suas paixões, instintos e interesses. Nele os indivíduos são livres e iguais, sendo o local do exercício dos direitos individuais naturais. Já no “estado civil” (ou político), os indivíduos estão unidos e vivem segundo os ditames da razão a partir de normas e autoridades constituídas. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p.23)

Para Hobbes (Inglaterra, 1588-1679), no estado de natureza há concorrência por bens e interesses, o que coloca uns contra outros, com capacidade de alcançar fins, sendo necessário criar e estabelecer regras de convívio social e de subordinação política, o que requer um poder soberano exercido pelo Estado. Gruppi (1980) apresenta uma descrição sobre a teoria de estado para Hobbes:

Quando os homens primitivos vivem no estado natural, como animais, eles se jogam uns contra os outros pelo desejo de poder, de riquezas, de propriedades. É o impulso à propriedade burguesa que se desenvolve na Inglaterra: “homo homini lupus”, cada homem é um lobo para seu próximo. Mas como, dessa forma, os homens destroem-se uns aos outros, eles percebem a necessidade de estabelecerem entre eles um acordo, um contrato. Um contrato para constituírem um Estado que refreie os lobos, que impeça o desencadear-se dos egoísmos e a destruição mútua. Esse contrato cria um Estado absoluto, de poder absoluto. (GRUPPI, 1980, p. 12-13)

Para Hobbes, a finalidade da constituição do Estado é a garantia de paz, segurança e lei e a melhor forma de governo seria a monarquia, sendo o soberano o único poder (legislativo e executivo).

Assim como Hobbes, Locke (Inglaterra, 1632-1704), também tinha a preocupação com a forma como o poder político deveria garantir a segurança, a paz e a liberdade da esfera privada. Mas, em contraposição, para Locke é o trabalho que justifica a propriedade e esta é um direito natural.

A passagem do Estado de natureza à sociedade civil ou política, mediante o contrato social, se faz, assim, para *assegurar e conservar* o direito natural à propriedade. Ou seja, a garantia da propriedade é a finalidade em função da qual os homens instituem o Estado. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p.26)

Dessa forma, para preservar sua liberdade e propriedades, os indivíduos criam um poder político, o Estado, que deve representar os interesses da maioria. Também diferente de Hobbes, Locke rejeitava a noção de um estado absoluto e defendia a idéia de um poder executivo e um corpo legislativo. O poder executivo tem um poder limitado e é subordinado ao poder legislativo. Dessa forma, o poder político é somente garantido ao representante do poder executivo enquanto se cumprem os interesses dos representantes do poder legislativo, conforme as leis estabelecidas no contrato social.

De acordo com Gruppi (1980, p. 14), para Hobbes o contrato gera um Estado absoluto, já para Locke o Estado pode ser desfeito como qualquer contrato. Para Hobbes e Locke o Estado deveria proteger apenas os donos de propriedades. Sobre isso, Montañó e Duriguetto apresentam os conceitos de Rousseau (Suíça, 1712-1778):

Rousseau denuncia que a ordem política visualizada por Hobbes e Locke como instrumento que garantirá a segurança e o interesse de todos acaba por defender e proteger os interesses de poucos, ou seja, apenas dos proprietários, ratificando assim a desigualdade e a dominação política dos “poderosos” sobre os “fracos” (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p.28).

Para Rousseau, só é legitimamente constituído o Estado em que o povo exerce diretamente o poder legislativo e onde o poder executivo encarrega-se da execução de leis declaradas pela vontade geral. Rousseau, segundo Gruppi (1980, p. 18) dizia que Hobbes, ao descrever os homens como lobos, não aludiu à natureza do homem, mas sim ao homem da sua época. Para Rousseau, ao contrário de Hobbes, é a civilização que perturba as relações humanas.

Para Rousseau a sociedade também nasce de um contrato: “ele apresenta a mesma mentalidade comercial e o mesmo individualismo burguês. O indivíduo é preexistente e funda a sociedade através de um acordo, de um contrato” (GRUPPI, 1980, p.18). A diferença é que, para Locke, o contrato produz a sociedade e o governo, enquanto para Rousseau, o contrato só constitui a sociedade. Para Rousseau, o povo não pode perder sua soberania, e, assim, não pode criar um Estado distinto ou separado de si mesmo.

Hegel (Alemanha, 1770-1831), vem a ser o primeiro a fixar o conceito de sociedade civil como algo distinto e separado do Estado político. Segundo Gruppi (1980, p.24): para Hegel “não há sociedade civil se não existir um Estado que a construa, que a componha e que integre suas partes; não existe povo se não existir Estado, pois é o Estado que funda o povo e não o contrário”. Dessa forma, a soberania é do Estado. Segundo Montañó e Duriguetto (2010), Hegel concebe o Estado como descrição do Estado Burguês na sociedade capitalista:

Para Hegel, caberia o Estado garantir o bem público ao mesmo tempo em que preserva a sociedade civil e seus fundamentos, dentre os quais, a propriedade privada. O Estado é, assim, transformado *no sujeito real que ordena, funda e materializa a universalização dos interesses privatistas e particularistas da sociedade civil.* (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010. p.33)

Tocqueville (França, 1805-1859), segundo as explicações de Montañó e Duriguetto (2010, p. 53), afirma que nem todos podem participar do governo, pois não estão preparados para governar e é difícil lhes fornecer experiência. Portanto,

deve-se desenvolver um grau de participação fora do governo, na sociedade civil, para garantia da igualdade de oportunidades.

Para ele, “sociedade civil” é o espaço extra estatal e não mercantil, onde as maiorias (os cidadãos comuns) se organizam livremente para se expressarem e para gerir e defender seus interesses. O governo é centralizado (centralização governamental) e comandado pela minoria esclarecida, enquanto na sociedade civil, descentralizada administrativamente, participam as maiorias, o povo. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p.53)

Tocqueville apresenta uma proposta que, no fundo, tem a intenção de deixar apenas uma minoria no comando: os detentores de poder.

Contra-pondo-se ao pensamento de Hegel, para quem o Estado transcende a sociedade como uma coletividade idealizada, Marx (Alemanha, 1818-1883) e Engels (Alemanha, 1820-1895), afirmam que o Estado emerge das relações de produção.

(...) o Estado para Marx e Engels emerge das relações de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Assim, a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e ao ter o controle sobre o trabalho no processo de produção, passa a constituir a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expressar os seus interesses, em normas e leis. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p. 36)

Para Marx e Engels, o Estado não representa o interesse universal, mas o interesse de uma classe dominante. Segundo Gruppi (1980, p. 25) “Com a concepção marxista, surge uma visão crítica do Estado. A crítica da concepção burguesa do Estado – e, por conseguinte, da democracia burguesa ou do liberalismo”. Para Engels existiram sociedades nas quais não existia um Estado. As sociedades tribais são um exemplo disso.

O Estado torna-se uma necessidade a partir de um determinado grau de desenvolvimento econômico, que é necessariamente ligado à divisão da sociedade em classes. O Estado é justamente uma consequência dessa divisão, ele começa a nascer quando surgem as classes e, com elas a luta de classes. (GRUPPI, 1980, p.30)

Conforme o autor, quando se produzem as diferenças nas relações de produção, na qual de um lado estão os proprietários, e, do outro, os que ali trabalham, essas relações determinam a formação de classes. Surge como consequência, de um lado, a luta de classes, e, de outro, a necessidade de um

Estado para que a classe detentora dos meios de produção institucionalize sua dominação.

Então o Estado é o resultado de um processo pelo qual a classe economicamente mais forte – isto é, a que detém os meios de produção decisivos nessa determinada sociedade – afirma todo seu poder sobre a sociedade inteira; e estabelece também juridicamente esse poder, essa preponderância de caráter econômico. (GRUPPI, 1980, p.30).

Para Lênin (Rússia, 1870-1924), o exército e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado. Por isso o confronto é inevitável: “O Estado só existe porque existe conflito entre classes; com a supressão das classes não há necessidade de Estado. O objetivo final da revolução é a destruição do aparelho de poder do Estado”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p.42)

Assim como Marx, Engels e Lênin, Gramsci (Itália, 1891-1937) também afirmava que o Estado conserva os interesses particulares de uma classe dominante, pois se constitui como um complexo de atividades práticas e teóricas por meio das quais os governantes conquistam o consenso ativo dos governados. Gramsci distingue duas dimensões de Estado: sociedade civil e sociedade política.

Enquanto na *sociedade política* a classe dominante exerce seu poder e sua dominação por uma ditadura através dos “aparelhos coercitivos de Estado”, na *sociedade civil* esse exercício do poder ocorre por intermédio de uma relação de hegemonia que é constituída pela direção política e pelo consenso. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 46).

A dominação, portanto, não ocorre somente na sociedade política, mas também na sociedade civil, através dos aparelhos privados de hegemonia, que reproduzem os interesses da classe dominante.

Com uma visão de que para manter o poder detido na classe dominante o Estado precisa gerar certo bem-estar social, Keynes (Inglaterra, 1883-1946), afirma a importância do Estado regulador.

[...] uma proposta sobre o papel do Estado para “salvar o capitalismo” de suas deficiências naturais. Ele concebe o Estado como um instrumento a serviço da economia, do equilíbrio econômico entre oferta e demanda, na superação da crise. Para ele, quando a demanda efetiva é elevada, assiste-se a um boom e à inflação; porém quando ela é reduzida, há a recessão e a deflação (redução de preços). (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010 p. 57)

Para Keynes, nos períodos de crise o papel do Estado é estimular a produção, o gasto público e o consumo, visando suprir o déficit de investimento privado com a ampliação do investimento público. Para Keynes, a intervenção estatal na economia deve se orientar nas seguintes atividades: aumentar gasto público estatal; emitir maior quantidade de dinheiro; aumentar tributação; reduzir a taxa de juros para estimular o investimento na atividade produtiva e comercial; estimular o aumento da demanda efetiva e a pretendida busca pelo pleno emprego.

De acordo com Montaño e Duriguetto “Keynes é um típico pensador político *liberal*, comprometido com os interesses da burguesia” (2010, p.58). O autor defendia um Estado forte e intervencionista na vida política e econômica.

Hayek (Áustria, 1899-1992), pode ser considerado o fundador do neoliberalismo, devido ao seu combate ao intervencionismo estatal e à defesa ao retorno do mercado desregulado. Para Hayek:

[...] a *liberdade*, e não a democracia, a igualdade ou a justiça social, constitui o valor *supremo*, dessa forma, todas as instituições e atividades que, de forma permanente, militarem contra esse princípio superior devem ser eliminadas. Assim, o Estado intervencionista, a justiça social, a igualdade de oportunidades, o planejamento estatal, a seguridade social, por construírem impedimentos ao pleno desenvolvimento da “liberdade (negativa-formal)”, devem ser enfrentadas. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 61)

Para Hayek qualquer intervenção estatal na economia é uma afronta à liberdade econômica, e, se não há liberdade econômica, também não existe liberdade política: “Compete ao Estado desenvolver uma atividade voltada para o *econômico*: permitir o “livre jogo” do mercado concorrencial, e outra atividade que trate do *social*: serviços para quem não tiver acesso ao mercado”. (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2010, p.63). Hayek defende a minimização das ações do Estado. Se o Estado intervencionista, mesmo visando à justiça social, aplica política redistributiva visando diminuir as diferenças, os indivíduos não precisam mais se esforçar, o que não estimula a concorrência.

Considerado um dos fundadores da sociologia compreensiva, Weber (Alemanha, 1864-1920), preocupou-se com o aspecto particular da política: a legitimidade que faz com que um mandato seja obedecido.

Assim, Weber considera o poder – e o Estado, como sua forma racional moderna -, como uma relação de dominação, em que a autoridade, mediante variados critérios de legitimidade, manda, e os súditos concordam em obedecer. As relações internas do Estado, e as relações entre a realidade civil, por serem relações políticas, seriam relações de dominação legitimada. (MONTAÑO E DURIGUETTO, 2010, p. 70).

Para Weber existem três tipos de dominação legitimada: legal, tradicional e carismática. A *dominação legal* se fundamenta na crença da validade da lei. A segunda é a *dominação tradicional*, cuja legitimidade repousa nas tradições e costumes passados. A terceira é a *dominação carismática* e baseia-se tanto nas qualidades do carisma (pessoal), quando na autoridade obedecida pelo culto à personalidade.

De acordo com Montaño e Duriguetto (2010, p.67), para Weber o Estado é uma forma de organização política de dominação que possui o monopólio do uso legítimo da ação coercitiva.

O foco neste capítulo é a análise do Estado burocrático, contrapondo as concepções de Weber e Marx. Precisamos considerar que Weber é posterior a Marx. Ou seja, Marx não conheceu Weber. Porém, a crítica de Marx à burocracia em Hegel pode subsidiar a crítica da burocracia em Weber

## 1.2 A RELAÇÃO ENTRE ESTADO E BUROCRACIA

A burocracia, de acordo com o dicionário Houaiss (2001), é um sistema de execução da atividade pública. A burocracia forma um corpo complexo de funcionários, com funções bem definidas e treinados, pautados por um regulamento fixo, rígida rotina e hierarquia de autoridade. O termo “burocracia” descende da palavra *bureaucratie*, de origem etimológica híbrida a partir do Francês *bureau* (local de trabalho, escritório, administração) e do Grego *Kratía* (poder, autoridade, lei).

A burocracia, para o senso comum, pode ser definida como a papelada, ou excesso de papelada, e pela demora nos processos, principalmente quando se trata de setor público. Porém, o seu conceito é muito mais complexo que isso. A burocracia é utilizada como uma forma de controle dos processos, e, dessa forma, pode ser considerada como uma forma de poder.

### 1.3 A BUROCRACIA SEGUNDO WEBER

Motta (2000) explica que Max Weber desenvolveu a mais importante análise da burocracia, afirmando que esta, baseada no direito e na razão, emerge com o capitalismo avançado e com o surgimento do Estado moderno. Na perspectiva de Weber, o Estado é uma organização baseada no direito e que se sobrepõe às demais partes da sociedade.

Para o sociólogo alemão Weber, a burocracia tem como principal característica a racionalidade. É um sistema racional e impessoal que tem como objetivo alcançar os fins visados, tendo como princípio fundamental a eficiência. Segundo as explicações de Weber (1982, p. 229-231), a burocracia funciona de acordo com alguns elementos específicos:

- Regras, regulamentos, leis ou normas administrativas;
- Hierarquia de cargos e autoridade, em um sistema ordenado de mando e subordinação;
- Documentos escritos e registros, guardados em sua forma original ou esboço;
- Treinamento especializado e completo;
- Divisão de trabalho, delimitando o tempo de permanência do funcionário em uma repartição;
- Regras gerais no desempenho do cargo, submetendo funcionários a um aprendizado técnico especial.

Partindo desses elementos, para Weber a burocracia é uma forma organizada de realizar as atividades pautada na racionalização, visando eficiência para alcançar os fins esperados.

Weber destaca também o caráter impessoal do trabalho burocrático. Segundo o autor, por sua natureza específica desumanizada, a burocracia foi bem recebida pelo capitalismo e desenvolveu-se perfeitamente “na medida em que consegue eliminar dos negócios oficiais o amor, o ódio, e todos os elementos pessoais, irracionais e emocionais que fogem ao cálculo” (WEBER, 1982, p.251). Em outras palavras, na burocracia não existe espaço para emocionalismos, sentimentalismos ou favoritismos, tendo caráter imparcial e objetivo. Para o autor, essa natureza específica da burocracia é uma virtude especial.

Os pressupostos sociais e econômicos da estrutura burocrática, segundo Weber (1982), são: o desenvolvimento da economia monetária, ligada à remuneração dos funcionários; o desenvolvimento quantitativo e qualitativo das tarefas administrativas e; a superioridade puramente técnica sobre qualquer forma de organização. Assim, a burocracia apresenta-se como uma forma superior de administração.

Precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, continuidade, discricção, unidade, subordinação rigorosa, redução do atrito e dos custos de material e pessoal – são levados ao ponto ótimo na administração rigorosamente burocrática, especialmente na sua forma monocrática. (WEBER, 1982, p.249)

O trabalho burocrático, em todos esses pontos, é superior sobre todas as outras formas de administração, e, no que se refere ao trabalho burocrático assalariado, é o mais preciso e barato. A burocracia, quando estabelecida, está entre as estruturas sociais mais difíceis de destruir: “A burocracia é o meio de transformar uma “ação comunitária” em “ação societária” racionalmente ordenada” (Weber, 1982, p. 264). A burocracia foi e é um instrumento de poder para quem controla o aparelho burocrático.

A partir da perspectiva de Weber, Motta (2000) afirma que o Estado moderno e o capitalismo fizeram prevalecer à burocracia e que a empresa capitalista é a organização que mais reflete o poder da burocratização.

É evidente que a burocracia é um tipo de organização que limita extremamente a liberdade e a espontaneidade dos membros de uma empresa. Também a iniciativa é grandemente prejudicada. A burocracia favorece o desenvolvimento de um tipo de personalidade limitada, oposta ao ideal do homem culto, valorizado por tantas civilizações. (MOTTA, 2000, p. 32)

Segundo o autor, a burocracia está ligada ao controle social. Além de gerar riquezas, as organizações burocráticas visam garantir o controle social, por meio das relações de poder.

As organizações burocráticas estão vinculadas à estrutura social. Elas reproduzem uma estrutura social característica de uma formação social. Esta reprodução significa uma recriação ampliada das condições de produção em uma dada sociedade, em um dado sistema econômico. (MOTTA, 2000, p.33)

Faria e Meneghetti (2011, p.434) explicam que Motta compreende a burocracia como forma de organização que garante o exercício do poder e o controle.

No entanto, Motta também apresenta certas concepções de burocracia mais próximas à teoria de Marx. Para o autor, com a reprodução de uma formação social capitalista e burocrática, reproduzem-se também as classes sociais dessa estrutura, caracterizada pela acumulação do capital, reprodução da força de trabalho e das relações de poder. A empresa, no capitalismo burocrático, controla para produzir: “É, pois, instância de produção e de controle social no capitalismo burocrático”. (MOTTA, 2000, p.34).

Nas organizações burocráticas, a especialização de tarefas, que faz com que operário domine uma parte especializada do processo de produção, permite ao capitalista controlar o produto. A hierarquia existente exerce o papel de controle e vigilância, tendo como aspecto a divisão entre dirigentes e dirigidos. Dessa forma, através das relações de poder, as organizações burocráticas exercem sua dominação sobre as classes sociais.

Ao mesmo tempo que faz parte da sociedade, o Estado também se coloca acima dela. O surgimento do Estado, segundo Motta, está ligado ao momento em que a sociedade passa a produzir mais do que consome e a sociedade se divide em classes. O Estado é criado para que a classe dominante possa se apropriar do excedente.

Assim, segundo Motta (2000, p.8): “A sociedade moderna é uma sociedade de organizações burocráticas submetida a uma grande organização burocrática que é o Estado.” A burocracia surge nas relações de produção e é através dos processos burocráticos que o Estado mantém o controle social, a dominação e o poder de uma classe sobre a outra. Portanto, a burocracia existe onde há antagonismo.

Ou seja, se a sociedade está dividida em grupos sociais, uns detendo o controle dos meios de produção e outros não, existe burocracia. O Estado, nessa perspectiva, é produto de uma sociedade de classes e, portanto, é uma estrutura de dominação. O Estado é uma organização burocrática que apresenta os seguintes elementos constitutivos:

- a) uma elite política, que geralmente se confunde com a classe dominante e nela se recruta;
- b) um corpo de funcionários hierarquicamente organizados, que se ocupa da administração;
- c) uma força pública, que se destina não apenas a defender o país contra o inimigo externo, mas principalmente a manter a ordem vigente interna. (MOTTA, 2000, p.24-25)

O Estado é ao mesmo tempo burocracia civil e burocracia militar, sendo, dessa forma, uma estrutura de monopólio e de dominação. Portanto, o Estado é uma organização burocrática, de dominação, que, constituída por uma elite dirigente, tem o poder de dominar e de tributar, garantindo os interesses de uma classe dominante que detém o controle dos meios de produção e controla o Estado.

De acordo com Motta (2000), burocracia é poder, controle e alienação. O processo de burocratização é universal, historicamente presente, tanto em países capitalistas, quanto em países ditos socialistas.

Embora o processo de burocratização seja universal, a sua definição é de difícil conceituação, pois, de acordo com Motta (2000), quando falamos em burocracia, há vários fenômenos associados. Motta defende que a burocracia é um grupo social que se separa da sociedade e se impõe a ela, dominando-a.

Essa dominação é feita através de organizações como Estado, as empresas, as escolas, os partidos etc., que transmitem um modo de pensar que nada tem a ver com o ideal de um homem metódico integral, mas sim com o atingimento de dados fins práticos, através de um cálculo cada vez mais preciso dos meios a serem utilizados. (MOTTA, 2000, p. 12-13)

Esse modo burocrático de pensar deixa de lado todos os valores que não sejam práticos: “O modo de pensar burocrático leva o homem ao vazio e à luta por pequenas posições de hierarquia social de prestígio ou de consumo”. (MOTTA, 2000, p. 13). Considerando a história, Motta afirma que a burocracia surgiu já nas civilizações mais antigas, como forma de exploração do tributo, quando aparece o excedente econômico e ocorre o afastamento entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo estabelecidas as relações e hierarquias.

Ainda segundo Motta (2000, p. 59), burocracia é, também, alienação: “(...) a dominação se define como um “estado de coisas” no qual as ações dos dominados aparecem como se estes houvessem adotado como seu o conteúdo da vontade manifesta do dominante”. Assim, a dominação aparece como ação, que reflete a vontade manifesta do dominante, e o poder é a possibilidade de alguém realizar sua

vontade. “A alienação diz respeito a uma situação em que as pessoas não falam em seu nome, não têm o domínio do seu próprio destino, não são incluídos no processo de decisão, mas são faladas pelos dirigentes. (MOTTA, 2000, p. 73). Esse processo de alienação acontece de tal forma, que as pessoas assumem como sua vontade aquilo que é a vontade da organização burocrática.

Para Motta, a alienação deriva da ordem burocrática e das separações que cria. De forma resumida, o autor explica que “a burocracia implica que os indivíduos não se possam inserir na sociedade de acordo com suas necessidades e seu bem-estar pessoal. Daí a relação decisiva entre burocracia e alienação” (MOTTA, 2000, p.76).

Assim, a burocracia é a forma mais segura de controlar os meios de produção, evitando que os funcionários busquem capacitação e cooperativas, desafiando a hegemonia dos capitalistas e burocratas. A burocracia é, então, utilizada como meio de poder, controle e alienação para garantir o controle social e o domínio da classe dominante detentora dos meios de produção.

#### 1.4 A BUROCRACIA PARA MARX

Marx (2010), em seu livro "Crítica da filosofia do direito de Hegel", apresenta oposição ao pensamento de Hegel, dirigindo sua crítica e análise ao pensamento Hegeliano, no que se refere aos conceitos de Estado, poderes do Estado e burocracia, dentre outros. Hegel afirma que Estado é a razão, o racional em si e para si, defendendo um poder soberano, que é a lei. Para Hegel é o Estado que garante a justiça. Para Marx, o Estado não pode ser razão, não é justiça, pois oprime e defende os interesses de uma classe dominante.

Para Hegel o espírito absoluto é o princípio de tudo que existe e quem representa esse espírito absoluto é o Estado. Marx (2010) em suas considerações sobre o pensamento Hegeliano dispõe uma análise crítica sobre o Estado e a separação dos diferentes poderes apresentados por Hegel: o poder Soberano, o poder Governamental e o poder Legislativo.

O poder soberano, para Hegel, é o poder exercido por um monarca, sendo esse soberano a lei. Para Marx, quem deve ter o poder soberano é o povo.

Representantes, quando eleitos, devem representar a vontade do povo. O poder Legislativo diz respeito às leis, que, para Hegel, é parte integrante da Constituição. Tanto o monarca, quanto o povo, devem obedecer a Constituição, na perspectiva hegeliana. Para Marx a Constituição é mais um meio de dominação. Embora a obra de Marx apresente importantes considerações e críticas a estes poderes, cabe enfatizar aqui as considerações sobre o poder governamental, pois refletindo sobre isso que Marx mais expressa suas considerações sobre burocracia.

O poder governamental, na concepção de Hegel, segundo as considerações de Marx (2010), coordena o poder governamental em si, o poder policial e o poder judiciário. Hegel, segundo Marx, não compreendeu o poder governamental:

Mas mesmo supondo que o tenha feito, ele não demonstrou que esse poder é mais que uma função, uma determinação do cidadão do Estado em geral; considerando-o como um poder particular, separado, ele deduziu apenas que ele considera os “interesses particulares da sociedade civil” como interesses “que se encontram fora do universal em si e para si do Estado”. (MARX, 2010, p.61)

Segundo Marx, o poder governamental para Hegel nada mais é do que a administração, que ele desenvolve como burocracia. Segundo Marx, para Hegel:

Na burocracia está pressuposta, primeiramente, a “autoadministração” da sociedade civil em “corporações”. A única determinação que a ela se acrescenta é de que a eleição dos administradores, de suas autoridades etc. é uma eleição mista, de iniciativa dos cidadãos e confirmada pelo poder governamental propriamente dito (“confirmação superior”, como diz Hegel) (MARX, 2010, p.64)

Conforme Marx, na concepção de Hegel está manifesta a tese de que, para manter os interesses universais do Estado e da legalidade, existem as autoridades do poder governamental.

Para Hegel, a hierarquia, a responsabilidade dos funcionários e a legitimação das corporações são garantias contra o abuso do poder público. Marx (2010) afirma que se perguntássemos a Hegel qual é a proteção da sociedade civil contra a burocracia, ele responderia: A *hierarquia*. No entanto, para Marx a hierarquia é o próprio abuso, o controle e o *conflito*.

Segundo Marx (2010), Hegel dá uma descrição puramente empírica da burocracia, desprovida de conteúdo:

Hegel parte da separação entre “Estado” e sociedade “civil”, entre os “interesses particulares” e o “universal que é em si e para si”, e a burocracia está, de fato, baseada nessa separação. Hegel parte do pressuposto das “corporações” e, de fato, a burocracia pressupõe as “corporações”, ao menos o “espírito corporativo”. Hegel não desenvolve nenhum conteúdo da burocracia, mas apenas algumas determinações gerais de sua organização “formal” e, certamente, a burocracia é apenas o “formalismo” de um conteúdo que está fora dela. (MARX, 2010 p. 64)

Hegel separa o interesse universal e os interesses particulares, e, entre eles, está à burocracia, que serve como mediadora, no ponto em que os interesses universais sejam garantidos dentro dos particulares, com as corporações. Para Hegel, segundo Marx, as corporações são o materialismo da burocracia e a burocracia é o espiritualismo das corporações: “O mesmo espírito que cria, na sociedade, a corporação, cria, no Estado, a burocracia.” (Marx, 2010, p. 65). Dessa forma, a burocracia representa as corporações e torna-se instrumento da classe dominante.

A “burocracia” é o “formalismo de Estado” da sociedade civil. Ela é a “consciência do Estado”, a “vontade do Estado”, a “potência do Estado” como uma corporação (em contraposição ao particular, o “interesse universal” pode se manter apenas como um “particular”, tanto quanto o particular, contraposto ao universal, mantém-se como um “universal. (MARX 2010, p.65)

A burocracia é, então, o formalismo de um conteúdo que está fora dela, que são as corporações, que defendem os interesses particulares de uma classe. Marx compreende que existem reais interesses por trás da burocracia, segredos que estão ocultos. A burocracia é usada como forma de manter e proteger os interesses individuais de uma classe que detém o poder. Nas palavras de Marx: “O espírito universal da burocracia é o segredo, o mistério; guardado em seu interior por meio da hierarquia e, em relação ao exterior, como corporação fechada.” (MARX, 2010, p.66).

Segundo Marx (2010), para Hegel a burocracia é fundamental, é um círculo que ninguém pode escapar. A hierarquia é uma hierarquia do saber. Os cargos superiores confiam seus interesses particulares aos círculos inferiores e estes confiam aos superiores o conhecimento do universal. Assim, segundo Marx, os cargos superiores e inferiores se enganam reciprocamente:

A supressão da burocracia só pode se dar contanto que o interesse universal se torne realmente – e não, como em Hegel, apenas no pensamento, na abstração – interesse particular, o que é possível apenas contanto que o interesse particular se torne realmente universal. Hegel parte de uma oposição irreal e a conduz somente a uma identidade imaginária, ela mesma, em verdade, uma identidade contraditória. Uma tal identidade é a burocracia. (MARX, 2010, p.67)

Para Marx, Hegel dá à sua lógica um corpo político, ele idealiza a burocracia e empiriciza a consciência pública.

## 2 BUROCRACIA COMO FORMA DE CONTROLE SOBRE A EDUCAÇÃO E A ESCOLA

As políticas educacionais, implantadas nas instituições escolares, trazem enraizadas consigo a burocracia como forma de controle que já foi naturalizada. Tal fenômeno não é novo, pois, em 1981, data da primeira edição de seu livro “O que é burocracia?”, Motta (2000, p. 42) já afirmava: “A crise da educação é a crise da sociedade que a engendra. Os conteúdos tornam-se pouco importantes e os controles burocráticos, através de diários de classe, provas e exames, são supervalorizados.” Entretanto, a burocracia não é gerada no interior da escola ou das organizações, nas palavras de Motta:

É importante compreender, no entanto que o problema central não está na empresa, na escola, na prisão ou no manicômio. O problema está no capitalismo burocrático que lhes atribui funções estratégicas de acordo com sua lógica e suas necessidades. (MOTTA, 2000, p.56-57)

Conforme as explicações do autor, o problema central do controle burocrático está no sistema capitalista no qual estamos inseridos, um sistema que visa o lucro e defende os interesses de uma classe dominante que detém o poder econômico. Nesse sistema, as políticas educacionais estão voltadas para um modelo empresarial que visa à diminuição de custos e melhores resultados de índices, através de programas e avaliações implantados com o intuito de moldar e controlar as ações da escola. Sobre isso, Tragtenberg (2012) afirma que:

A burocracia é acompanhada daquilo que Weber definia como a “democracia negativa”; todos são igualmente números de processos burocráticos, ao lado de uma organização autoritária de programas impostos ao aluno e vigilância ao professor através dos mecanismos de inspeções e exames, tudo isso denotando extrema hierarquização e autoritarismo no âmbito escolar. (TRAGTENBERG, 2012, p.68)

Christian Laval (2004), ao analisar os efeitos do neoliberalismo sobre a educação, mostra de que modo ocorre a introdução das lógicas do mercado e das novas formas de poder gerencial sobre as escolas:

A função atribuída à escola na formação das competências e os objetivos de eficácia que lhes são fixados encontram no sistema educativo sua sequência lógica sob os auspícios da “revolução gerencial”. Essa última tem por objetivo gerir a escola como uma empresa. (LAVAL, 2004, p. 257)

Com o pretexto de descentralizar e desburocratizar, a administração gerencial exerce controle e prescrição invisíveis sobre professores e alunos, disfarçadas de participação e cooperação:

A dominação, a subordinação, o comando e mesmo a autoridade tornam-se palavras tabu: trata-se, mascarando o poder exterior, de obter do assalariado uma adesão a um poder invisível, de obter que ele se discipline, se motive, se sancione e não esconda mais nada do que faz (LAVAL, 2004, p. 266).

No século XXI percebe-se que a burocratização da escola e da educação tem se acirrado, de modo a ser investigado e discutido em diversos artigos. Nessa esteira, Russo (2016) apresenta uma reflexão crítica sobre o planejamento e a burocracia no âmbito escolar, partindo de um relato da observação do processo de planejamento que foi realizado em uma escola pública do Estado de São Paulo.

Segundo o autor, o planejamento é visto nas escolas como uma prática burocrática, realizado como cumprimento de exigência da legislação e das instâncias superiores do Estado. O autor apresenta entrevistas, observações da prática e análise documental, concluindo que, na escola pública, o planejamento não é um instrumento metodológico, sua realização tem a finalidade de produzir um documento que atenda exigências burocráticas. Dessa forma, se perde a visão do planejamento como parte de um processo de construção coletiva e momento de reflexão sobre a escola e o trabalho docente.

A escola, segundo o autor, enfrenta muitos problemas de maior ou menor gravidade, mas, no caso das organizações escolares, o problema mais grave é a burocratização das relações pessoais e das atividades pedagógicas, pois a burocracia compromete muitas funções sociais da escola. A escola, na maioria das vezes, não se dá conta dessa disfunção, pois a burocracia se instala como forma natural e entranhada como parte da cultura organizacional da sociedade capitalista. Assim, o planejamento escolar, que deveria ser um elemento catalisador da reflexão coletiva, constitui-se como procedimento burocrático e sem conteúdo.

Gandin (2014) aponta que o planejamento é eficiência: “O planejamento e um plano ajudam a alcançar a eficiência, isto é, elaboram planos, implanta-se um processo de planejamento a fim de que seja bem-feito aquilo que se faz dentro dos limites previstos para aquela execução”. (GANDIN, 2014, p.17). Porém, o autor ressalta que a eficiência não é a mais importante finalidade do planejamento, mas

sim a eficácia. No planejamento, a eficiência é fazer bem-feito, enquanto a eficácia é fazer o que realmente importa fazer.

Gandin (2014, p.18) ressalta que outra importante finalidade do planejamento é a sua compreensão enquanto processo educativo.

É evidente que esta finalidade só é alcançada quando o processo de planejamento é concebido como uma prática que sublinhe a participação, a democracia, a libertação. Então o planejamento é uma tarefa vital, união entre vida e técnica para o bem-estar do homem e da sociedade. (GANDIN, 2014, p.18).

Os apontamentos do autor sobre o planejamento enquanto processo levam à reflexão sobre a forma com que a SEED- PR vem introduzindo e impondo os planejamentos prontos, disponibilizados no RCO.

Mas o que devemos refletir, considerando os apontamentos de Gandin, é que o professor precisa do seu planejamento, compreendendo-o como um processo educativo, considerando as especificidades de sua região, escola e alunos. O autor aponta três perguntas essenciais que devem ser feitas e continuamente retomadas para o planejamento: O que queremos alcançar? A que distância estamos daquilo que queremos alcançar? O que faremos concretamente para diminuir essa distância? (GANDIN, 2014, p.21)

Para o autor, sem que se responda a essas três perguntas não há planejamento. O esforço em tentar responder continuamente a essas perguntas dá eficiência ao trabalho e é o processo educativo mais fundamental. Gandin descreve o processo de planejar em três etapas: elaboração, execução e avaliação.

Elaborar – decidir que tipo de sociedade e de homem se quer e que tipo de ação educacional é necessária para isso; verificar a que distância se está deste tipo de ação e até que ponto se está contribuindo para o resultado que se pretende; propor uma série orgânica de ação para diminuir essa distância e para contribuir mais para o resultado estabelecido;  
Executar – agir em conformidade com o que foi proposto; e  
Avaliar – revisar sempre cada um desses momentos e cada uma das ações, bem como cada um dos documentos deles derivados. (GANDIN, 2014, p.23)

Um planejamento, quando visa o bem de todos, exige que a participação aconteça em todos os momentos.

Estrada e Viriato (2012) apresentam os resultados de uma pesquisa de campo, realizada com 47 diretores de escolas da rede municipal da Cidade de Cascavel, situada na região Oeste do Estado do Paraná, buscando identificar o grau de burocratização das organizações escolares e a visão de diretores. Baseando-se nas análises dos dados coletados, os autores mostram que, para todos os diretores que participaram da pesquisa, a escola é uma organização burocrática. No entanto, a concepção que esses diretores trazem sobre organização burocrática é bastante diversa.

Conforme os dados e depoimentos apresentados nas entrevistas, diretores escolares associam o conceito de organização burocrática ao caráter formal da burocracia. Quase a totalidade afirmar não conseguir vislumbrar uma gestão escolar desvinculada da burocracia.

De acordo com os autores da pesquisa, isso comprova o grau de institucionalização e burocratização ao qual estão submetidos esses diretores. Segundo os dados discutidos, é possível afirmar que os quarenta e sete diretores escolares do município de Cascavel apresentam a concepção da organização escolar como uma máquina, que precisa de organização e controle para funcionar. E isso alicerça e legitima o desenvolvimento da organização burocrática na educação. Quando os diretores pensam nas escolas como máquinas, tendem a administrá-las e planejá-las como máquinas feitas de partes que se interligam, cada uma desempenhando seu papel definido no funcionamento do todo.

Os autores destacam que essa forma mecânica de pensar é um dos maiores problemas da gestão escolar, pois é o que torna mais difícil organizar a escola de outra forma. A adequação a esse enfoque mecânico tende a limitar o desenvolvimento das capacidades humanas, modelando os indivíduos para servirem aos requisitos da organização burocrática, deixando de lado suas potencialidades.

Silva e Carvalho (2014) apresentam uma análise do Plano de Ações Articuladas (PAR) do governo Federal, no contexto dos novos modelos de gestão e das políticas educacionais, implementados, sob a chamada Nova Gestão Pública (NGP), e sua perspectiva calcada no gerencialismo. Esta preconiza que os serviços públicos devem ser realizados pela iniciativa privada, em condições de livre demanda, o que favorece a privatização dos serviços públicos. Para os autores, a NGP significa uma perspectiva de organização e funcionamento do Estado que tem

como pilares: a atenção focada nos resultados, verificando se há eficiência; qualidade e eficácia dos serviços; gestão descentralizada; criação de ambientes competitivos dentro das instituições públicas; objetivos claros de produtividade e subordinação ao controle social.

Assim, as políticas educacionais implantadas se sustentam na lógica da regulação, baseada nos princípios mercadológicos de eficiência, produtividade e competitividade, privilegiando os produtos e os resultados em detrimento dos processos de construção. A qualidade fica subordinada à lógica competitiva e considera apenas os aspectos quantitativos. Nessa perspectiva, a plataforma eletrônica do PAR contém elementos de um planejamento estratégico centrado na equipe gestora, que não abre possibilidade para que questões políticas, culturais e institucionais sejam problematizadas.

A plataforma se restringe a identificar os pontos fortes e pontos fracos, apresentando uma análise fragmentada, que não possibilita que se construa uma visão mais ampla da realidade educacional. Assim, o PAR, no contexto do governo eletrônico estendido à gestão da educação, acaba por se constituir em uma ferramenta de controle, monitoramento e acompanhamento na formulação e implementação de políticas educacionais no âmbito dos governos locais.

O governo central cria um instrumento de regulação e controle das políticas educacionais colocadas em curso. Com os novos contornos da Nova Gestão Pública, e os tentáculos estendidos para a educação, tem-se um aprofundamento do gerencialismo na educação, fazendo com que essa assuma um caráter cada vez mais burocrático, padronizado e fragmentado, com a utilização cada vez mais recorrente de mecanismos e ferramentas gerenciais oriundas do setor privado da produção.

A Nova Gestão Pública, nessa perspectiva gerencial, está voltada para a busca da eficiência e eficácia, que, mensurada por meio de avaliações padronizadas, representa uma perspectiva reducionista do processo educacional e não dialoga com a formação integral do indivíduo.

Godinho (2020), em dissertação de mestrado, fez um estudo empírico sobre como as plataformas informáticas se impuseram no cotidiano das escolas, condicionando o trabalho da gestão e de sua equipe de trabalho e se constituindo como forma de novos processos burocráticos de controle.

A pesquisa foi realizada em escolas do ensino público, no norte de Portugal. O autor realizou entrevistas com diretores e sua equipe de apoio. O foco da pesquisa foi investigar se as plataformas informáticas, impostas pela administração central, e as adotadas pela gestão da escola, reforçavam e conferiam autonomia para escola ou se somente geram uma hiperburocracia na gestão escolar.

Dessa forma, Godinho (2020) fez uma análise das plataformas digitais implantadas, que, segundo o Ministério da Educação daquele país, dariam mais autonomia para as escolas. O autor destaca leis e decretos publicados que garantem a autonomia das escolas. Porém, para Godinho, a autonomia torna-se utópica, pois as escolas dependem de uma administração centralizada, que limita a gestão escolar. Os diretores escolares estão envolvidos na teia da burocracia, o que dificulta qualquer prática ou tentativa de autonomia. Para o autor, as plataformas informáticas podem ser um mecanismo burocrático de controle do poder central, na medida em que tudo que é realizado na escola automaticamente passa a ser do conhecimento do poder central.

Esses exemplos apresentados reforçam a evidência de que formas de controle burocrático retiram das escolas o poder de decisão autônoma e deslegitimam a docência e a gestão, esvaziando-as de conteúdo e sentido. A burocracia se acirra com os sistemas de plataformas digitais. Estes passam a ser formatados para realizarem somente o tipo de decisão que o poder central institui. Portanto, a vida da escola, como organização, vem sendo massivamente digitalizada e convertida em dados. A gestão escolar e os envolvidos gastam um tempo cada vez maior para alimentar essas plataformas de dados, que servem de controle a distância, aumentam a burocracia e estrangulam a autonomia da escola.

Montero, González, Belaunde, Eguren, Uccelli e Tanaka (2009), ao analisarem a burocratização da educação no Peru, afirmam que a irracionalidade desse sistema e a pouca comunicação se constituem como uma das principais causas da corrupção. A excessiva carga burocrática provoca um circuito perverso. O cumprimento das formas passa a ser a finalidade última do trabalho, acima de qualquer outra função. Tanto as atividades administrativas, como a elaboração de planos de trabalho, a administração de recursos e de pessoas, dentre outras, quanto às atividades pedagógicas, são realizadas dentro da estrutura de um sistema

burocrático, complexo e emaranhado, que se desvia dos objetivos primários, dando precedência ao normativo sobre qualquer outra consideração.

Quanto à questão burocrática, no Estado do Paraná não é diferente. As políticas educacionais têm como foco melhores índices e economia de custos. Embora muito possa ser discutido sobre essas políticas, nesta próxima parte do capítulo as discussões centram-se no Registro de Classe On-line (RCO) <sup>2</sup>. O sistema foi implantado no Estado do Paraná de forma gradual a partir de 2013. O sistema passou por mudanças. A partir de 2019 houve uma intensificação de cobranças e programas vinculados, sendo inseridos, pelo Secretário da Educação Renato Feder, o Programa Presente na Escola, o Power BI e a Tutoria pedagógica.

Feder assumiu a função de Secretário da Educação do Estado do Paraná em 2019, indicado pelo governador Ratinho Júnior. Feder nasceu em 28 de junho de 1978, no Estado de São Paulo, é brasileiro, economista, empresário, político e professor. Feder também é sócio da Multilaser, empresa brasileira de eletrônica e informática.

Feder consagrou-se como gestor na posição de proprietário da Multilaser. Atualmente, faz parte do Conselho de Administração da empresa. Transformou a empresa familiar em uma das gigantes do setor de tecnologia no Brasil, com faturamento de anual R\$ 3 bilhões e mais de quatro mil funcionários. (SEED- PARANÁ, *on-line*).

Conforme o site da Secretaria da Educação do Paraná, Renato Feder comanda a educação para mais de 1,07 milhões de alunos e gerencia cerca de 90 mil servidores. É mestre em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Aliou a experiência como professor à tecnologia com o objetivo declarado de modernizar a educação do Paraná, implantando projetos, como o sistema de chamada *on-line*, (RCO). Feder implementou também a Prova Paraná<sup>3</sup> e o sistema Aula Paraná<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Informações sobre o RCO disponíveis em:  
<[https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco\\_mais\\_aulas](https://professor.escoladigital.pr.gov.br/rco_mais_aulas)> Acesso em 01 de abr. de 2022.

<sup>3</sup>A Prova Paraná é uma avaliação diagnóstica, segundo a SEED-PR, que objetiva identificar os conteúdos problemáticos para os estudantes, ou seja, aqueles em que há maior dificuldade de aprendizagem. A avaliação é realizada periodicamente, em três etapas: no início do ano, no mês de maio e no mês de setembro. Disponível em:<<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Por-que-Prova-Parana>>Acesso 12 de fev. de 2022

Como secretário da Educação Renato também introduziu no currículo do Paraná o que há de mais moderno no mercado: aulas de programação de computador, empreendedorismo e educação financeira, permitindo que milhares de jovens saíssem da educação básica direto para o mercado de trabalho. (SEED- PARANÁ, *on-line*).

Contraopondo as afirmações da SEED-PR, a APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, afirma que Feder vem tratando a educação com um viés autoritário, administrando a Secretaria de Educação como empresa privada, esquecendo-se das especificidades da escola pública.

Feder veio a convite do governador Ratinho Jr. para implementar, segundo seu plano de governo, uma política de “estado necessário” na educação com “foco na qualidade de aprendizagem dos alunos” através da implementação de “boas práticas que contemplem os melhores projetos que busquem a melhoria do IDEB (Índice de desenvolvimento da Educação Básica). (APP, 2021, *on-line*)

Para o Sindicato, essa determinação do governo em tornar o Paraná o primeiro lugar do IDEB, como se isso representasse melhoria na qualidade educacional, vem causando uma desconstrução histórica e coletiva da educação do estado. De acordo com Prado (2018), o modelo de educação defendido por Feder sobrepõe a gestão empresarial às questões pedagógicas, incentivando terceirizações e políticas de bônus, em detrimento à valorização de profissionais da educação.

O modelo empresarial para a educação tem como foco a diminuição dos custos e visa atingir melhores resultados nos índices, e não necessariamente melhorar a qualidade da educação para as classes populares. Na gestão de Feder, cada vez mais programas, sistemas foram sendo implantados, como a Prova Paraná<sup>5</sup>, as Tutorias Pedagógicas<sup>6</sup>, o Programa Se Liga<sup>7</sup>, o Presente na Escola<sup>8</sup>,

---

<sup>4</sup> Aula Paraná: No período da pandemia de Covid-19, os estudantes da rede pública puderam assistir às aulas por meio do aplicativo chamado Aula Paraná, e em canais de TV vinculados à RIC, afiliada da Rede Record no Paraná.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.provaparana.pr.gov.br/>> Acesso em 12 de fev. de 2022

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Tutoria-Pedagogica#:~:text=A%20Tutoria%20Pedag%C3%B3gica%20s%C3%A3o%20encontros,com%20foco%20no%20desenvolvimento%20pedag%C3%B3gico.>> Acesso em 12 de fev. de 2022

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Programa-Se-Liga-oferece-intensificacao-da-aprendizagem-para-alunos-da-rede-estadual>> Acesso em 12 de fev. de 2022

entre outros programas instalados pelo governo. Segundo a APP-Sindicato, tais ferramentas são coercitivas:

Utiliza-se de ferramentas e plataformas tecnológicas para controlar e coagir os (as) professores (as) e funcionários (as) de escola como aulas pelo Meet, o RCO e o Power BI (plataformas de controle), e vende para a mídia seus números mirabolantes além da mentira do acesso e da qualidade. (APP, 2021, *on-line*)

Para a APP- Sindicato, desde que assumiu a Secretaria da Educação Feder desrespeita leis e instituições escolares. No período de pandemia, Feder impôs um sistema excludente de aulas *on-line*, fazendo com que a SEED-PR fosse ainda mais burocratizada, com mais resoluções e normativas para o funcionamento do sistema de aulas remotas: “Age pressionando, ameaçando, assediando os (as) trabalhadores (as) da educação e estudantes a acessar e interagir no sistema” (APP, 2021, *on-line*). Feder busca o controle da atividade docente, mesmo sabendo de todas as dificuldades que professores e alunos enfrentam com esse ensino remoto; como a falta de equipamentos, ou equipamentos precários, falta de internet e acesso às aulas.

## 2.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO RCO

O Registro de Classe *On-line* (RCO) é um software que foi implantado nas escolas públicas estaduais do Paraná. O sistema começou a ser desenvolvido no ano de 2013, por uma comissão da Secretaria do Estado da Educação do Paraná (SEED-PR) e pela entidade Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (CELEPAR). O sistema foi criado para substituir o Livro de Registros impresso. Nele o professor registra os conteúdos trabalhados, as frequências e avaliações, enfim, seu diário de classe, agora na modalidade *on-line*.

No ano de 2013 o RCO foi iniciado como um projeto- piloto em 16 escolas da rede estadual do Paraná. Após esse período, foi sendo implantado de forma gradual nas instituições de ensino do Estado. Para acesso ao sistema é preciso *login* e senha, autenticados através do “**Expresso**”<sup>9</sup> - *e-mail* institucional da SEED-PR.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www.presentenaescola.pr.gov.br/>> Acesso em 12 de fev. de 2022

<sup>9</sup> Sistema eletrônico de comunicação. Cada servidor possui um endereço de e-mail institucional.

O sistema apresenta funcionalidades diferentes, dependendo do vínculo e atividade desempenhada: professor, pedagogo, diretor ou secretário. Cada um tem acesso às funcionalidades inerentes à função.

O RCO também interage com o Sistema de Registro Escolar Web (SERE), de onde migram as informações sobre a instituição de ensino e dos alunos. Por meio do sistema RCO é possível realizar consulta atualizada sobre a movimentação de alunos e professores, o cálculo e a consulta de notas e frequências dos alunos e a geração e impressão de relatórios. Além disso, elimina os riscos de erro com a digitação das notas e frequências por parte do secretário escolar, no final de cada período. Também facilita o trabalho dos pedagogos para atendimento aos pais, acompanhamento diário dos registros dos professores e na emissão do visto e parecer (favorável ou desfavorável) no final dos períodos. (SEED-PARANÁ, 2018, p. 40)

O sistema permite consultas atualizadas sobre os lançamentos e movimentação de alunos, cálculos de notas e de frequência. As notas são calculadas pelo sistema de acordo com os critérios previstos no Projeto Político-Pedagógico<sup>10</sup> da instituição.

No site da Secretaria da Educação<sup>11</sup> estão disponíveis os vídeos com tutoriais em relação ao Registro de Classe *on-line* e a função de cada chave, conforme discriminado abaixo.

### 2.1.1 Funções do RCO na chave do professor

Para o professor estão disponíveis as funcionalidades: Frequência rápida, Frequência, Conteúdo, Avaliação, Planejamento e Relatórios. Todas as turmas do professor e o período estão cadastrados no sistema. Dessa forma, cada uma dessas turmas dentro do sistema RCO corresponde a um Livro de Registro de Classe *On-line* (LRCO). Explicando de outra forma, se o professor tem 10 turmas, com os livros impressos teria 10 livros de chamada para preencher e, na forma do RCO, 10 livros *on-line* para preencher.

---

<sup>10</sup> O Projeto Político-Pedagógico, conhecido como PPP, é um documento que detalha objetivos, metas e ações do processo educativo a ser desenvolvido na e pela escola. O PPP deve trazer também as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar. Disponível em: <<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1458>> Acesso em 12 de fev. de 2022.

<sup>11</sup>Disponível em: <<http://www.gestoescolar.diaadia.pr.gov.br> \_> Acesso em 12 de fev. de 2022.

Para o preenchimento o professor seleciona o estabelecimento de ensino, o período avaliativo, turma e data da aula. No registro de frequência o professor só precisa lançar as faltas, pois os nomes dos alunos aparecem em lista já com as presenças. O professor altera somente se o aluno não estiver presente. Depois de concluída a chamada, o professor deve salvar, e, assim, consegue inserir o conteúdo trabalhado, ou melhor, assinalar o conteúdo trabalhado, pois o programa já traz todos os conteúdos a serem trabalhados seguindo o Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP).

Depois de selecionados os conteúdos, o professor preenche o campo “**observações**”, no qual pode escrever observações mais detalhadas sobre a aula, se julgar necessário. Na função “**Avaliação**”, o professor usa o espaço para consultar e registrar os resultados obtidos nas avaliações de sua disciplina, conforme as quantidades e critérios de avaliações previstas no Regimento Escolar.

O sistema utiliza, para todos os professores, o modelo de cálculo definido pela escola (somatória, média aritmética ou média ponderada), e este não pode ser alterado. O professor então registra a data e a pontuação do instrumento avaliativo e, depois, atrela aos conteúdos já cadastrados no sistema. Cada avaliação registrada criará automaticamente um campo para recuperação. Após lançar as notas obtidas na recuperação, o sistema RCO automaticamente irá considerar a maior nota. Exemplo: se o aluno na avaliação obteve nota 6,0 e, na recuperação ofertada pelo professor, obteve nota 7,5, o sistema considera para a somatória final apenas a maior nota, neste caso o 7,5.

No ano de 2021, com a implantação do RCO 2.0, o sistema abriu uma nova funcionalidade: o campo “**Planejamento**”. De acordo com a SEED - Paraná (2021, *on-line*) o módulo foi criado devido à necessidade de um currículo priorizado na situação da educação no momento de pandemia da COVID-19. Chamado de RCO + aulas, é um módulo de planejamento que está disponível no RCO, e que disponibiliza planos de aulas preparados por uma equipe da SEED-PR, a partir do currículo priorizado que foi elaborado a partir do Currículo da Rede Estadual Paranaense (CREP), tendo como foco os conteúdos considerados essenciais para que os alunos avancem de ano. Os planos de aula apresentam links para vídeos-aula, slides e listas de exercícios, conforme modelo abaixo:

Figura 1 – Modelo RCO - módulo planejamento.

**Planejamento**

\*Estabelecimento:

\*Período Letivo: 2022-1

\*Turma: CURSO FUNDAMENTAL 6/9 ANOS - 7º Ano - Manhã - A - ARTE

\*Período Avaliação: 2º Trimestre

\*Docente: Planejamento Padrão

\*Data: 28/06/2022

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

Página 1 de 1 : (Total de 26 registros)

Exibir Aula(s)	Resumo do Planejamento	Lançamento em	Lançamento por	Alterar	Excluir
1005	Artes Visuais Desenho e fotografia. <b>Videoaula:</b> <a href="https://rebrand.ly/2022rco2tri027">https://rebrand.ly/2022rco2tri027</a> <b>Encaminhamentos Metodológicos/ Slides:</b> Desenho e fotografia. <a href="https://docs.google.com/presentation/d/18zdhrvkfUjGvLBo7RKjR3-WfFm0Jc5j/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true">https://docs.google.com/presentation/d/18zdhrvkfUjGvLBo7RKjR3-WfFm0Jc5j/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true</a> <b>Exercícios:</b> Desenho e fotografia. <a href="https://docs.google.com/document/d/1fo7Jr1OFkLD3jCsZO_P7eYH4h4Qjvxx/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true">https://docs.google.com/document/d/1fo7Jr1OFkLD3jCsZO_P7eYH4h4Qjvxx/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true</a>				
1006	Teatro Jogos teatrais <b>Videoaula:</b> <a href="https://rebrand.ly/2022rco2tri028">https://rebrand.ly/2022rco2tri028</a> <b>Encaminhamentos Metodológicos/ Slides:</b> Jogos teatrais. <a href="https://docs.google.com/presentation/d/1P-vnmPOY9atQ11vh_toJev3IMscFe1sQ/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true">https://docs.google.com/presentation/d/1P-vnmPOY9atQ11vh_toJev3IMscFe1sQ/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true</a> <b>Exercícios:</b> Jogos teatrais. <a href="https://docs.google.com/document/d/1oywwjRkKocqMPoEiB_VAGiv87xGs6kF/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true">https://docs.google.com/document/d/1oywwjRkKocqMPoEiB_VAGiv87xGs6kF/edit?usp=sharing&amp;oid=110894392487816752908&amp;rtopf=true&amp;sd=true</a>				

Fonte: Print RCO autora (2022)

No campo “relatório”, ficam armazenados os relatórios em PDF, gerados no dia. Exemplo: o professor pode pedir um relatório das suas avaliações já lançadas, o sistema gera um arquivo em PDF e uma cópia vai para o campo “relatórios” e, outra, para o e-mail expresso do professor.

Figura 2 - layout Registro de Classe Online chave professor.

**RCO** - REGISTRO DE CLASSE ONLINE

Frequência Rápida | Frequência | Conteúdo | Avaliação | Planejamento | Relatórios | Desconectar

**Frequência**

Professor, utilize esse espaço para registrar e consultar a frequência dos alunos em suas aulas.  
Caso sua escola mantenha o horário escolar atualizado no Sistema de Registro de Classe, você poderá utilizar a função **Frequência Rápida**, uma maneira mais dinâmica para agilizar seu trabalho.

\*Estabelecimento:

\*Período Letivo: 2022-1

\*Turma: Selecione

\*Período Avaliação: Selecione

Data Início:  Data Fim:

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

Relatórios

Fonte: Print Autora (2022).

### 2.1.2 Funções do RCO na chave do pedagogo

O pedagogo possui as mesmas funcionalidades que os professores (Frequência Rápida, Frequência, Conteúdo e Avaliação). Na chave do pedagogo é possível registrar ou alterar/excluir a frequência dos alunos, realizada pelos professores, em todas as turmas e turnos que o pedagogo estiver vinculado. O mesmo também pode ser feito com os conteúdos e as avaliações lançadas. Sempre que o pedagogo faz alguma alteração no LRCO do professor, o sistema envia uma mensagem no e-mail do docente, informando que houve alteração e sempre a última mudança fica registrada com o nome do último usuário que acessou e salvou as alterações. Assim, se o pedagogo muda uma nota, conteúdo ou frequência, ficará com seu nome registrado no LRCO do professor. De acordo com a Orientação Conjunta 010/2021 – DEDUC/DPGE/DG/SEED, que dispõe sobre o registro do atendimento de estudantes em turmas com aulas sem o suprimento de professor, no ano letivo de 2021, uma das funções do pedagogo responsável pela turma é organizar o atendimento aos estudantes.

O pedagogo da instituição de ensino, responsável pela turma, deverá organizar o atendimento dos estudantes por meio das aulas e atividades disponibilizadas no Livro Registro de Classe On-line - LRCO, bem como os registros de frequência, avaliação e recuperação de estudos (caso seja necessário). (PARANÁ, 2021, on-line)

Portanto, em caso de faltas de professores por atestado médico ou outros motivos, o pedagogo deve realizar o atendimento da turma, utilizando os encaminhamentos e registros no LRCO de cada professor.

Para os pedagogos, além das funcionalidades do professor, o sistema abre outras ferramentas específicas para o trabalho do pedagogo.

Uma delas é a função **“vistar registro de classe”**. Nela o pedagogo seleciona um dos itens: Estabelecimento; Período Letivo; Turma; Disciplina; Período Avaliação e; Incluir Visto. Com isso é gerado um relatório em PDF, que o sistema envia para o e-mail do pedagogo e durante o dia fica disponível também na aba “Relatórios”. No relatório gerado, o pedagogo consegue visualizar todos os lançamentos realizados pelos professores em cada turma: frequência, conteúdos, avaliações, notas e observações.

Durante todo o período letivo, o pedagogo deve acompanhar os registros realizados pelos professores, e, ao final de cada trimestre, avaliar se estão de

acordo com os critérios exigidos pela instituição de ensino e SEED-PR. Depois de analisar todos os registros, o pedagogo deve dar um parecer favorável, ou, não favorável, caso o professor precise fazer alterações.

O parecer “**Favorável**” indica que está tudo certo no LRCO do professor e o mesmo estará fechado para qualquer alteração. O parecer “**Não Favorável**” é selecionado caso o professor ainda precise fazer lançamentos ou alguma alteração em seu LRCO. O campo “**Aviso**” é utilizado durante o período do trimestre para orientar e lembrar os professores quanto ao preenchimento em dia do LRCO.

Depois que o pedagogo elabora o seu parecer como favorável, o professor não consegue mais efetuar nenhum tipo de registro. Se precisar fazer alguma alteração, o professor deve solicitar ao pedagogo, que vai liberá-lo para lançamentos por 24h ou sete dias. Essa mesma função pode ser acessada também pelo campo “**Vistar Registro de Classe por Docente**”, quando o pedagogo prefere fazer o acompanhamento por docente.

**Na aba “Relatórios”** o pedagogo tem acesso para consultar a situação do aluno, na qual, pelo nome ou CGM<sup>12</sup> do aluno, o pedagogo pode gerar um relatório individual com as notas e faltas já lançadas. Também consegue verificar os lançamentos dos professores por período e o relatório do “**Programa Presente na Escola**”.

---

<sup>12</sup>**CGM** – Código Geral de Matrícula – Cada estudante matriculado em escola que pertença ao Sistema Estadual de Registro Escolar- SERE, possui um número de CGM.

**Figura 3** - layout Registro de Classe Online chave pedagogo.

registrodeclasse.seed.pr.gov.br/rcdig/manterVisto.do?action=carregarInterfaceIncluir

Frequência Rápida   Frequência   Conteúdo   Avaliação   Planejamento   Pedagogo   Diretor

Pedagogo > Vistar Registro de Classe   ANGELA ATICHE KITTLAUS BAALBAKI (Sua sessão expira em 5 min.)

**Incluir Visto Registro de Classe**

Estabelecimento: [REDACTED]

Período Letivo: 2022-1

Período Avaliação: Série Anual - Avaliação Trimestral - 1º Trimestre

Turma: ENSINO MEDIO - 2ª Série - Manhã - A

Disciplina: ARTE

Planejamento(s): Docente: [REDACTED]

Solicitar Relatório de Ações (.pdf)

Registro de Classe: Solicitar Registro de Classe (.pdf)

\*Parecer: Não Favorável (dropdown menu open)

Selecione

Favorável

Não Favorável

\*Observações: Aviso

Desbloqueio para Docente durante 24h

Desbloqueio para Docente durante 7 dias

(\*) Campo de preenchimento obrigatório.

Fonte: Print Autora (2022).

### 2.1.3 Funções do RCO na chave do diretor

Ao diretor; conforme a Minuta de Instrução<sup>13</sup> que estabelece as normas para preenchimento do Registro de Classe on-line nas Instituições de Ensino da Rede Estadual de Ensino; compete dar permissão de acesso ao Secretário Escolar, que dará acesso ao Pedagogo e ao Docente, orientando que a senha é individual e intransferível. Ao acessar o RCO com a sua chave, o diretor tem acesso às mesmas funções do professor e do pedagogo. Além disso, dispõe de outras funções, como as disponibilizadas ao secretário: Relatório de permissões – lista atualizada de quem tem acesso ao sistema e datas; Relatório; Calendário Escolar; regra de cálculo do período avaliativo; divisão de turmas; grade de horário; atrelar o professor a sua turma; Registro das faltas legalmente amparadas em campo próprio.

Após os professores terem finalizado seus registros do trimestre, o pedagogo avalia e vista como favorável todos os Livros de Registro *On-line*, os quais devem ser enviados para o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) para que os dados sejam armazenados. O envio é feito pelo diretor ou secretário. No sistema

<sup>13</sup> Disponível em: < [file:///C:/Users/apoio/Downloads/orientacao\\_registro\\_classe\\_online.pdf](file:///C:/Users/apoio/Downloads/orientacao_registro_classe_online.pdf) > Acesso em 15 de fev. de 2022

SERE, ao final de cada período avaliativo são gerados os boletins escolares e o resultado ao final do ano letivo.

**Figura 4** - layout Registro de Classe Online chave diretor.

The screenshot displays the RCO interface for a director. At the top, there is a navigation bar with the RCO logo and the text 'REGISTRO DE CLASSE ONLINE'. Below this, a menu is organized into three columns: 'Diretor', 'Relatórios', and 'Desconectar'. The 'Diretor' column includes options like 'Consultar Funcionário', 'Frequência', 'Conteúdo', 'Avaliação', 'Planejamento', 'Vistar Registro de Classe', and 'Vistar Registro de Classe por Docente'. The 'Relatórios' column includes 'Relatório Permissões de Acesso', '\* Calendário Escolar', '\* Regra de Cálculo do Período Avaliativo', 'Divisão de Turma', '\* Grade de Horário', '\* Turma/Docente', 'Falta Amparada', 'Movimentação de Faltas/Notas', 'Enviar Registro de Classe', and 'Enviar Faltas de Aluno'. The 'Desconectar' column shows a session expiration warning: '(Sua sessão expira em 1 min.)'. On the left side, there is a welcome message 'Bem-vindo ao Sistema Registro de Classe' and a notification 'seu último acesso ocorreu em 22/06/2022 17:10:57'. Below this, there are links for 'Perguntas Frequentes', 'Tutoriais em Vídeo', and 'Cadernos'.

Fonte: Print Autora (2022).

#### 2.1.4 Funções do RCO na chave do secretário

O secretário possui as mesmas funções administrativas que o diretor, seu acesso ao RCO é através do menu principal “**Estabelecimento**”, que lhe permite acesso aos outros campos, como “**Consultar funcionário**” para incluir os Pedagogos e Professores no RCO, selecionando o docente e a função. No campo “**Relatório Permissões de Acesso**”, o secretário gera um relatório no formato PDF para conferir os dados e verificar se consta toda equipe da escola, assim como as respectivas funções.

No campo Calendário Escolar, o pedagogo inclui o calendário vigente do ano letivo, com o período letivo e período de avaliação ( ex: 1º, 2º e 3º trimestre), digitando as datas de início e término de cada bimestre, trimestre ou semestre, conforme calendário. O Calendário Escolar precisa ser incluído no RCO no início de cada ano letivo, antes de os professores iniciarem os seus registros.

No campo “**Regra de Cálculo**”, o secretário inclui a Regra de Cálculo das Avaliações (Média Aritmética, Média Ponderada ou Somatório) utilizada pela escola

conforme o Regimento Escolar. O secretário pode fazer a divisão da turma caso seja necessário, através do campo **“Divisão de Turma”**

A função **“Turma/Docente”** é usada para vincular, alterar ou excluir o professor às turmas com as datas de início e fim.

No campo **“Estabelecimento/Grade de Horário”** o secretário cadastra o horário de início e término de cada aula e dia da semana, assim como as disciplinas de cada horário na turma. Esse horário deve ser alterado cada vez que houver mudança no horário do professor.

Outra função do secretário escolar é o registro das faltas legalmente amparadas, como o atestado médico do aluno para que as faltas não sejam computadas. Esse lançamento é feito através do campo **“Falta Amparada/Justificativa”**. Em caso de transferência durante o ano letivo, o secretário registra as faltas e notas desse aluno transferido, no campo **“Movimentação de Faltas/Notas”**.

Ao final de cada trimestre, o Secretário precisa enviar os registros de classe de cada disciplina para o sistema SERE. Esse envio é realizado no RCO pelo campo **“Enviar Registro de Classe”** e só pode ser enviado pelo secretário, se no sistema a disciplina estiver parecer favorável do pedagogo.

**Figura 5** - layout Registro de Classe Online chave secretário.

Registro de Classe - Versão v3\_7\_ x +

registrodeclasse.seed.pr.gov.br/rcdig/entrada.do

**RCO**  
REGISTRO DE CLASSE ONLINE

Estabelecimento   Consulta   Relatórios   Desconectar

Consultar Funcionário (Sua sessão expira em 9 min.)

Relatório Permissões de Acesso

\* Calendário Escolar de Classe

\* Regra de Cálculo do Período Avaliativo

Divisão de Turma último acesso ocorreu em 23/06/2022 11:27:22

\* Grade de Horário

\* Turma/Docente

Falta Amparada

Movimentação de Faltas/Notas

Enviar Registro de Classe

Enviar Faltas de Aluno

Relatórios

topo

Fonte: Print Autora (2022).

## 2.2 PROGRAMA PRESENTE NA ESCOLA

Lançado em maio de 2019 pela SEED-PR, o Programa Presente na Escola é uma forma de acompanhamento da frequência do aluno. O programa funciona de maneira integrada com o RCO. Todos os dias o sistema gera um relatório de faltas dos alunos com base nos lançamentos realizados pelos professores no RCO.

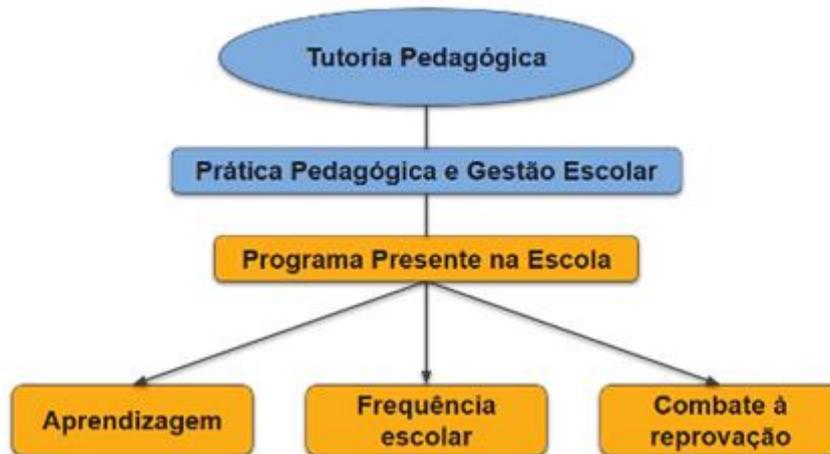
O RCO gera os relatórios de monitoramento da frequência dos estudantes e, automaticamente, envia para os diretores, para que seja feita uma relação dos ausentes. Outro relatório geral por escolas é encaminhado também para o Núcleo de Educação. Se os professores, por algum motivo, não registram a presença do aluno no dia de sua aula, o relatório é gerado com muitas faltas.

Conforme a SEED- Paraná (2019, *on-line*), o Registro de Classe *On-line* gera diariamente os relatórios diários de monitoramento da frequência de cada estudante. Com o relatório, diretor e equipe pedagógica podem localizar os ausentes e buscar formas de trazê-los de volta à escola.

Para a SEED, esses relatórios diários, mensais e semanais servem para a elaboração de estratégias visando melhorar a qualidade do trabalho pedagógico, o clima de acolhimento na escola e o mapeamento de boas práticas pedagógicas e de gestão, contribuindo para a não evasão de alunos. Mas o que se pode observar é que estes relatórios servem como uma forma de monitoramento da SEED-PR sobre os registros de chamadas realizados pelos professores.

O programa Presente na Escola está atrelado também a outro programa denominado “Tutoria Pedagógica”, que foi implementada em março de 2019. Os tutores pertencem ao Núcleo de Educação e cada um é responsável pelo acompanhamento de um número x de escolas. Conforme as orientações da SEED-PR, com os relatórios gerados no RCO pelo Presente na Escola, os membros do Núcleo Regional de Educação (NRE) que são parte da Tutoria Pedagógica, na visita às escolas juntamente com a gestão escolar e pedagogos, discutem ações e encaminhamentos para combater o abandono escolar. Conforme as orientações do programa, a Tutoria visa desenvolver a prática dos diretores e dos pedagogos no que se refere à aprendizagem, frequência e combate à reprovação. De acordo com a SEED - Paraná (2019, *on-line*), seu tripé de atuação pode ser visualizado na seguinte forma:

**Figura 6** – Tripé de atuação da Tutoria Pedagógica



Fonte: <http://www.presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>

Depois de constatadas cinco faltas consecutivas dos alunos, ou sete alternadas em 60 dias letivos, feito todos os encaminhamentos do programa, esgotadas as tentativas de recuperar o aluno evadido, o mesmo deve ser encaminhado para a rede de proteção, através do Programa FICA<sup>14</sup>. O nome dos alunos deve ser inserido no Sistema Educacional da Rede de Proteção<sup>15</sup> (SERP).

### 2.3 ESCOLA TOTAL – POWER BI

O Escola total é uma ferramenta de gestão desenvolvida pelos departamentos DEDUC (Diretoria de Educação) e DTI (Diretoria de Tecnologia e Inovação) da Seed-Pr. A ferramenta do Escola Total foi implantada a partir de novembro de 2020, com a justificativa de que, com ela, professores pedagogos, diretores e NREs podem acompanhar em tempo real a frequência e aproveitamento dos alunos das escolas públicas estaduais do Paraná.

<sup>14</sup>O programa FICA (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente), criado pelo Ministério Público Federal, foi oficializado no Estado do Paraná em 2005 para enfrentamento à evasão escolar.

<sup>15</sup> O SERP é o sistema para registro das ações previstas no Caderno do Programa de Combate ao Abandono (PCAe), então, assim que o professor constatar a ausência não justificada do(a) estudante por 05 faltas e/ou dias consecutivos ou 07 faltas e/ou dias alternados no período de até 60 dias\*, deve comunicar à equipe pedagógica que dará os encaminhamentos previstos no Caderno do PCAe (p. 8 a 11) Disponível em:< [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate\\_abandono\\_escolar/tutorial\\_serp\\_nre.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/combate_abandono_escolar/tutorial_serp_nre.pdf) > Acesso em 22 de fev. 2022.

O sistema permite ver o desempenho dos alunos por meio das notas, quais atividades realizou ou deixou de realizar. Durante o período de aulas remotas<sup>16</sup> durante a pandemia, o sistema permitiu observar como estava sendo a participação dos alunos nas aulas síncronas. Através da plataforma era possível ver quais alunos participaram das aulas e o período que cada um permaneceu.

As cobranças em torno do sistema foram intensificadas. Por meio do sistema Escola Total, o Núcleo de Educação e SEED realizou acompanhamento das aulas durante o período da pandemia, verificando se o professor estava realizando os encontros virtuais de aula e quantos alunos estavam participando. Devido à baixa participação dos estudantes nessa modalidade remota, foi estipulado um tempo mínimo de 40 minutos de permanência na aula para que contasse presença.

O Escola Total engloba o programa Presente na Escola, assim como a participação em outras plataformas, como o Inglês Paraná, Redação Paraná, Edutech, Matific e Prova Paraná, através da plataforma Power BI. Conforme a SEED-PR

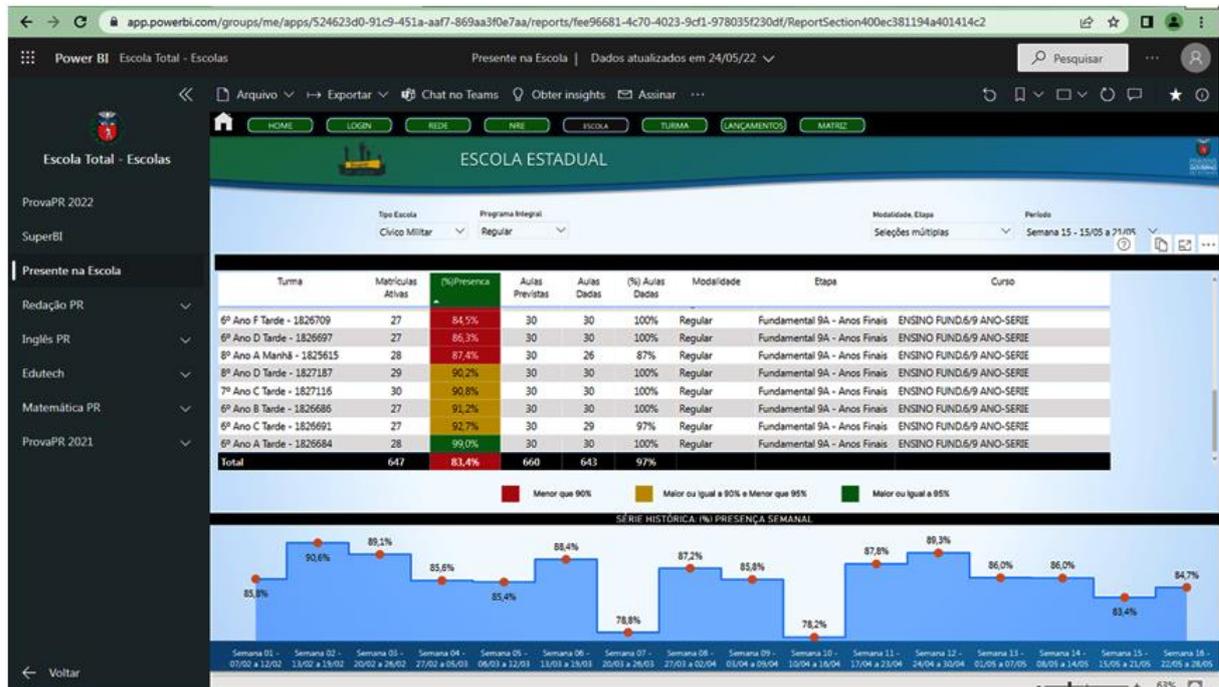
O sistema permite o acesso a um panorama de todos os alunos de uma escola (para professores e diretores), ou mesmo para a rede de estudantes de um Núcleo Regional de Educação (para os gestores de cada núcleo). É possível medir desempenho por meio das notas e também a participação dos estudantes nas aulas. (PARANA, online)

Na plataforma Power BI Escola Total é possível verificar os acessos dos alunos e professores em todas as plataformas. Conforme a imagem, o Power BI apresenta a porcentagem de frequência de cada turma, que também pode ser vista de forma mais detalhada por aluno, e a quantidade de aulas previstas e ministradas durante a semana selecionada.

---

<sup>16</sup> O período de aulas remotas iniciou em março de 2020, estendendo-se até julho de 2021, como medida de enfrentamento ao Coronavírus, período da Pandemia de Covid-19

**Figura 7** – Dados do Programa Presente na Escola de acordo com o BI



Fonte: Print plataforma Power BI. Autora (2022)

## 2.4 PROGRAMA “SE LIGA! É TEMPO DE APRENDER MAIS”

O Programa “Se Liga! É tempo de aprender mais” é focado na intensificação da aprendizagem dos estudantes. De acordo com o proposto pela SEED- PARANÁ (2020, *on-line*) “Os alunos que precisam de uma força extra para concluir o ano poderão ter acompanhamento com professores, diretores e pedagogos para se aprofundarem nos conteúdos abordados nas aulas”. É uma estratégia de recuperação aligeirada, realizada ao final do ano letivo, na qual o aluno tem mais uma chance de recuperar os conteúdos considerados como essenciais para que possa ser aprovado.

No RCO, para cada instrumento avaliativo lançado no sistema, o professor precisa aplicar um instrumento de recuperação para que o aluno possa recuperar a nota. Porém, se mesmo assim o aluno ficou com nota abaixo da média, e ao final do ano seria reprovado nesta disciplina, com a implantação do programa “Se Liga!” o aluno tem uma nova chance de recuperação. Realizada essa recuperação, o professor tem seu RCO aberto para lançamento em qualquer trimestre que o aluno

necessite da recuperação. Com a nova nota, o professor entra no RCO e substitui a nota do aluno para que ele possa ser aprovado.

A orientação é que fosse realizado pelos professores um “projeto inovador” com metodologias diferenciadas, utilização de salas ambientes, laboratórios, quadras e demais espaços escolares, focando em conteúdos essenciais como forma de recuperar os resultados estudantis do ano letivo. O início do planejamento por parte dos professores deve ser realizado no mês de outubro, para iniciar o projeto no final do mês de novembro. Em outubro, os professores devem elaborar um plano com todas as ações a serem desenvolvidas e um plano de recuperação. Mas o projeto iniciou na primeira semana de dezembro de 2019, visando então “recuperar” o maior número de alunos possível para que fossem aprovados. Em 2020 o programa foi realizado no período de 30 de novembro até 18 de dezembro, no formato *on-line*. Em 2021 foi realizado no período de 22 de novembro a 17 de dezembro de 2021, último dia do ano letivo de 2021.

## 2.5 RCO: FERRAMENTA DE APOIO OU DE CONTROLE?

Sem dúvida o RCO trouxe mudança, quando se trata de substituir os livros impressos, sendo mais prático, rápido, sem erros de cálculos e borrões. Mas entendendo o seu funcionamento é preciso uma reflexão sobre suas funcionalidades e intenções implícitas a elas. Para tanto, neste capítulo são apresentadas as considerações seguindo análises de como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP- Sindicato), vem tratando sobre o sistema RCO, seguido de um relato pessoal da autora sobre a experiência com o RCO como pedagoga na rede estadual de ensino.

## 2.6 APP- SINDICATO: BREVE HISTÓRICO

A APP– Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná foi criada pelos professores do Paraná em 26 de abril de 1947, de acordo com o histórico do sindicato, disponível no site: <https://appsindicato.org.br>. Em 13 de dezembro de 1981, em uma assembléia realizada em Ponta Grossa, a entidade unificou-se com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APLP), fundada em 06 de maio de 1967, e com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná

(APMP), fundada em 09 de dezembro de 1972. Oito anos depois, em 18 de março de 1989, numa assembléia histórica realizada em Londrina, a APP, livre do impedimento imposto pela ditadura militar, pôde assumir a condição de sindicato, passando a denominar-se: APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estaduais e Municipais no Paraná.

Em outubro de 1997 o Congresso Estadual Extraordinário de Unificação da APP-Sindicato e Sinte/PR (Trabalhadores na Educação Pública do Paraná), na cidade de Pontal do Paraná, com a participação de delegados das duas entidades, referendou a decisão de unificação dos sindicatos com atuação nas escolas públicas do Estado.

Após as Assembléias realizadas pelos sindicatos, foram consideradas extintas as duas entidades sindicais, sendo ambas substituídas pela APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná.

A unificação da APP-Sindicato com o Sinte/PR surgiu da compreensão de que funcionários de escola também são educadores. De acordo com o site, a representação da categoria abrange professores (as), pedagogos(as) e funcionários(as) de pré-escola, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico; das redes públicas estadual e municipais do Paraná. A APP-Sindicato também representa os professores da rede municipal em municípios onde não houver sindicatos próprios.

## 2.7 O RCO SEGUNDO AS ANÁLISES DA APP-SINDICATO

A APP – Sindicato faz uma série de críticas ao modelo de educação imposto na gestão do Secretário de Educação Renato Feder, que iniciou no ano de 2019 e ainda está em vigor no ano desta pesquisa.

A notícia, cujo título é: “*APP-Sindicato repudia planilhas criadas para coagir professores(as)*”, escrita por Cleiton Costa Denez, Secretário Executivo Educacional da APP, foi publicada no dia 2 de outubro de 2019 e se refere a uma nota de repúdio, divulgada pela direção estadual do Sindicato, contra uma então nova prática da gestão do empresário Renato Feder na SEED-PR: o “**Protocolo de Observação de Aula**”.

De acordo com a Denez (2019), essa medida de observação é uma forma de fiscalização do professor, realizada por um tutor ou pedagogo, através do preenchimento de planilhas semelhantes às aplicadas a estudantes durante estágio de cursos de licenciatura.

O conjunto de políticas de vigilância e controle da Secretaria de Estado da Educação (Seed) com os seus variados instrumentos presentes na escola, como as tutorias e o Registro de Classe Online (RCO), têm ganhado forma na gestão do empresário Renato Feder. São mecanismos de intervenção, reducionistas e empobrecedores da complexidade do que é o trabalho escolar. (DENEZ, APP, 2019, *on-line*)

Denez (2019) ressalta que fazer a chamada *on-line* no RCO no início da aula; em escolas onde mal funciona a internet e não há aparelhos tecnológicos para que o professor possa acessar o sistema; tem se tornado uma prioridade devido à exagerada cobrança da SEED-PR. Para o sindicato (2019) “O Registro de Classe On-line não deve ser um instrumento de vigilância e sim uma ferramenta de apoio pedagógico que, aliás, requer aprimoramento.” Para o sindicato, o aprimoramento dos recursos tecnológicos tem funcionado como forma de controle, supervisão e vigilância, deixando de lado o pedagógico.

Em outra matéria, intitulada: “*Estrutura das escolas dificulta o trabalho dos(as) professores(as) e funcionários(as)*” a APP trata das reclamações constantes que surgem em relação à estrutura escolar na educação pública do Paraná. O RCO, que deveria servir para agilizar as atividades rotineiras, não funciona corretamente nas escolas devido à ausência de equipamentos de internet. Nessa matéria, publicada no dia 20 de abril de 2017, a APP ressalta que:

Após anos de solicitação da APP-Sindicato, a ferramenta adotada pela Secretaria de Estado da Educação (Seed/PR) visa facilitar a vida dos(as) educadores(as). No entanto, um efeito contrário ocorre. Afinal, a realidade nas escolas públicas compromete o sistema justamente por não possuírem estrutura compatível para comportar o uso do sistema online com praticidade e agilidade. (APP, 2017, *on-line*)

Devido a isso, a APP traz um questionamento referente ao sucateamento dos equipamentos escolares, instigando a reflexão acerca de quais seriam os reais motivos para a não atualização desses equipamentos.

A notícia apresenta também a fala da professora Walkiria Mazeto, que é secretária Educacional da APP. Para conseguir utilizar o RCO, os professores

precisam utilizar tablet's e celulares pessoais. Segundo a professora Walkiria, “Como não tem Wi-Fi disponível nas salas, as direções das escolas se obrigaram a arrecadar recursos entre os próprios trabalhadores. Ou utilizam recursos da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) para a manutenção da internet”. (APP, 2017). Walkiria considera que essa é uma realidade inaceitável.

A fala da secretária educacional da APP ainda é reforçada pela apresentação do relato de um professor da cidade de Curitiba, Davi dos Santos:

O RCO é uma proposta boa. Elimina a questão dos livros e faz a somatória automática. O problema é que não tem estrutura de funcionamento e fica travando vários dias. Como nem todas as escolas possuem Wi-Fi impossibilita fazer a chamada em tempo real. Por isso, muitos professores estão levando para fazer em casa pela dificuldade do acesso. Nestas condições não conseguimos manter o diário em dia. Ainda está precário. (APP, 2017, *on-line*)

Para a APP, a tecnologia avança e precisa cada vez mais ganhar espaço nas salas de aula, mas o problema é que os investimentos necessários não estão em sintonia com os avanços.

Na matéria que tem como título “*Para debater na Semana Pedagógica, dias 24 e 25 de julho de 2017*”, publicada no dia 23 de julho de 2017, a APP – Sindicato apresenta temas que considera importantes para serem debatidos na Semana Pedagógica, do segundo semestre daquele ano. A matéria trata da chamada “Resolução da Maldade”, que, segundo a APP, “impôs, de maneira arbitrária, a retirada das horas-atividade dos docentes e puniu milhares de professores (as) na distribuição de aulas para este ano letivo.” (APP, 2017, *on-line*) Além disso, trata de outros temas, como a pendência na data-base e a implantação do sistema RCO.

De acordo com a APP, a implantação do RCO, como pressuposto de modernização do registro de classe, era aguardada pelos docentes, mas tem-se apresentado como fator de exaustão do trabalho do professor devido à falta de estrutura adequada para o funcionamento do sistema. Considerando o material recebido para ser trabalhado na Semana Pedagógica, para a APP-Sindicato a SEED deixa evidente os sinais de que o foco da política educacional do Paraná está baseado no gerencialismo educacional.

Dessa forma, o debate sobre qualidade pedagógica e condições de trabalho torna-se secundário. Para a APP- Sindicato “As questões pedagógicas têm sido tratadas pela SEED com foco na burocratização e competitividade educacional”.

(APP, 2017, on-line). De acordo com o sindicato, fica evidente o descompasso entre a realidade da escola e os materiais produzidos pela SEED –PR.

Outra matéria, na qual a APP- Sindicato levanta questionamentos referentes ao RCO, foi escrita no dia 29 de maio de 2019: *“APP-Sindicato cobra respostas da SEED sobre condições de trabalho nas escolas”*. O Sindicato tece considerações sobre o programa de “Tutoria Pedagógica” que desrespeita a autonomia dos professores e das escolas, sendo um modelo fiscalizador.

Nesta mesma matéria, a APP – Sindicato relata ter recebido diversas denúncias acerca de irregularidades nas auditorias sobre as matrículas dos estudantes, e relatos de professores e pedagogos que estão realizando trabalho em horários de descanso, com equipamentos próprios para cumprir as demandas do RCO. A APP- Sindicato também apresenta considerações sobre o RCO na matéria intitulada *“Professores(as) questionam Renato Feder sobre a educação pública do Paraná”*, escrita no dia 31 de outubro de 2019. Nesta matéria, o sindicato apresenta depoimentos de professores do Colégio Estadual Pedro Macedo, da cidade de Curitiba –PR, que recebeu a visita do Secretário da Educação Renato Feder.

Segundo a APP- Sindicato, o secretário enfrentou momentos de desconforto por ser questionado sobre a forma com que vem tratando a categoria dos professores. Conforme o sindicato, em um vídeo que viralizou nas redes sociais, é possível ver os professores questionando o secretário sobre o excesso de burocracia nas atividades pedagógicas e o descumprimento e anulação de leis. No relato sobre o vídeo, a APP- Sindicato apresenta a fala de uma professora ao secretário durante a visita.

A professora Luciana Machado (em pé, no vídeo) explica o que falou ao secretário no momento da visita. “Ontem estava acontecendo a Prova Brasil e o secretário resolveu passar na nossa escola para conversar com professores, foi uma visita surpresa. Começamos a questionar a cobrança insistente e a implementação dos programas, como o Se Liga e o Prova Paraná. Na prática, temos tido mais etapas burocráticas, uma cobrança pesada e cada vez menos contrapartida do governo. É uma situação desesperadora que adoce e o governo parece fechar os olhos”, afirma a professora.

No Colégio Pedro Macedo, assim como em tantas outras escolas do Paraná, o ambiente escolar está pesado e adoecendo os(as) trabalhadores(as). “A gente trabalha com um salário congelado, sem perspectiva nenhuma de valorização. Acabamos de perder nossa licença especial. Nisso, chegamos na escola e temos problemas com internet. Aqui, professores usam seu próprio plano de dados para cumprir as exigências da Seed preencher RCO. Somos cobrados o tempo todo em resultados, em números. Mas quando um de nós adoce ou precisa se afastar, só

recebemos punições na carreira. Está muito difícil ser professor”. (APP-Sindicato, 2019, *on-line*)

Pode-se perceber, a partir das matérias publicadas, que em nenhum momento o sindicato se opõe à implantação do sistema. A APP-Sindicato afirma que essa modernização há muito já era esperada pelos educadores. O problema levantado pelo sindicato é que a modernização deve estar acompanhada de condições de trabalho. Para o sindicato, o sistema RCO não pode servir como forma de controle sobre as ações do professor e também não pode ser priorizado acima do trabalho pedagógico. Entretanto, na prática, o que se percebe, é que o RCO transcende a fronteira entre o controle de frequência e o pedagógico, ao trazer recursos com modelos de plano de ensino e obrigar professores a se adaptarem a uma forma única de planejamento.

## 2.8 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PRÁTICA DO RCO: A VOZ DA PROFESSORA PEDAGOGA

O RCO começou a ser implantado na cidade de Foz do Iguaçu no ano de 2016, com a adesão de sete escolas-piloto. No ano seguinte estendeu-se para mais vinte e cinco escolas. No ano de 2021 todas as escolas Estaduais do Núcleo de Foz do Iguaçu passaram a fazer uso do sistema. A escola em que eu trabalhava no ano de 2016 foi uma das selecionadas como escola-piloto. Esse primeiro ano foi de difícil adaptação. Não recebemos formação adequada para utilização desse sistema, somente alguns vídeos e tutoriais. Tivemos que ir descobrindo as ferramentas com o uso, “fuçando”, como falávamos. O Núcleo Regional de Educação também não conseguia dar o suporte adequado, pois não tinham o conhecimento necessário sobre o sistema.

Um grande problema que a escola enfrentou com a implantação do RCO foi à falta de equipamentos tecnológicos e redes wi-fi de boa qualidade. Como havia (e ainda há) uma grande cobrança para que os lançamentos de frequência fossem realizados no dia e horário da aula, frequentemente víamos professores nas portas das salas tentando conectar seus aparelhos celulares para fazer a chamada, pois no corredor o sinal de internet era melhor.

Para que os professores pudessem usar o sistema no estabelecimento de ensino, foi preciso ampliar a rede wi-fi. Porém, a escola não recebeu verbas do Governo do Estado para isso, e, dessa forma, teve que fazer a manutenção e instalação com recursos próprios, provenientes da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF), proveniente da venda de lanches e outros recursos. Inclusive, para atender a demanda, a escola arcou com os custos de um pacote de internet com as verbas da APMF, por não receber suporte do Governo do Estado para esse fim.

Outro problema na implantação do sistema foi à dificuldade que alguns professores apresentaram por não terem o domínio das ferramentas tecnológicas e não receberem treinamento ou formação para isso. Na escola os pedagogos tinham a função de ensinar esses professores a usar o sistema. Além disso, os docentes tiveram que se adaptar, usando material pessoal para o trabalho, pois não foi recebido suporte para as novas demandas.

O sistema passou por algumas mudanças desde que começou a ser implantado. Em 2016, quando implantado nas escolas-piloto, o sistema permitia fazer qualquer alteração no campo “**Avaliações**”. Em 2018 o professor não conseguia mais fazer alterações sobre o valor do instrumento avaliativo, a não ser com autorização da SEED-PR. Somente a partir de 2021 o professor passou a conseguir fazer essa alteração sem precisar de autorização.

Outra mudança que ocorreu foi referente aos relatórios que são gerados pelo sistema, como o relatório de aluno que o pedagogo utiliza com os pais, relatório de notas do professor, entre outros. Esses relatórios eram gerados diretamente no sistema, sendo possível visualizá-los em tempo real. Em 2017 o sistema apresentou mudança e os relatórios passaram a ser enviados para o *e-mail* institucional do solicitante. Certamente que essa forma apresentou muitos problemas e reclamações, pois precisávamos pedir o relatório no RCO, abrir o *e-mail* e aguardar.

No caso de atendimento com os pais, essa demora dificultava muito o trabalho. Depois disso houve uma atualização e foi implantada uma nova funcionalidade: a aba “**Relatórios**”. Dessa forma todos os relatórios solicitados passaram a poder ser visualizados nesse campo, com cópia enviada para o *e-mail* expresso. Ainda assim, principalmente em períodos de fechamento de trimestre,

quando o número de acessos ao sistema é maior e mais frequente, o sistema apresentou muitos problemas, travando e não enviando os relatórios.

Para que o pedagogo possa “vistar” os registros de cada professor, é preciso gerar um relatório de cada disciplina para poder analisar, e, se necessário, solicitar ao professor às correções que devem ser feitas.

Muitas vezes tive de fazer esse trabalho à noite, de madrugada, ou aos domingos, pois era impossível no horário de trabalho, devido à quantidade de falhas que o sistema apresentava nos períodos de fechamento de bimestre ou trimestre. Nesse período os relatórios demoram, não chegam corretamente, o sistema trava e fecha sem salvar o que já foi realizado. Além de causar um desgaste emocional muito grande, visto que trabalhadores em educação são muito cobrados por prazos que precisam ser cumpridos e as demandas se acumulam, essa sobrecarga de trabalho burocrático deslegitima e fragmenta o trabalho pedagógico, pois não há tempo e espaço para essa dedicação. Há um exaustivo trabalho de controle nos moldes da formação do professor especialista pedagogo, que supervisiona o trabalho do professor.

Quem é o pedagogo? Para Saviani (2012) o pedagogo é quem se formou em pedagogia, e, conseqüentemente, atua no campo educacional. Mas é preciso considerar as transformações e as políticas educacionais em torno do curso de pedagogia, que ocorreram ao longo da história, e que, como consequência, modificaram os conceitos referentes à atuação do pedagogo.

O curso de Pedagogia foi instituído no Brasil em 1939, pelo Decreto-Lei Nº 1.190, de 4 de abril de 1939, com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia na Universidade do Brasil. O curso de pedagogia foi definido como bacharelado, porém, com mais um ano, acrescentando o curso de didática, seria obtido o diploma de licenciatura. Para Saviani:

O Decreto 1.190 em lugar de abrir caminho para o desenvolvimento de estudos e pesquisas educacionais, acabou por enclausurar-se numa solução que se supôs universalmente válida, agravando progressivamente os problemas que se recusou a enfrentar. Com efeito, supondo que o perfil profissional do pedagogo já estaria definido, concebeu um currículo que formaria o bacharel em pedagogia entendido como o técnico em educação que, ao cursar didática geral e especial, se licenciaria como professor. (SAVIANI, 2004, p.118).

O autor abre espaço para reflexão, questionando quais seriam as funções técnicas próprias do pedagogo, se o currículo proposto daria conta de formar esse técnico e quais matérias poderiam lecionar. De acordo com Saviani (2012), o curso formava pedagogos de forma generalista, sem especificação das habilitações.

Essa estrutura para o curso prevaleceu até a aprovação da Lei Nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que se constituiu como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1962 o Conselho Federal de Educação aprovou uma nova regulamentação do Curso de Pedagogia, que decorreu do Parecer 251, elaborado por Valnir Chagas. De acordo com Saviani (2004, p.118), a duração do curso ficou definida em quatro anos, englobando bacharelado e licenciatura. A diferença é que as disciplinas de licenciatura poderiam ser cursadas concomitante com o bacharelado, não sendo mais necessário cursar mais do que quatro anos.

A Lei da reforma universitária, no final de 1968, ensejou uma nova regulamentação do Curso de Pedagogia, com o Parecer 252 de 1969 do Conselho Federal de Educação– CFE, também de autoria de Valnir Chagas. Conforme a referida lei:

Art. 1º - A formação de professores para o ensino normal e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção, no âmbito de escolas e sistemas escolares, será feita no curso de graduação em Pedagogia, de que resultará o grau de licenciado com modalidades diversas de habilitação. (BRASIL, CFE, 1969, p.113).

Foram instituídas as habilitações pedagógicas, e, com isso, o Curso de Pedagogia passou a formar especialistas em educação, com habilitações para Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão Escolar e Professor das disciplinas pedagógicas dos Cursos Normais, que, a partir de 1971, passaram a ser chamados de Cursos de Magistério. De acordo com Saviani:

Por esse caminho se pretendeu superar o caráter generalista do curso procurando privilegiar a formação de técnicos com funções supostamente bem especificadas no âmbito das escolas e sistemas de ensino que configurariam um mercado de trabalho também supostamente já bem constituído demandando, em consequência, os profissionais com uma formação específica que seria suprida pelo curso de pedagogia então reestruturado exatamente para atender a essa demanda. (SAVIANI, 2004, p.120).

O autor ressalta que, no entanto, a dupla suposição se revelou inconsistente, pois não superou o caráter generalista. As funções correspondentes aos

mencionados especialistas não eram bem definidas, e não se poderia dar como constituído um mercado de trabalho demandando aqueles profissionais.

Continuando com as explicações de Saviani (2004, p. 122), o movimento dos educadores em torno da formação dos profissionais da educação começou a se articular no final da década de 1970. Em 1980 houve a criação do Comitê Pró Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura, que se organizou na forma de comissões regionais, transformando-se, em 1983, em Comissão Nacional pela Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (CONARCFE), e, em 1990, constituindo na Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE). Para o autor, essa mobilização foi importante para manter o debate, articular e socializar experiências, manter vigilância sobre as políticas educacionais e explicitar aspirações e reivindicações.

No período de 1970 em diante, de acordo com Saviani (2004), já não se assiste a busca de bases científicas à prática pedagógica. Em contrapartida, instalam-se os Programas de Pós-Graduação em Educação, ampliando significativamente o espaço acadêmico da pedagogia. Este fato resultou da aproximação com as áreas afins das ciências humanas, consolidando-se o lugar da educação nesse âmbito na medida, porém, se afastando, por assim dizer, da pedagogia enquanto teoria e prática da educação. Para Saviani:

É possível notar que o tratamento dado à questão pedagógica, desde o Decreto-Lei 1.190 de 1939 passando pelas Indicações de Valnir Chagas em 1975, até a nova LDB com os Institutos Superiores de Educação e as Escolas Normais Superiores, tendeu a reduzir a pedagogia a “uma ciência profissional pragmática do professor, mera transmissora de conhecimentos para o domínio das aptidões técnicas e artesanais da orientação do ensino”. (SAVIANI, 2004, p.123).

O autor ressalta que o caminho precisa começar pelo resgate da longa e rica tradição da pedagogia, visando explicitar, no conjunto de suas determinações, a relação que mantém com a educação enquanto prática da qual se origina e a qual se destina. “Para realizar esse itinerário supõe-se necessário retomar as principais concepções de educação de modo a sistematizar, a partir delas, os principais conceitos constitutivos da pedagogia”. (SAVIANI, 2004, p.123).

A formação de pedagogo passa a ser amparada, em 2006 até o momento desta dissertação, pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados; em seu planejamento e avaliação; pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país. Com as Diretrizes, definiu-se que a formação do pedagogo deveria ter como foco a docência.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p.2)

No ano de 2015 foi aprovada a Resolução Nº 2, DE 1º de julho de 2015, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam. Porém em 2019 essa resolução foi revogada pela Resolução CNE/CP 02/2019.

A Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019 passou a definir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a qual deve ser implementada em todas as modalidades dos cursos e programas destinados à formação docente. De acordo com Portelinha (2021) essa diretriz desconsidera todas as críticas de pesquisas sobre a formação de professores.

Amplamente criticada por associações científicas e por pesquisadores, os indicativos dessa resolução foram denominados de “pedagogia da competência” e correspondem à formação de um comportamento flexível visando à adaptação ao mercado de trabalho. (PORTELINHA, 2021, p.9).

Conforme a autora a concepção nuclear de competência e habilidades vinculadas às aprendizagens essenciais dos estudantes da Educação Básica, retiram da formação dos profissionais da educação conhecimentos necessários para a compreensão da formação humana integral, a compreensão “da relação entre educação e sociedade, da formação política, como também de uma concepção de pedagogia entendida como ciência, cujo objeto é o estudo do fenômeno educativo a historicidade e totalidade”. (PORTELINHA, 2021, p.10).

A diretriz traz uma discussão reduzida e verticalizada que fragiliza o princípio da gestão democrática e de acordo com a autora é um desmonte do curso de pedagogia, da pedagogia e das ciências da educação das quais é tributária.

Vale destacar que as DCN-BNC – Formação de 2019 revogaram a DCNFP de 2015, a qual expressava avanços consideráveis para a formação tanto inicial como continuada. Assim, o CNE desconsiderou a pesquisa e a discussão histórica produzida pelos pesquisadores no decorrer de mais de 20 anos, ao homologar uma diretriz que separa em resoluções distintas a formação inicial e a continuada, que retoma os princípios da competência e das habilidades e que propõe e enfatiza uma racionalidade técnico-instrumental, cuja ênfase recai sobre a associação de conteúdos da formação inicial e conteúdos da BNCC da Educação Básica. (PORTELINHA, 2021, p.18).

Apesar dos movimentos organizados contrários a DCN-BNC – Formação de 2019 por desconsiderar as experiências, pesquisas e projetos formativos, várias instituições de ensino superior privado já aderiram à proposta.

No Paraná, a Lei complementar de nº 103/2004, de 15 de março de 2004, que Institui e dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, em seu Artigo 2º, define que:

Integram a Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica os profissionais que exercem atividades de docência e os que oferecem suporte pedagógico direto a tais atividades nos Estabelecimentos de Ensino, nos Núcleos Regionais da Educação, na Secretaria de Estado da Educação e nas unidades a ela vinculadas, incluídas as de direção, coordenação, assessoramento, supervisão, orientação, planejamento e pesquisa, atuando na Educação Básica, nos termos da [Lei Complementar nº. 7, de 22 de dezembro de 1976](#), que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Estado do Paraná. (Lei complementar de nº 103/2004)

Considera-se, também, o artigo 5º, parágrafo 4º da referida Lei, prevendo que para o exercício do cargo de professor; nas atividades de coordenação, administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; é exigida

graduação em Pedagogia. O Artigo 33 estabelece que os cargos de Professor e Especialista de Educação, que compõem o Quadro Próprio do Magistério da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam transformados em cargos de Professor, enquadrados no Plano de Carreira do professor. As funções que antes eram desenvolvidas pelos supervisores e orientadores educacionais passaram a ser definidas como “professor pedagogo”.

A partir dessa lei, os editais para concursos públicos de professores e pedagogos, realizados pela SEED/PR, passaram a definir as atribuições do professor pedagogo. Conforme o Edital Nº 017/2013<sup>17</sup> (último concurso público realizado para esta função até o presente ano de 2022), que estabelece as instruções para a realização do Concurso Público para provimento no cargo de Professor e pedagogo do Quadro Próprio do Magistério da Secretaria de Estado da Educação – SEED são funções do pedagogo as atividades de suporte pedagógico direto à docência na Educação Básica, voltadas para planejamento, administração, supervisão e orientação educacional, incluindo, entre outras, as seguintes atribuições:

- Coordenar a elaboração e execução da proposta pedagógica da escola;
- Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos;
- Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas por lei;
- Zelar pelo cumprimento do plano de trabalho dos docentes;
- Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- Promover a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;
- Coordenar, no âmbito da escola, as atividades de planejamento, avaliação e desenvolvimento profissional;

---

<sup>17</sup> Disponível em:

<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1681>> Acesso em 05 de maio de 2022.

- Acompanhar e orientar o processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias;
- Elaborar estudos e levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou rede de ensino ou da escola;
- Elaborar, implementar, acompanhar e avaliar planos, programas e projetos voltados para o desenvolvimento do sistema e/ou rede de ensino e da escola, em relação a aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros, de pessoal e de recursos materiais;
- Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino.

Segundo a descrição do cargo, pode-se considerar que, embora o foco do trabalho do pedagogo seja processo de ensino-aprendizagem, a ele tem-se colocado uma perspectiva funcionalista de acompanhamento e monitoramento de metas e resultados.

Com todos os problemas que a escola enfrenta, mais o trabalho extremamente burocratizado que vem sendo cobrado do pedagogo, o princípio pedagógico do seu trabalho acaba sendo deixado de lado.

Sobre isso, Haddad (2016), em sua tese sobre políticas para o trabalho dos pedagogos na rede Estadual de ensino do Paraná, apresenta pesquisa sobre as produções escritas a respeito do trabalho dos pedagogos, realizadas entre os anos de 2007 a 2012 no PDE- Programa de Desenvolvimento Educacional. Conforme a autora, o trabalho do pedagogo tem sido objeto de pesquisas, pois, “esses profissionais têm se deparado com condições reais e objetivas na escola que não lhes permitem realizar o que de fato deveriam fazer, ou seja, o acompanhamento ao processo pedagógico” (HADDAD, 2016, p.143). Os estudos revelam um distanciamento sobre o que é prescrito pelos documentos da SEED- PR e o que de fato se consegue realizar na escola.

Conforme análise realizada por Haddad sobre 57 artigos produzidos no Programa PDE do Paraná, foi possível identificar categorias de análise do trabalho dos pedagogos da rede estadual de ensino do Paraná: “Essas categorias são expressas através: da descaracterização do trabalho, do trabalho multitarefas, da

secundarização do trabalho pedagógico, do trabalho burocrático e do trabalho ligado às questões disciplinares”. (HADDAD, 2016, p. 171). Desses 57 artigos produzidos no PDE/PR e analisados pela autora:

23% apontam para a descaracterização do trabalho, o que representa 46 produções; 19% para o trabalho multitarefas, o que representa 39 produções; 18% para a secundarização do trabalho pedagógico, o que representa 36 produções; 21% para o trabalho burocrático, o que representa 41 produções e 19% para o trabalho ligado às questões disciplinares, o que representa 38 produções. (HADDAD, 2016, p. 171)

De acordo com a análise, a descaracterização do trabalho do pedagogo foi apontada pela maior parte dos 57 artigos, sendo que 46 apontam para essa descaracterização. Sobre isso, a autora exemplifica que, segundo as produções, os pedagogos definem essa descaracterização do trabalho como: atividades imediatistas e corriqueiras, trabalho confuso, ativismo, indefinição de funções, distanciamento da real função, demandas urgentes e emergenciais, “Esse trabalho tem levado os pedagogos a manifestar um sentimento de “frustração”, “perda de identidade”, “insatisfação”, “sensação de ao final do dia não ter feito nada do que havia planejado”. (HADDAD, 2016, p. 172). Conforme a autora:

Ficou evidente que todos os pedagogos que participaram das pesquisas PDE reconhecem que o foco do seu trabalho é o acompanhamento ao processo do ensino-aprendizagem, mas na prática não conseguem realizá-lo de forma sistemática como gostariam de fazer. (HADDAD, 2016, p.191)

Com base nos artigos, Haddad afirma que os pedagogos apontam que as políticas implementadas no Estado do Paraná acarretaram num trabalho intensificado e burocrático para o pedagogo. Dos 57 artigos analisados na pesquisa, 41 deles apontam para a questão do trabalho burocrático que vem sendo direcionado ao pedagogo. Para a autora, a escola vem reproduzindo as mesmas relações da sociedade na qual está inserida. “Os pedagogos têm sido chamados a desempenhar o trabalho burocrático, como forma de manter as coisas como estão e não possibilitar um acompanhamento efetivo ao processo pedagógico”. (HADDAD, 2016, p.198).

Ao pedagogo vem sendo atribuída uma série de funções que não fazem parte de suas atribuições, mas que executam devido à falta de profissionais. O trabalho

pedagógico está sendo deixado de lado devido ao número elevado de turmas, professores e alunos que o pedagogo precisa atender, somado ao fato de ter que “apagar incêndios”, ou seja, resolver problemas corriqueiros e imediatistas, preenchimento de relatórios, acompanhamento de plataformas, entre tantas outras tarefas exigidas pela SEED/PR e Núcleos Regionais da Educação. Nas palavras de Haddad (2016, p.202), “O pedagogo está sobrecarregado pelos processos de burocratização. A organização do trabalho na escola tem se estruturado pelos princípios da racionalização, pela parcialização e fragmentação do trabalho”.

Para a autora, o pedagogo encontrar-se sobrecarregado devido à falta de unidade no trabalho entre pedagogos e coletivo da escola, e, também por causados princípios de racionalização, que limitam o número de pedagogos nas escolas.

Algo importante a ter em vista, é a quantidade de pedagogo por escola. Sobre o número de pedagogos nas escolas, segundo a SEED. O cálculo é feito da seguinte forma:

**Tabela 1** - Cálculo para demanda de Pedagogo

<b>Turno</b>	<b>Demanda inicial</b>	<b>Demanda total</b>	
1 turno	20 horas pedagogo	+ 150 matrículas	20 horas (a cada 150 matrículas*)
2 turnos	40 horas pedagogo		
3 turnos	60 horas pedagogo		

Fonte: Cadernos Gestão em Foco.<sup>18</sup>

Dessa forma, o cálculo de horas para pedagogo é realizado conforme turnos e matrículas. Cada turno de aula equivale a 20 horas para pedagogo. Podem ser acrescidas 20h quando há mais 150 matrículas. As demandas, especificidades e dificuldades de cada colégio não são consideradas nesse cálculo, o que acaba por sobrecarregar o trabalho do pedagogo em grande parte das escolas. De acordo com Haddad:

Todos concordamos que o pedagogo pode ser um intelectual orgânico comprometido com os interesses da classe trabalhadora e, dessa forma, o trabalho da escola deve estar voltado para a garantia do conhecimento sistematizado como condição para a transformação. No entanto, não se

<sup>18</sup> Disponível em:

<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao\\_em\\_foco/grhs\\_unidade2.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/grhs_unidade2.pdf)>

Acesso em: 13 de jun. 2022

trata de concordar ou discordar, mas sim de verificar se na prática estão se dando aos pedagogos as condições objetivas para a realização desse trabalho numa perspectiva emancipadora, ou se a emancipação tem ficado apenas ao nível do discurso. (HADDAD, 2016, p.158)

Para a autora, não se pode falar em transformação sem haver condições concretas do trabalho do pedagogo: “A escola inserida dentro dos interesses do capital não tem cumprido com a sua função social de garantir a todos os homens o acesso ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade”. (HADDAD, 2016, p.286.

De acordo com Saviani (2012), é preciso considerar que a sociedade capitalista é dividida em classes com interesses antagônicos. Dessa forma, a educação é determinada pelas características básicas da sociedade na qual está inserida, servindo aos interesses de uma ou de outra classe.

Portanto, o papel do pedagogo será um se ele se colocar a favor do desenvolvimento do capital, portanto, a serviço dos interesses da classe dominante, isto é, dos proprietários dos meios de produção. E será outro, se ele se posicionar a favor dos interesses dos trabalhadores. E não há possibilidade de uma terceira posição. Não se pode ser neutro. A neutralidade é impossível. (SAVIANI, 2012, p.1)

Para o Estado é conveniente um profissional pedagogo multitarefas, fiscalizador do trabalho docente e implementador dos projetos e políticas educacionais. Porém, esse não é, e não deve ser o foco do trabalho do pedagogo. É preciso superar essa visão. O pedagogo não deveria estar na escola para fiscalizar o trabalho do professor, nem para cumprir o trabalho burocrático implantando os projetos e programas do Estado ou apenas para auxiliar nas questões disciplinadoras. O foco do trabalho do pedagogo, pela história de sua função, deveria de ser o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem.

## 2.9 O TRABALHO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

O ano de 2020 ficou marcado pela pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), com números assustadores de contágios e mortes. Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto do novo coronavírus

como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII)<sup>19</sup>, o mais alto nível de alerta da Organização. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, pois havia surtos da doença em vários países e regiões do mundo.

No que se refere à educação, o Ministério da Educação (MEC) lançou a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, alterada pela de n.º 345, de 19 de março de 2020, e n.º 356, de 20 de março de 2020. A Portaria dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Autorizou a substituição das aulas presenciais, em andamento, por aulas em meios digitais.

No Paraná, como medida de enfrentamento ao Coronavírus, o governo do Estado publicou o Decreto Estadual n.º 4.230, alterado, pelo Decreto Estadual n.º 4.258, de 18 de março de 2020, suspendendo as aulas presenciais em instituições públicas e privadas a partir do dia 20 de março de 2020, podendo esse período de suspensão ser compreendido como antecipação do recesso escolar de julho de 2020.

Em 1º de abril de 2020 a Medida Provisória nº 934, que estabeleceu as normas excepcionais sobre o ano letivo, em seu art. 1º, determinou dispensa, às escolas de educação básica, da obrigatoriedade do mínimo de 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar, mas devendo ser cumprida a carga horária mínima de oitocentas horas.

Esse posicionamento evidencia o contexto ideológico capitalista, uma vez que, em última instância, o trabalho escolar não poderia ser interrompido, e ainda que o fosse, à luz desse documento, deveria ser repostado, devido à manutenção da carga horária. Uma política educacional que desconsidera a realidade perde sua função social em prol do desenvolvimento humano. Ato que desconsidera as condições sociais atuais e por isso, desvirtua a formação política crítica, ao dar um caráter mecanicista para a relação ensino e aprendizagem (MARINOSKI, MORAES e CARVALHO, 2020, p. 214)

Para as autoras, esse cenário demonstra a insensibilidade da classe dominante, visto que já se sabia sobre a doença, pelo agravamento e letalidade em outros países. As políticas educacionais implantadas no período pandêmico não

---

<sup>19</sup> Disponível em:< <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> > Acesso em: 13 de jun. 2022

levaram em consideração a situação de vulnerabilidade social do Brasil, onde muitas crianças não possuem acesso a tecnologias digitais.

Com a suspensão das aulas presenciais, foi publicada pelo Conselho Estadual de Educação a Deliberação Estadual CEE/CP nº 01/20 de 31 de março de 2020, que dispõe sobre a instituição de regime especial para o desenvolvimento das atividades escolares no âmbito do Sistema Estadual de Ensino do Paraná em decorrência da legislação específica sobre a pandemia causada pelo novo Coronavírus – COVID-19 e outras providências. Segundo a Normativa, considerando o número de cursos, professores, alunos, condições de funcionamento e a heterogeneidade, não seria possível aplicar uma regra única de organização para este momento excepcional.

Assim sendo, é preciso reconhecer que cabe às direções das instituições e redes do Sistema Estadual de Ensino, com o suporte de suas mantenedoras, decidir sobre a forma mais adequada de desenvolvimento das atividades escolares durante esse período de regime especial. Logo, cada instituição e rede de ensino da Educação Básica e da Educação Superior deverá condizente com sua realidade e a da comunidade a que atende, levantar os meios e recursos que dispõem, identificar as possibilidades existentes e, com o aporte da legislação educacional, decidir sobre as providências a serem tomadas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas. (DELIBERAÇÃO CEE/CP nº 01/20)

A Deliberação aponta que as instituições de ensino encontram respaldo em duas possibilidades para essa decisão: a interrupção do calendário escolar para retomada posterior, e a viabilização de alternativas metodológicas não presenciais de desenvolvimento das atividades previstas nas propostas pedagógicas e calendário escolar anteriormente aprovados. A Deliberação define também que, para validação como período letivo, a instituição de ensino deverá, no prazo de 60 dias após o término da suspensão das aulas presenciais, protocolar requerimento no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, anexando, entre outros documentos, ata de reunião do Conselho Escolar, descrição das atividades não presenciais, demonstração dos recursos tecnológicos utilizados, demonstração do sistema remoto de validação de frequência e demonstração da metodologia remota de aproveitamento da oferta por meio das atividades escolares não presenciais realizadas.

A deliberação estabeleceu a obrigatoriedade da aprovação do Conselho Escolar, justificando que a heterogeneidade e as diferenças imensas precisavam ser consideradas para organização do atendimento. Entretanto, sem consulta à comunidade escolar, e até mesmo sem conhecimento dos professores, a SEED/PR implantou um sistema de ensino remoto para as escolas públicas estaduais do Paraná. Fato que pode ser confirmado com a notícia publicada no dia 21/07/2021 no site da Agência Estadual de Notícias do Paraná, com fala do secretário de Educação do Paraná Renato Feder, no Congresso Internacional de Volta às Aulas.

“Fechamos as escolas no dia 20 de março de 2020, uma sexta-feira, e já na segunda-feira seguinte, dia 23, começamos a gravar as aulas. No dia 4 de abril, o Aula Paraná já estava no ar”, contou Feder. Ao professor Renato Casagrande, que conduziu o evento, ele apresentou a plataforma criada para a rede estadual, comentando sobre como foram às gravações das vídeo aulas produzidas pela Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná (Seed-Pr) e como elas foram disponibilizadas aos estudantes. (PARANÁ, 2021, ON-LINE)

Dessa forma, no dia 06 de abril de 2020 iniciaram-se as aulas remotas no Estado. As aulas gravadas eram transmitidas pela televisão, em três canais. Foi criado o aplicativo “Aula Paraná”, por meio do qual os alunos acessavam todas as aulas, que também podiam ser acessadas pelo *Youtube*. Além disso, foi criada uma sala de aula virtual no *Google Classroom* para cada turma, onde eram postadas as atividades e mensagens. Posteriormente, as aulas passaram a ser realizadas pelos professores de cada turma através do *Google Meet*.

Nessa decisão, e implantação de um sistema de aulas remotas não considerou as especificidades das instituições de ensino e nem que estávamos em um período de muito medo e preocupação em decorrência da doença que se alastrava. Também não foram considerados os equipamentos tecnológicos necessários, tanto de alunos quanto de professores, que tiveram de trabalhar com equipamentos precários ou comprar novos.

Muitos foram os problemas enfrentados nesse momento, tanto alunos quanto professores tiveram grande dificuldade em acessar as plataformas, foi preciso muita paciência, professores e pedagogos já não tinham mais horário de trabalho. Manhã, tarde, noite, fim de semana, a qualquer hora estávamos atendendo e tentando auxiliar o aluno por meio do celular.

Durante o tempo de período de aulas remotas, o trabalho do pedagogo intensificou-se muito. Desde o princípio iniciaram-se as cobranças em torno da participação dos alunos nas aulas on-line. Mesmo sem equipamentos e preparação prévia, os professores e pedagogos se desdobram para atender aos alunos da melhor forma possível.

Nas escolas em que eu trabalhava o primeiro passo para o atendimento dos alunos foi à criação de grupos de *WhatsApp*, um para cada turma. Como muitos dos atendimentos eram realizados em casa, cada pedagogo teve de usar o seu celular e número pessoal para estar em contato com os pais e alunos, já que não tínhamos outro telefone disponível para isso. Esses atendimentos demandavam muito tempo, pois, devido à escola estar em região de periferia, famílias de estudantes apresentavam carência financeira e de conhecimento tecnológico. Muitos tiveram dificuldade na instalação dos Aplicativos.

Na escola fizemos vídeos explicativos, prints de passo a passo, mas o sistema para muitos era complicado, exigia permissões de acesso, trocas de contas, pois para cada aluno a SEED-PR criou um e-mail exclusivo para abertura do aplicativo. Os celulares dos responsáveis e alunos já eram configurados com um e-mail pessoal, então essa troca dificultou o acesso. Outro problema foi em decorrência da qualidade dos aparelhos, que, por falta de memória, ou por serem mais antigos, não comportavam a instalação de novos aplicativos.

Como os atendimentos *on-line* não estavam sendo suficientes, mesmo com os riscos de contágio pelo novo Coronavírus, tivemos que montar escalas de atendimentos presenciais aos familiares e alunos no colégio, para que pudéssemos auxiliá-los na instalação e uso desses aplicativos.

Mesmo com dificuldades, grande parte dos alunos conseguiu acesso às atividades no aplicativo *Classroom*, mas a participação dos encontros remotos em ambiente virtual era baixa, por diversas questões: familiares usavam o celular durante o dia e os alunos só podiam realizar atividades à noite, irmãos de turmas diferentes só tinham um celular em casa, falta de local adequado para a participação, falta de internet em casa, ou internet com sinal baixo entre outros.

Para os alunos que não tinham acesso à internet ou a equipamentos eletrônicos, a orientação era que fosse entregue material impresso. Esse material

era entregue e recebido quinzenalmente, em um trabalho realizado presencialmente na escola pelos pedagogos e alguns professores voluntários.

Além desse atendimento presencial, de auxílio e entrega de materiais, os pedagogos também eram convocados a ajudar na entrega dos kits merenda e cestas básicas que eram enviadas pelo Estado e que a escola tinha a função de entregar para os alunos cadastrados no Programa Bolsa Família.

Como muitos alunos não retiravam as atividades impressas, a orientação do NRE é que a entrega dos materiais impressos deveria ser atrelada à entrega das cestas básicas.

Sobre o material impresso, a SEED/PR desenvolveu um material chamado de Trilhas Pedagógicas, disponibilizado semanalmente e entregue para a escola. Um material precário, que gerava muitas reclamações por parte dos alunos que não tinham condições de acesso à internet. As Trilhas trazem um pequeno resumo das aulas que ocorreram durante a semana, seguido de duas questões sobre o tema.

Como as entregas eram quinzenais, os alunos recebiam duas Trilhas de cada disciplina. A maior reclamação dos responsáveis e alunos era de que esse material era insuficiente para que pudessem aprender.

O período de aulas remotas foi de trabalho árduo e de muita cobrança sobre a escola para que os alunos participassem e realizassem as atividades. O medo do contágio era frequente, muitos colegas contraíram o vírus e perdemos colegas de profissão.

As cobranças do NRE eram frequentes, os encontros virtuais foram integrados ao sistema *Power BI*, por meio do qual a SEED conseguia acompanhar cada aula realizada via aplicativo *Google Meet*. Para ter validade como aula dada, o professor devia ficar no mínimo 40 minutos na aula on-line com os alunos, seguindo seu horário de aula. Caso o professor não conseguisse abrir a aula, precisava preencher um link com um formulário de justificativa, caso contrário ficaria com falta no dia.

Sobre o funcionamento desse pacote de ações de aulas remotas, Marinoski, Moraes e Carvalho destacam que:

Bases objetivas desmentem a propaganda “bonita” sobre a aula a distância no Paraná, expressa no site institucional. Mais do que nunca, hoje as formas concretas de governabilidade paranaense, denunciam a educação seletiva, a despeito do histórico processo de marginalização vivido por

maioria significativa de estudantes das escolas públicas. (MARINOSKI, MORAES e CARVALHO, 2020, p. 226)

Apesar de todos os problemas elencados, para o Secretário da Educação do Paraná, a SEED/PR e governo do Estado, tudo estava se encaminhando perfeitamente bem. Abaixo, segue um exemplar das atividades constantes no material “Trilha Pedagógica”.

Figura 8 - Modelo de Trilha pedagógica

	<b>HISTÓRIA</b>	<b>6º ano</b>	<b>SEMANA 4</b>
	ESCOLA/COLÉGIO:		
	ESTUDANTE:		

**Olá, estudante!**

Para ajudar em seus estudos, você está recebendo o resumo dos conteúdos das aulas 07,08 e 09. Bons Estudos!

**LUGARES DE MEMÓRIA**

Você sabe o que é um lugar de memória? Os lugares de memória são locais onde se preservam a história de um povo, de um acontecimento histórico: um monumento, uma praça, uma estátua, um edifício, um palácio. Mas também podem ser arquivos, celebrações, aniversários, cartas, festas, enfim tudo o que preserva a memória. Os lugares de memória podem preservar a história de um grupo ou algo que é necessário ser lembrado pelo presente, para manter viva a história de um povo, por exemplo, dos africanos escravizados no Brasil. Os lugares de memória precisam ter a ligação histórica, ou afetiva do povo com a memória. Portanto preservam a memória coletiva. Após aprender o que é um lugar de memória você saberia identificar um exemplo de lugar de memória na cidade onde você vive? Pense em um lugar que se encaixe nessas características.

**O TRABALHO DO HISTORIADOR**

Quem é o profissional que investiga e escreve a História? Você sabe dizer? O historiador é o nome do profissional que investiga, descreve e analisa a história, que estuda as ações da humanidade a partir dos vestígios deixados. Ele faz esse trabalho por meio da análise das fontes históricas, do método e de um trabalho de investigação sobre o passado. Assim, o historiador escreve a história.

O trabalho do historiador é fundamental para nossa sociedade, onde tudo é rápido e inconstante. Os historiadores são responsáveis por contar histórias que muitas vezes acabam sendo silenciadas.

A História ajuda a desenvolver a sociedade, tentando torná-la mais democrática, mais sensível e mais justa, pois trabalha a observação e o olhar crítico.

**A HISTÓRIA E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO**

A História dialoga com várias áreas do conhecimento que contribuem para ampliar o conhecimento sobre as sociedades do passado. Você sabia disso? Entre essas áreas destacamos a Arqueologia, a Antropologia, a Filosofia, a Sociologia e a Geografia. A **Arqueologia** estuda as sociedades e as formas antigas de organização humana por meio de evidências históricas materiais. A **Antropologia** estuda os seres humanos, em seus aspectos culturais, físicos e biológicos. A **Filosofia** estuda a essência da humanidade e a realidade em que vivemos. A **Sociologia** estuda as sociedades humanas. A **Geografia** estuda as transformações do espaço terrestre, desde as modificações que ocorrem de formas naturais ou naquelas em que são realizadas por seres humanos. O trabalho dos profissionais de todas essas áreas auxiliam os historiadores nas pesquisas históricas. Assim, essas ciências são chamadas de Ciências Humanas. Todas elas têm em comum o estudo do ser humano.

**EXERCÍCIOS**

1. Como podemos definir lugar de memória:

- Segundo a lenda, o lugar onde nasceu Mnemosine, na Grécia Antiga.
- São os locais do cérebro onde a medicina definiu como o espaço de armazenamento.
- Locais onde se preservam a história local, de um povo, de um grupo, de um acontecimento histórico, mas também podem ser arquivos, celebrações, aniversários, atas, tudo o que preserva a memória.
- Espaços onde ocorrem leituras de literatura e de cordel para não se perder a memória de um povo.

2. Vimos que a história é auxiliada por várias áreas do conhecimento, um exemplo é o geógrafo que auxilia os historiadores. No que o geógrafo ajuda?

- a entender os astros, os signos e o futuro.
- analisar as sociedades humanas, observando as relações entre os diversos grupos sociais.
- a compreender a mente humana, as psicoses, os traumas humanos ao longo da história.
- na observação das transformações do espaço terrestre, dessas modificações que ocorrem de formas naturais ou naquelas em que são realizadas por seres humanos.

Fonte: SEEDPR<sup>20</sup>

<sup>20</sup> O modelo da trilha é referente a disciplina de História para o 6º ano. Disponível em: <[https://www.aulaparana.pr.gov.br/historia\\_6ano](https://www.aulaparana.pr.gov.br/historia_6ano)> Acesso em 30 de jun. 2022

## 2.10 O TRABALHO PEDAGÓGICO NA PRÁTICA ESCOLAR NO RETORNO PÓS PANDEMIA

O trabalho do pedagógico nas escolas sobrecarrega-se com a demanda burocrática das políticas e projetos educacionais implementados nas escolas públicas Estaduais do Paraná. Além de “apagar incêndios”, que é uma demanda frequente nas escolas devido aos diversos problemas que os alunos enfrentam e a indisciplina, o pedagogo precisa dar conta de atender aos encaminhamentos da Tutoria Pedagógica, acessar e acompanhar as novas plataformas implantadas, acompanhar os registros do RCO, organizar formações e os planejamentos de acordo com as orientações da SEED-PR, dentre outras funções.

Como encaminhamento de boas práticas, foi solicitado aos pedagogos, pela Tutoria Pedagógica, uma agenda semanal, contendo todos os encaminhamentos a serem realizados semanalmente. O modelo a seguir foi uma sugestão proposta pela Tutoria.

**Tabela 2 – Modelo Agenda para pedagogos**

<b>AGENDA SEMANAL PEDAGOGA:</b>					
<b>Ações</b>	<b>Segunda</b>	<b>Terça</b>	<b>Quarta</b>	<b>Quinta</b>	<b>Sexta</b>
<b>ACOMPANHAMENTO DA BUSCA ATIVA E FREQUÊNCIA</b>					
<b>ACOMPANHAMENTO DA HORA-ATIVIDADE</b>					
<b>ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM</b>					
<b>OBSERVAÇÃO DE SALA DE AULA</b>					
<b>REUNIÃO DA EQUIPE GESTORA</b>					
<b>REUNIÃO DE TUTORIA</b>					
<b>RCO E FERRAMENTAS DE GESTÃO</b>					
<b>DOCUMENTAÇÃO (PPP, REGIMENTO ETC.)</b>					
<b>PROGRAMAS, PROJETOS E PLATAFORMAS</b>					
<b>PRÉ-CONSELHO</b>					
<b>ATENDIMENTO AOS PAIS/REPONSÁVEIS</b>					
<b>PEDAGOGO FORMADOR</b>					

Fonte: sistematização autora (2022)

Para a busca ativa, é preciso fazer acompanhamento das presenças e faltas dos alunos, gerando relatório diário do Presente na Escola, e acompanhamento da plataforma Power BI, entrando em contato com a família. Em caso de cinco faltas consecutivas do aluno, ou sete alternadas durante o mês, os encaminhamentos

incluem: ligações e mensagens nos números disponíveis, reunião com os pais e visita domiciliar.

O acompanhamento da hora atividade do professor está regulamentado pela Instrução Normativa N.º 004/2021 – DEDUC/SEED, que estabelece a organização das horas-atividade a serem cumpridas pelos professores das instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná. A instrução define, em seu artigo primeiro, que:

A hora-atividade é um tempo reservado para o planejamento das aulas, em parceria com a equipe pedagógica, bem como para estudo, avaliação, pesquisa, elaboração de instrumentos avaliativos, socialização de práticas exitosas, participação de formação continuada e reflexão junto aos seus pares sobre os pontos de atenção que interferem diretamente no processo de ensino e aprendizagem, buscando superá-los. (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004/2021)

Segundo o artigo quinto: “As horas-atividade cumpridas na escola serão prioritariamente destinadas ao trabalho conjunto entre professor e pedagogo para planejamento e formação continuada em serviço”. (INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 004/2021). Dessa forma, o pedagogo precisa estar em contato frequente com os professores, de acordo com a organização de sua hora atividade.

O acompanhamento da aprendizagem é cobrado pela Tutoria, referente à participação dos alunos nas atividades avaliativas internas e externas, como a Prova Paraná.

Outra imposição da SEED-PR, muito cobrada pela Tutoria Pedagógica, é que direção e pedagogos realizem observação da sala de aula, verificando como o professor está ministrando suas aulas. Para isso, é necessário um cronograma de observação, na qual o professor é avisado com antecedência. O pedagogo faz a observação e, em outro momento na hora atividade do professor, realiza uma conversa de retorno e avaliação, conhecida como “feedback”.

Na agenda do pedagogo é necessário também reunião semanal com equipe gestora. Trata-se de momento para equipe pedagógica e direção discutirem sobre os encaminhamentos que precisam ser tomados, assim com sobre as dificuldades encontradas. Porém, esse tempo é muito difícil conciliar, devido às demandas já citadas.

A reunião com a Tutoria Pedagógica também deveria ser realizada semanalmente, a fim de discutir sobre os problemas enfrentados e trocar

experiências, ouvindo as boas práticas de outras escolas sob a responsabilidade da Tutora. Porém, na escola em que trabalho, esse momento não vem acontecendo. A Tutora faz visitas à escola, mas a conversa acontece somente com a direção cobrando se todos os encaminhamentos estão sendo realizados. De acordo com os relatos de colegas que trabalham em outras instituições, esse procedimento está ocorrendo da mesma forma em outros colégios.

O pedagogo precisa acompanhar, no RCO, os registros de frequência, conteúdo e avaliações realizados pelo professor. Existe uma cobrança muito grande em torno do registro diário realizado pelos professores, tanto que foi gerado um novo campo para que direção e equipe pedagógica possam gerar um relatório diário com os lançamentos dos professores, conforme modelo abaixo:

**Figura 9 - Modelo de relatório diário de conferência dos lançamentos no RCO**

23/06/2022 FOZ DO IGUAÇU SOL DE MAIO, C.E.C-M-EF.M PROFIS		 <b>ESTADO DO PARANÁ</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO</b> <b>RELATÓRIO DE LANÇAMENTOS</b>			
TURMA	HORÁRIO	DISCIPLINA	LANÇAMENTO POR	REGISTRO DE AULA	REGISTRO DE CONTEÚDO
<b>2ª Série - Manhã - A - ENSINO MEDIO</b>					
	07:10:00	QUIMICA		23/06/2022 07:36:47	
	08:00:00	QUIMICA		23/06/2022 07:36:47	
	08:50:00	LINGUA PORTUGUESA		23/06/2022 09:18:32	23/06/2022 09:18:32
	09:55:00	MATEMATICA		23/06/2022 11:32:35	23/06/2022 11:32:46
	10:45:00	MATEMATICA		23/06/2022 11:32:35	23/06/2022 11:32:46
	11:35:00	FISICA		23/06/2022 10:54:11	23/06/2022 10:54:57
<b>2ª Série - Manhã - B - ENSINO MEDIO</b>					
	07:10:00	ARTE		23/06/2022 07:25:10	23/06/2022 07:25:28
	08:00:00	MATEMATICA		23/06/2022 08:45:45	23/06/2022 08:46:42
	08:50:00	MATEMATICA		23/06/2022 08:45:45	23/06/2022 08:46:42
	09:55:00	L.E.M.-INGLES		23/06/2022 11:33:54	23/06/2022 11:33:54
	10:45:00	L.E.M.-INGLES		23/06/2022 11:33:55	23/06/2022 11:33:55
	11:35:00	LINGUA PORTUGUESA		23/06/2022 11:43:20	23/06/2022 11:43:20
<b>3ª Série - Manhã - A - ENSINO MEDIO</b>					
	07:10:00	GEOGRAFIA		23/06/2022 07:53:51	23/06/2022 07:53:57
	08:00:00	SOCIOLOGIA		23/06/2022 10:51:09	23/06/2022 10:51:09
	08:50:00	QUIMICA		23/06/2022 09:20:09	23/06/2022 09:28:18
	09:55:00	MATEMATICA		23/06/2022 11:04:09	23/06/2022 11:04:22
	10:45:00	MATEMATICA		23/06/2022 11:04:09	23/06/2022 11:04:22
	11:35:00	BIOLOGIA			

Fonte: Autora (2022)

No RCO está cadastrada a grade de horários de cada turma. Com este relatório, pedagogos, direção e NRE conseguem verificar qual aula teria em cada turma no dia, se o professor registrou a frequência e se inseriu o conteúdo trabalhado e que horas foi realizado o registro. Professores são cobrados que esses registros sejam diários. Na hora da aula, caso o professor não faça, o pedagogo

precisa entrar em contato ou fazer o registro. Em caso de faltas de professores, o pedagogo deve fazer o registro.

Essa cobrança em torno dos registros de frequência intensificou-se após a publicação da Lei nº 20.935, de 17 de dezembro de 2021, e regulamentada pelo decreto 10767 - 12 de abril de 2022. A referida Lei estabelece a “Gratificação de Incentivo de Aprendizagem (GRAP)”. A gratificação é paga ao Diretor e Diretor Auxiliar de escola que apresente índices de frequência dos estudantes.

Referentes aos valores da gratificação, a Lei estabelece critérios de porte e porcentagem de frequência para recebimento, estipulando que para recebimento da gratificação a escola precisa manter a frequência de estudantes maior ou igual a 85% (oitenta e cinco por cento). Quanto maior a porcentagem de frequência, maior será a gratificação do diretor.

Essa gratificação além de visar índices sem investimentos na educação, não considera as diferenças regionais, os problemas sociais e os motivos que levam uma escola a ter índices mais baixos de frequência, culpabilizando a escola pelos resultados. Além disso, desconsidera todo o trabalho realizado por professores, pedagogos e agentes envolvidos no processo educacional, como se os resultados de maior ou menor frequência dependessem somente do esforço ou da cobrança dos diretores.

Além do relatório de frequência o pedagogo precisa fazer o acompanhamento no RCO verificando se o professor está realizando as atividades avaliativas conforme o proposto. O sistema RCO permite o lançamento de no mínimo duas avaliações e duas recuperações. Porém, no colégio onde trabalho, as avaliações e registros devem ser realizados da seguinte forma: mínimo três avaliações, nota somatória e com valor máximo de 40 pontos, e duas avaliações com valor máximo de 60 pontos. Esse trabalho no ano de 2022 ficou ainda mais rígido, pois, conforme modelos de boas práticas de outros colégios, a escola aderiu ao estabelecimento de prazos para lançamento de cada avaliação. Assim, no início de cada trimestre, são estabelecidas datas e os professores precisam fazer os lançamentos de acordo. Aos pedagogos cabe verificar se os professores estão cumprindo essas datas.

Outra função do pedagogo, no que se refere ao RCO, é o “visto favorável” ao final de cada trimestre. Esse parecer requer que o pedagogo verifique todos os lançamentos dos professores, conferindo datas, notas e registros necessários. Após

conferência, deve fechar o RCO com um visto favorável, que bloqueia o professor a fazer qualquer lançamento no seu RCO, ou não favorável, encaminhando justificativa ao professor quanto ao que precisa ser corrigido para que possa estar com visto favorável. Após o fechamento de todos os RCOs, o pedagogo solicita ao secretário que encaminhe as notas ao sistema SERE para que sejam gerados os boletins.

Esse trabalho é cansativo. O sistema fica lento ao final do trimestre devido ao número de acessos, e, por vezes, apresenta falhas. Para uma noção melhor desse trabalho, escrevo aqui uma descrição das turmas que atuo como pedagoga neste ano letivo de 2022 e quantidade de RCO que preciso “vistar”.

No colégio em que trabalho, devido ao porte, somos três pedagogas no período da manhã. Dessa forma, as turmas são divididas de forma igualitária. Fiquei responsável pelas turmas do ensino médio, o que inclui um total de 07 turmas que correspondem a: dois primeiros anos profissionais do curso de Administração, dois primeiros anos do novo ensino médio, dois segundos anos e um terceiro ano. Essas turmas são contempladas com as seguintes disciplinas:

**Tabela 3** - Quadro de disciplinas para o Ensino Médio

<b>1° A - ADM</b>	<b>1° B - ADM</b>	<b>1° A NEM</b>	<b>1° B NEM</b>
Arte	Arte	Arte	Arte
Educação Física	Educação Física	Educação Física	Educação Física
Biologia	Biologia	Biologia	Biologia
História	História	História	História
Geografia	Geografia	Geografia	Geografia
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Língua Inglesa	Língua Inglesa	Língua Inglesa	Língua Inglesa
Filosofia	Filosofia	Filosofia	Filosofia
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Química	Química	Química	Química
Física	Física	Física	Física
Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida	Projeto de Vida
Educação financeira	Educação financeira	Cidadania e Civismo	Cidadania e Civismo
Introdução ao Marketing	Introdução ao Marketing	Educação financeira	Educação financeira
Introdução a Economia	Introdução a Economia	Pensamento Computacional	Pensamento Computacional
Teoria Geral da ADM	Teoria Geral da ADM		
<b>Total: 16 disciplinas</b>	<b>Total: 16 disciplinas</b>	<b>Total: 15 disciplinas</b>	<b>Total: 15 disciplinas</b>

2º A	2º B	3º A
Arte	Arte	Arte
Educação Física	Educação Física	Educação Física
Biologia	Biologia	Biologia
História	História	História
Geografia	Geografia	Geografia
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa
Língua Inglesa	Língua Inglesa	Língua Inglesa
Filosofia	Filosofia	Filosofia
Matemática	Matemática	Matemática
Química	Química	Química
Física	Física	Física
Sociologia	Sociologia	Sociologia
Cidadania e Civismo	Cidadania e Civismo	Cidadania e Civismo
Educação financeira	Educação financeira	Educação financeira
<b>Total: 14 disciplinas</b>	<b>Total: 14 disciplinas</b>	<b>Total: 14 disciplinas</b>

Fonte: sistematização da autora (2022)

No quadro, é possível verificar a quantidade de disciplinas em cada turma. Cada disciplina possui um LRCO. Dessa forma, como pedagoga dessas turmas, é preciso visitar os 104 LRCOs de cada professor, acessando a cada um individualmente e gerando os relatórios para conferência. Tomando como exemplo o segundo trimestre deste ano, que corresponde ao período de 2022, de 30/05/2022 a 16/09/2022, foram estabelecidas pelo colégio as seguintes datas para registro das avaliações:

**Tabela 4** - Calendário de avaliações internas

<b>Atividade Avaliativa</b>	<b>Aplicação e registro até o dia</b>
Avaliação 01 e recuperação	24/06/2022
Avaliação 02 e recuperação	12/08/2022
Avaliação 03	02/09/2022
Recuperação da Avaliação 03	09/09/2022`

Fonte: sistematização da autora (2022)

A orientação é que o pedagogo verifique dentro dessas datas se os registros foram realizados. Assim, considerando o curto espaço de tempo, a quantidade de datas, quantidade de disciplinas (104 conforme o quadro acima) e a conferência para o visto final, e, ainda, entendendo que para realizar esse processo é necessário

gerar relatório e entrar em cada um individualmente, é possível ter uma noção do tempo que o pedagogo precisa dedicar ao RCO para seguir todas as orientações.

Além das plataformas, como o Presente na Escola e o RCO, que devem ser acompanhados diariamente pelos pedagogos, outros programas e projetos também demandam esse acompanhamento, como no caso do Escola Total, que inclui as plataformas Inglês Paraná, Redação Paraná, Edutech e Matific. Além desses, o Power BI apresenta também os resultados da Prova Paraná.

Os professores precisam fazer com que os alunos acessem todas as plataformas, o professor de inglês com a plataforma “Inglês Paraná”, o de português com o “Redação Paraná”, o professor de Matemática com a “Matific”, além disso, o curso do “Edutech”, e para algumas turmas também a disciplina de Pensamento Computacional. Os acessos devem ocorrer mesmo sem condições para isso, pois muitas escolas não possuem laboratório de informática, ou possuem um número mínimo de computadores, onde só é possível levar metade da turma e sem auxílio de funcionário.

Apesar disso, o professor precisa acessar as plataformas, fazer os lançamentos de frequência e conteúdos no RCO, cumprir as datas para lançamento das avaliações e utilizar os planejamentos disponibilizados no RCO +aulas. Nessa forma de trabalho, o professor não precisa de autonomia nem de planejamento, mas sim ser treinado para utilizar as plataformas e dar a aula seguindo o planejamento com os conteúdos considerados “essenciais”. Da mesma forma, a cobrança recai sobre os pedagogos, que acabam deixando o trabalho pedagógico de lado, tornando-se multitarefas e vistos como fiscalizadores do Estado.

Considerando a Orientação Conjunta 010/2021, que institui que o pedagogo é responsável pela turma e deverá organizar o atendimento dos estudantes por meio das aulas e atividades disponibilizadas no LRCO e a realidade, pode-se perceber que há um fingimento de que alunos estão recebendo atendimento. Segundo a orientação, pedagogos devem atender as turmas onde professores faltam. Os registros são realizados no LRCO do professor, cabendo ao pedagogo aplicar as aulas em casos de faltas. No entanto, com todos os problemas que a escola enfrenta e a sobrecarga do trabalho pedagógico, é infundado esperar que o pedagogo esteja preparado a cobrir faltas. Além disso, ausência docente nem

sempre é falta por atestado médico, havendo casos de falta de contratação de professores.

Embora as aulas estejam prontas no módulo planejamento, dar aulas é muito mais que seguir um planejamento pronto, requer preparação, conhecimento e demanda tempo. Além disso, essas tarefas são incompatíveis com a carga horária do pedagogo.

Além disso, o pedagogo precisa realizar Pré-Conselho, Conselho de Classe ao final do trimestre e Pós-Conselho com os professores. Precisa organizar a documentação escolar, reformulado o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Regimento Escolar, que embora sejam documentos de extrema importância, pois regem todo o funcionamento da escola, acabam por se tornarem apenas uma tarefa burocrática, pois não são estabelecidos tempo e condições para o debate e discussão. Os textos já são enviados praticamente prontos pela SEED-PR, cabendo à escola acrescentar apenas as especificidades solicitadas. O pedagogo precisa organizar e participar das formações da SEED-PR é orientado a participar também da formação Pedagogo Formador, que realiza encontros semanalmente com duração de 1h e 40min.

Haddad (2016) reforça que devido às políticas educacionais do Paraná, o trabalho do pedagogo é marcado pela multitarefa, pois, além das muitas atribuições do trabalho pedagógico, acaba assumindo inúmeras atividades corriqueiras e rotineiras:

Essas atividades têm desviado o pedagogo do acompanhamento do processo pedagógico e gerado um sentimento de frustração. Ele não vê sentido no trabalho que realiza, na medida em que ao final do dia do trabalho sai desgastado pelo número de atividades que realizou, mas que não foram as que ele planejou para fazer. Inicia-se dessa forma um processo de alienação do trabalho. (HADDAD, 2016, p. 284)

Para a autora, é necessário que o pedagogo passe a se questionar sobre o seu trabalho, se ele tem servido aos interesses da classe trabalhadora ou aos objetivos da classe burguesa. Pois, conforme sua pesquisa e as políticas examinadas pela autora, “o pedagogo é um mero executor das exigências da secretaria. O foco do trabalho do pedagogo passa a ser nas atividades burocráticas por meio do preenchimento de relatórios, planilhas, fichas”. (Haddad, 2012, p. 285).

O trabalho dos pedagogos só será transformado quando estiver fundamentado por um referencial teórico que lhe permita compreender a realidade para poder superá-la.

## 2.11 ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO RCO

Para uma análise sobre o funcionamento do RCO como ferramenta de apoio ao professor, ou como ferramenta burocrática de controle, apresento aqui algumas considerações sobre o sistema.

1 – No RCO os conteúdos de cada disciplina já estão definidos para cada turma, de acordo com os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>21</sup>. O professor apenas assinala o conteúdo trabalhado no dia. Os conteúdos são os mesmos para todas as escolas do Estado. Isso nos leva a refletir sobre as desigualdades regionais e as especificidades de cada escola. Será que todas as escolas são iguais e com as mesmas demandas?

2 – O professor não tem autonomia sobre a avaliação do aluno. Todos devem seguir a mesma forma, lançando suas avaliações conforme o padrão do sistema. Os professores precisam seguir o modelo de avaliação (nota) que está estipulado no Regimento Escolar e este deve estar em consonância ao RCO. Devem ser realizadas no mínimo duas avaliações no sistema, sendo que para cada uma é obrigatório oportunizar recuperação paralela.

3–O RCO é um sistema extremamente hierárquico. O professor faz seus lançamentos sendo sempre avaliado pelo pedagogo. Após sete dias do término do trimestre o professor perde o acesso ao trimestre no sistema. Se precisar fazer uma alteração deve solicitar ao pedagogo, que lhe permitirá fazer as mudanças por um tempo determinado. Depois de 60 dias do término de cada trimestre, o pedagogo e o diretor também perdem o acesso. Para fazer alterações, a direção precisa

---

<sup>21</sup> BNCC - Base Nacional Comum Curricular, documento que regulamenta quais são as aprendizagens essenciais a serem trabalhadas nas escolas brasileiras públicas e particulares de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A 1ª versão da BNCC foi disponibilizada em 16 de setembro de 2015. De 2 a 15 de dezembro de 2015 houve uma mobilização das escolas de todo o Brasil para a discussão do documento preliminar da BNC. Em abril de 2017, o MEC entregou a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Sendo homologada em 20 de dezembro de 2017. Disponível em: < <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> > Acesso em 08 de ago. 2022.

encaminhar ao Núcleo de Educação uma solicitação com justificativa para abertura do RCO.

A hierarquia e as funções dentro do RCO são bem definidas, o que demonstra a fragmentação do trabalho escolar. O professor finaliza seus registros ao término de cada trimestre. O pedagogo precisa fazer as correções e vistar no sistema como favorável. Depois disso o secretário da escola, com a sua chave, envia esses registros para o sistema SERE para migrar as notas e a secretaria imprimir os boletins. Se uma das partes não fizer o seu trabalho conforme as normas do sistema, todo o trabalho fica comprometido.

Como exemplo, pode-se citar o caso de um aluno que fica sem nota em uma disciplina no boletim escolar e familiares vão à escola verificar com a direção o que ocorreu. O diretor vai verificar com o secretário porque a nota não foi lançada no boletim, o secretário vê no sistema que o pedagogo não deu o parecer favorável e por isso a nota não migrou, então passará para que o pedagogo resolva. O pedagogo, por sua vez, não deu o parecer favorável porque o professor deixou de lançar um dia de conteúdo na sua aula. (para que o sistema aceite o parecer favorável, frequência, conteúdo e avaliação precisam estar devidamente lançados no sistema). O pedagogo então deverá cobrar esse registro do professor e fazer o lançamento na sua chave e, então, iniciar o processo de envio de notas novamente.

4– Sobrecarga no sistema atrasa as atividades. Nos momentos de mais acesso ao sistema, o mesmo fica lento e apresenta falhas, fecha sem salvar os lançamentos e demora em gerar relatórios. Isso acontece principalmente no encerramento dos trimestres, quando há um número maior de acessos, pois os professores estão finalizando seus registros e pedagogos estão conferindo os dados para vistar.

5– Cobrança em torno dos relatórios “**Presente na escola**”. Segundo a apresentação do programa “**Presente na Escola**”, o intuito do programa é localizar os ausentes e realizar ações para trazê-los de volta à escola. Mas o que se pode perceber é que o programa vem servindo de instrumento de cobrança sobre o registro de frequência no RCO professor. Quando o professor não realiza o seu registro de frequência no dia da aula, o relatório vai ser gerado no dia seguinte, apontando todos os alunos com falta nesta disciplina. Como nos outros horários o

aluno tem presença, sabe-se que, ou o professor faltou, ou não fez a chamada no dia.

O “**Presente na Escola**” parece ser uma das maiores formas de controle sobre a atividade docente, pois, através dele, é gerado o relatório de lançamento das frequências, que é diariamente acompanhado pela direção e pelo núcleo de educação. Quando, no relatório, o colégio apresenta um baixo índice de frequência, principalmente nas avaliações de larga escala, o diretor é questionado pelo núcleo. Dessa forma, existe uma grande cobrança sobre os professores para que os lançamentos sejam realizados no mesmo dia da aula.

6 - No ano de 2021 a SEED-PR lançou o RCO 2.0, acrescentando uma nova funcionalidade: “**Planejamento**”. O planejamento é uma sequência didática para aula de cada disciplina, seguindo os conteúdos do sistema. O uso do planejamento é uma sugestão (ainda não é obrigatório). Com essa nova ferramenta não é mais necessário o Plano de Trabalho Docente (PTD), que antes o professor realizava. O PTD era o planejamento de aulas e conteúdos, todo ano elaborado pelo professor de acordo com a realidade da escola, sendo adaptado e revisto a cada trimestre, de segundo necessidades dos alunos. Com a nova ferramenta, esse planejamento vem pronto, havendo um único plano de trabalho para todo o Estado do Paraná.

7 – Programa “**Se Liga! É tempo de aprender mais**”. Conforme a SEED-PR, o programa visa recuperar os “conteúdos” necessários para que o aluno possa avançar para o ano seguinte. Mas o que se observa é que o intuito do programa é que o aluno consiga obter uma nota para aprovação, independentemente de sua atuação e aprendizagem. O aluno não recupera defasagem de conteúdos em duas semanas de aula, mas sim a nota para aprovação. De acordo com a APP- Sindicato (2019)<sup>22</sup>, “Recuperação faz parte de um todo e não de uma etapa aligeirada no final do ano”. A recuperação, assim como a avaliação, faz parte de um processo contínuo. Dessa forma, uma recuperação aligeirada, que visa atingir melhores resultados, sem oferecer à escola condições diferenciadas de aprendizagem, em nada contribui para aquisição do conteúdo.

Segundo as orientações da SEED-PR, as atividades do “Se Liga!” devem ser planejadas de forma coletiva entre os educadores e podem ser propostas no formato de trabalhos em grupo, atividades orais, seminários, projetos, avaliações escritas,

---

<sup>22</sup> Disponível em: < <https://appsindicato.org.br/se-liga-a-recuperacao-e-um-processo-contiuuo/> >  
Acesso em 27 de jun. 2021.

oficinas, entre outras possibilidades. Também devem ser consideradas as diferentes formas de acesso dos estudantes às aulas não presenciais (Aula Paraná, Google Classroom, TV aberta e atividades impressas).

Esse processo desenhado pela Seed burocratiza, engessa e aumenta o trabalho das equipes pedagógicas e dos(as) professores(as) com o objetivo de controle e vigilância jogando no lixo a autonomia das escolas, embora as orientações digam respeitar a autonomia. (APP- Sindicato, 2019)<sup>23</sup>

Para o Sindicato, o programa “Se Liga! É tempo de Aprender Mais”, é mais um instrumento de engessamento dos processos educacionais, da pedagogia de controle e vigilância implantada nas escolas públicas do Estado pelo secretário da Educação Renato Feder, que, de acordo com o sindicato, apresenta um desespero nítido por resultados imediatos.

É a busca por perfumaria, de querer dar uma aparência de melhora da educação através de indicadores. Assim, toda estrutura de controle criada com as tutorias, Prova Paraná e a constante vigilância do RCO tem o objetivo de forçar resultados sem investimentos e contrapartida por parte do Governo do Paraná. É o mesmo que se exigir que se construa um grande e resistente edifício com material de segunda, sem ferramentas e sem uma fundação sólida que dê suporte. (APP- Sindicato, 2019)<sup>24</sup>

O programa “Se Liga!” apresenta-se, dessa forma, como uma ferramenta aplicada com o intuito de se conseguir melhores índices sem investimentos. Para quem conhece a realidade de uma escola, entende que o programa visa aumentar os índices de aprovação do Estado, pois eles interferem diretamente nos índices dos avaliadores da qualidade da educação no Brasil, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A nota do IDEB é obtida de acordo com a taxa de rendimento escolar (aprovação e evasão) e o desempenho médio obtido nas provas aplicadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De forma resumida, menos reprovação, melhores índices.

Referente a esses avaliadores da qualidade da educação, como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e a Prova Brasil, dentre outras avaliações municipais e estaduais, Pinto (2008) afirma que “um conjunto de testes padronizados de português e matemática, é claramente insuficiente para aferir a

---

<sup>23</sup> Disponível em:< <https://appsindicato.org.br/se-liga-a-recuperacao-e-um-processo-continuo/> >  
Acesso em 27 de jun. 2021

<sup>24</sup> Disponível em:< <https://appsindicato.org.br/se-liga-a-recuperacao-e-um-processo-continuo/> >  
Acesso em 27 de jun. 2021

qualidade da educação oferecida pelos sistemas de ensino, mesmo considerando os limites e objetivos postos pela legislação”. (PINTO, 2008, p.59).

Para reflexão, também exponho aqui um fato ocorrido relacionado ao RCO que aconteceu na escola em que eu trabalhava no ano de 2019. No final deste ano a escola recebeu uma equipe do Núcleo Regional de Educação (NRE) para uma vistoria nos documentos da secretaria (matrículas, documentação de estudantes). Acompanhei toda a vistoria, mas o que chamou a atenção foi que, ao chegar à escola, uma das servidoras da equipe me entregou um papel com duas datas, solicitando que verificasse no RCO por que determinada professora havia feito o lançamento de duas aulas em um domingo. Obviamente que foi um erro da professora, que trocou as datas de sua aula, mas o que me intrigou e demonstrou total vigilância através do RCO foi o fato de o NRE encontrar esse erro, antes mesmo do pedagogo da escola. Sabendo que na escola tínhamos 16 turmas, com uma média de 10 disciplinas por turma, que geram um total de 160 livros de RCO na escola, não posso afirmar aqui se foi por coincidência ou não que pegaram justamente esse livro *on-line* para analisar, ou se foram vistoriados todos os livros, mas o fato é que encontraram o equívoco.

Com esses apontamentos, pretendo instigar algumas reflexões sobre o tipo de atenção que a educação vem recebendo do poder governamental: Será que é mais importante o controle e a cobrança sobre os professores para que abasteçam um sistema corretamente, e em dia, ou pensar na qualidade da educação que está sendo oferecida? Da forma como está organizado o RCO, podemos considerar que o ato de educar está se tornando um trabalho mecânico, nos moldes do trabalho baseado no fordismo, taylorismo e neotecnicismo, tendo como objetivo o treinamento e o controle. A educação não é mercadoria, não pode ser moldada conforme os interesses de quem impõe um sistema.

## 2.12 RCO – O SISTEMA COMO FERRAMENTA DE CONTROLE SOBRE A ATIVIDADE DOCENTE

Início as discussões sobre os questionamentos acerca das funções implícitas ao RCO partindo das considerações da APP- Sindicato, do relato apresentado, e trazendo os apontamentos do trabalho de pesquisa das autoras Danielle Severo Scherer, Luciane Cristina Silva e Tamara Cardoso André, cujo título é: A

*Implantação do Registro de Classe On-line (RCO) em um Colégio Estadual no Município de Foz do Iguaçu: Limites e Possibilidades.* As autoras apresentam pesquisa sobre a implantação do RCO em um colégio estadual de Foz do Iguaçu. Através da revisão de leitura, entrevistas e questionários investigativos, demonstram a opinião dos professores sobre RCO, apontando os prós e contras do software.

As autoras apresentam que a pesquisa demonstrou as possibilidades que o RCO traz aos seus usuários, mas também enfatizam os limites. Devido a isso, há necessidade de reflexão e debate sobre seu uso para que os resultados sejam utilizados de forma segura e objetiva.

Como já citado aqui, não há dúvida de que o RCO é uma ferramenta tecnológica que trouxe vantagens quando se trata de agilidade, rapidez nos registros, cálculos e envio de notas que não precisam mais ser digitadas pelo secretário no SERE. Mas sobre essa limitação citada, é o que faz necessário maior reflexão. O sistema RCO, assim como tudo que está atrelado a ele, é programado conforme os interesses do Estado sobre a educação. Essa limitação, apontada pelas autoras, nos remonta à falta de autonomia dos professores. Giceli Maria Cervi (2010), em sua tese de doutorado, cujo título é “Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle”, faz apontamentos sobre a falta de autonomia das escolas:

Escolas são autônomas e livres, desde que cumpram as leis, resoluções e normatizações que os sistemas de ensino estabelecem. São livres desde que sigam os livros didáticos, trabalhem as metodologias propostas, sigam os parâmetros, diretrizes, referências e façam as avaliações que os organismos internacionais encaminham. São livres desde que participem dos projetos, eleições, programas, reuniões, eventos e concursos. (CERVI, 2010, p. 40)

Professores são livres, desde que cumpram toda a legislação. Dessa mesma forma, com o RCO podemos dizer, então, que professores são livres, desde que registrem a frequência de suas aulas diariamente, cumpram com os conteúdos impostos, avaliem conforme os formatos do sistema e aumentem os índices de aprovação. Cervi (2010) aponta outros exemplos, para refletir sobre essa “liberdade”, como a escolha do livro didático, em que os professores são livres para escolher os livros, mas são obrigados a escolher, além de serem obrigados a participar de reuniões, de formações e cumprir todas as exigências burocráticas.

Assim, aprende-se que se é livre para fazer tudo, desde que esteja dentro da norma, da lei. Livres para repetir o que se deseja que se diga, livres para fazer o que se deseja que se faça ou utilize. Livres desde que bons, dóceis, disciplinados, tarefeiros, participativos, responsáveis. (CERVI, 2010, p.40)

Sobre o livro didático, cabe destacar que no Estado do Paraná, a partir do ano de 2020, foi adotado um novo modelo de escolha. A SEED-PR optou por escolher um material único para toda a rede estadual de ensino. Dessa forma, os livros didáticos com maior número de indicações por parte dos professores serão utilizados em todas as instituições de ensino da rede estadual. Então mesmo que os professores façam uma análise e escolham o livro didático que consideram mais adequado para a realidade de sua escola, no final a escola recebe o livro que foi escolhido pela maioria entre todas as cidades do Estado. Dessa forma, os livros podem ser remanejados entre as escolas do Paraná, o que gera uma economia de gastos para o governo na aquisição de livros novos.

Voltando ao foco da discussão acerca do RCO, o que se pode concluir é que nesse sistema o trabalho é hierárquico, engessado, moldado de forma que qualquer pessoa possa manipulá-lo de acordo com os interesses de quem o gerencia.

Considerando os apontamentos da APP-Sindicato, pode-se perceber que, tanto professores, quanto sindicato, não se opõem ao o uso de ferramentas tecnológicas que auxiliem no processo educacional. O problema que se coloca é que faltam recursos, investimentos, estrutura para que o sistema funcione e que essas ferramentas e programas estão sendo implantados como forma de controle e de cobrança, e não com o propósito que deveria ter, que é a melhoria do sistema de ensino.

Manter o sistema abastecido com dados, presenças, melhoria de índices, maior aprovação, enviar relatórios, tudo parece estar se sobrepondo acima da qualidade da educação. A escola é muito cobrada por resultados, mas em nenhum momento preocupa-se com o chão da escola, com os equipamentos necessários, com as salas lotadas, e todos os fatores externos que exigem investimento e poderiam auxiliar os alunos no processo de aprendizagem.

Dentro do RCO os conteúdos cada vez mais estão sendo controlados, orientados para que o professor trabalhe e repasse ao aluno somente o que está sendo proposto pela SEED-PR, que, seguindo aos interesses do governo, visa melhores índices e diminuição de custos.

### 3 GESTÃO DEMOCRÁTICA COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A ESCOLA E SUA FUNÇÃO EDUCATIVA

A relação entre *escola* e *democracia* consiste no fato de que a sua democratização “[...] só faz sentido se estiver articulada a uma perspectiva e a um processo de democratização da sociedade em geral.” (SOUZA, 2012, p.174). Portanto, pensar a democratização da escola implica lutar pela democratização da sociedade da qual essa é parte constitutiva e constituinte. peixe

Souza (2012) esclarece que, como não existe um conceito unívoco de democracia, e como sua compreensão abre um campo muito amplo de debates e entendimento, faz-se necessário ao menos distinguir democracia *burguesa* de *democracia proletária*

A democracia burguesa, representativa e indireta, se constitui numa forma de organização do Estado burguês, tendo como objetivo a garantia da propriedade privada e acúmulo de capital. Está organizada para atender aos interesses da classe proprietária dos meios de produção.

Por seu turno, a democracia proletária, de massas, é direta e fundada nos comitês de trabalhadores, sendo caracterizada pelos objetivos de igualdade socioeconômica. “Em síntese, pode-se dizer que a democracia proletária pretende a igualdade material, enquanto a burguesa pretende a execução apenas e tão somente de uma igualdade política formal”. (SOUZA, 2012, p.176)

A gestão democrática da educação encontra-se pautada nos princípios da Constituição Federal de 1988. Em seu artigo 205 a constituição prevê que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>25</sup>. Também em seu artigo 206 trata do princípio da gestão democrática do ensino público.

Porém, muito se fale em Gestão Democrática nas escolas públicas, mas sua execução é muito complexa na sociedade capitalista, “que, por objetivar a manutenção da reprodução de interesses privados, torna-se incompatível com

---

<sup>25</sup>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em 06 de maio de 2022

aquela (democracia de massas), que representa o interesse da maioria”. (SOUZA, 2012, p.176).

Sobre isso Paro (1997) ressalta que “toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública de 1º e 2º graus que tenha efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica.” (1997, p. 9). Esse pensamento advém do fato de que vivemos em um sistema capitalista, que visa à centralização do poder, tendo como fim último o lucro. Em se tratando de processo de formação humana, como é o caso da educação, não é possível conciliar a economia de custos, acúmulo de capital e qualidade.

Porém, embora utopia signifique lugar que não existe, isso não significa que não possa vir a existir. Pra isso, é preciso transformar as práticas escolares, superando a situação política que se limita a atender aos interesses das classes dominantes. Portanto, para haver democratização no ensino, é preciso tornar o ensino adequado aos interesses populares.

Se queremos uma escola transformadora, precisamos transformar a escola que temos aí. E a transformação dessa escola passa necessariamente por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras. É nesse sentido que precisam ser transformados o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola. (PARO,1997, p. 10).

Dessa forma, faz-se necessário formar um núcleo de pressão, por parte das camadas populares, para que a escola tenha autonomia e a educação possa vir a ter os objetivos articulados aos interesses da classe trabalhadora. O que temos hoje nas escolas é um sistema hierárquico, no qual todo o poder é colocado nas mãos de um diretor, que acaba por seguir aos interesses do Estado, já que a ele deve prestar contas.

Acerca da autonomia administrativa e financeira em relação ao Estado, Paro (1997, p. 109-110) explica que não se trata de desincumbir o Estado de seu dever de financiar o ensino público, mas de exigir a descentralização efetiva de todos os recursos que podem ser geridos pela escola, prestando contas ao Estado e viabilizando a todos os usuários a fiscalização das aplicações dos recursos disponíveis.

A transformação da escola passa por sua apropriação por parte das camadas trabalhadoras, o que se articula com os objetivos da gestão democrática: “A escola

estatal só será verdadeiramente pública no momento em que a população escolarizável tiver acesso geral e indiferenciado a uma boa educação escolar. E isso só se garante pelo controle democrático da escola”. (PARO, 1997, p.17)

Requer-se, então, a transformação dos sistemas de autoridade nas escolas, para que se efetive a descentralização e a autonomia para as unidades escolares, e também uma profunda alteração das políticas educacionais.

Uma estrutura administrativa da escola adequada à realização de objetivos educacionais de acordo com os interesses das camadas trabalhadoras deve também prever mecanismos que facilitem e estimulem a participação de pais e membros da comunidade em geral nas decisões aí tomadas. (PARO, 1997, p.103)

De acordo com o autor, a escola hoje se encontra impermeável a qualquer forma de participação da comunidade nas tomadas de decisões. Embora a participação na administração da escola esteja garantida por meio dos conselhos escolares, em muitas escolas estes não buscam participação mais efetiva. Em muitos casos os membros dos conselhos nem mesmo participam das reuniões. Dessa forma, a participação da comunidade fica limitada à ajuda e organização em festas e eventos para arrecadação de fundos para a escola. Além disso, devido à cultura autoritária do sistema em que estamos inseridos, a comunidade escolar só é chamada na escola para tratar de assuntos referentes a questões disciplinares e avaliativas.

A participação da comunidade na gestão da escola pública encontra um sem-número de obstáculos para conscientizar-se, razão pela qual um dos requisitos básicos e preliminares para aquele que se disponha a promovê-la é estar convencido da relevância e da necessidade dessa participação, de modo a não desistir nas primeiras dificuldades. (PARO,1997, p.16)

O que temos nas escolas hoje é uma forma de “democracia limitada”, que exclui a comunidade das decisões mais importantes, mesmo sendo ela a maior interessada em educação de qualidade para as crianças e adolescentes. De acordo com Souza (2012), a participação da comunidade nos processos escolares deve se inserir na construção, execução e acompanhamento da proposta pedagógica, a partir do conhecimento das intenções da escola no processo de formação.

Para uma democracia das massas, a participação ativa da comunidade deve ocorrer em instâncias deliberativas da escola (como o conselho escolar ou equivalente), em reuniões pedagógicas e mesmo em processos

de formação. Enfim, uma participação para além de ouvinte ou de usufruto, que seja ao mesmo tempo articulada ao projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ou seu equivalente, e ao processo de descentralização da tomada de poder na escola. Isso significaria uma participação no processo de decisão da escola, que implica “partilha de poder”. (SOUZA, 2012, p. 184)

Portanto, para se falar em democracia na escola, é imprescindível criar mecanismos para que a comunidade reconheça que somente através de sua participação é possível a universalização de um ensino de qualidade. O Conselho Escolar apresenta-se como um desses mecanismos.

O Conselho Escolar é um colegiado com membros de todo segmento da comunidade escolar, com a função de gerir coletivamente uma escola. Os conselhos, embora ainda sejam um instrumento imperfeito, que precise ser aperfeiçoado, pode-se tornar um grande mecanismo de pressão junto ao Estado, na defesa mais efetiva dos direitos e interesses populares.

De acordo com Paro (2008), uma das maiores dificuldades dos Conselhos Escolares, na promoção de uma gestão mais democrática da escola, decorre do fato de que, por mais deliberativo que o Conselho venha a ser, ele nunca é diretivo, pois como responsável último pela escola, cabe ao diretor essa incumbência. E este atende primeiramente aos interesses do Estado, a quem deve prestar contas. Devido à estrutura administrativa da escola, o diretor é sempre considerado o representante do Estado na escola.

Está ele na condição de quem é capaz de fazer obedecer a vontade do Estado, de quem é representante legal, mas não tem poder de fazer valer a própria vontade se esta for contrária à do Estado, mesmo que ela coincida com a vontade do colegiado ou da instituição escolar que dirige. (PARO, 2008, p.24).

Isso acontece porque o diretor assume a responsabilidade inclusive sobre as deliberações do Conselho, e é sobre ele, e não sobre o Conselho, que o Estado cobra contas do funcionamento da escola. Portanto, é daí que decorre a preocupação dos gestores com a composição do Conselho Escolar, buscando influir na escolha dos representantes, para que esses não contrariem a vontade do Estado. Para que funcione adequadamente, o Conselho Escolar não pode ficar na dependência da vontade política do diretor, é preciso que seus representantes sejam eleitos pelos vários setores da escola. Assim, o conselho escolar não pode ser “montado” pelo próprio diretor apenas como um conselho informal e inoperante.

De acordo com Paro (1997, p.12), o Conselho Escolar, embora ainda seja um instrumento imperfeito, é uma potencialidade a ser explorada e aperfeiçoada para que esteja articulado aos interesses populares. Quando um diretor reivindica algo, é fácil dizer-lhe “não”. Porém, tornar-se-á muito mais difícil dizer “não” quando a reivindicação não for de uma pessoa, mas de um grupo que represente outros grupos e esteja instrumentalizado pela conscientização que sua própria organização propicia.

Para falar em democratização da gestão da educação, requer-se, fundamentalmente, que a sociedade possa participar de todos os processos de formulação e avaliação das políticas educacionais e na fiscalização de sua execução. Nesta perspectiva, Gohn (2007, p. 44) ressalta que a participação da comunidade escolar não deve existir para substituir o Estado de seu compromisso com a escola, mas sim para fiscalizá-lo e fazer com que cumpra seus compromissos constitucionais.

Conforme Paro (2008, p.13) “[...] o conselho de escola, junto com a eleição de dirigentes escolares, têm sido as características mais conspícuas das políticas educacionais daqueles sistemas de ensino que aceitam o desafio de democratizar a escola” mesmo que a partilha de poder não se realize por completo, conforme desejado pelos idealizadores, ou como nos documentos legais. O conselho escolar tem grande potencial para ser um instrumento de democracia.

Um instrumento importantíssimo, se não de realização plena da democracia na escola, pelo menos de explicitação de contradições e de conflitos de interesses entre o Estado e a escola e, internamente a esta, entre vários grupos que a compõem. (PARO, 2008, p.13)

O autor destaca, ainda, que a escolha democrática para diretores escolares é também objeto de reivindicação de usuários e servidores da escola, que vão ao encontro da democratização da instituição escolar. De acordo com Paro, desde o início da década de 1980 a eleição para diretores teve uma considerável expansão para os vários sistemas de ensino. Essa expansão se deu a partir das reivindicações da escola e da comunidade, que, conscientes da importância do diretor nas tomadas de decisões e de que este não pode ser um representante dos interesses do Estado, voltaram-se contra a escolha do diretor por nomeação governamental, ou concurso

público, que para o autor seria uma alternativa burocrática que não leva em conta as especificidades de cada escola. (PARO, 2008, p. 13-14).

No Estado do Paraná a eleição de diretores escolares está amparada pela Lei 18.590 de 13 de Outubro de 2015, que prevê:

Art. 1. A designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná é competência do Poder Executivo, nos termos desta Lei, mediante delegação da escolha à Comunidade Escolar, em consulta realizada simultaneamente em todos os estabelecimentos de ensino. Parágrafo único. Excetuam-se da presente Lei os estabelecimentos de ensino:

I - regidos por convênios ou congêneres celebrados com a Secretaria de Estado da Educação - Seed que prevejam outra forma de consulta para designação de Diretores;

II - de comunidades indígenas e quilombolas;

III - que funcionam em prédios privados, cedidos ou alocados de instituições religiosas, salvo previsão no respectivo instrumento;

IV - da Polícia Militar do Estado do Paraná;

V - das Unidades Prisionais e dos Centros de Socioeducação – Cense. (PARANÁ, 2015)

Com a implementação das escolas Cívico-Militares e integrais no Estado do Paraná, a Lei 18.590 foi alterada pela promulgação da Lei 20.358, de 26 de Outubro de 2020. A Lei exclui do processo de escolha dos representantes pela comunidade estes estabelecimentos de ensino. Nessas instituições, o cargo de diretor escolar passa a ser por indicação do governo do Estado.

As escolas Cívico-Militares começaram a ser implantadas no Estado em 2020, e, de acordo com os dados as SEED-PR,<sup>26</sup> em 2021 o Paraná iniciou o ano letivo com 197 escolas neste modelo Cívico-Militar. De acordo com Basei:

Fica evidente o interesse do governo em aumentar o quantitativo de estabelecimentos de ensino sob o seu controle, tendo em vista que os gestores indicados não são contrários às proposições do governo, tampouco questionarão suas ações. Essas ações deixam explícito o interesse em impor uma nova face à educação no Estado, alinhado aos preceitos do governo federal, no intuito de ceifar qualquer perspectiva de autonomia ou pensamento crítico. (BASEI, 2021, p.10).

A Lei 20.358 alterou, ainda, incisos do artigo 09, que trata dos critérios para provimento do cargo de diretor, acrescentando no seu inciso III tempo mínimo de seis meses na instituição de ensino. Ainda, o inciso V acrescenta o curso de gestão

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Seed-PR-inicia-semana-de-treinamento-para-escolas-civico-militares>> Acesso em 05 de abril de 2022.

escolar como requisito para investidura no cargo, passando a vigorar da seguinte forma:

**Art. 9.** São requisitos para o registro da chapa que seus integrantes:

**I** - pertençam ao Quadro Próprio do Magistério, ao Quadro Único de Pessoal, ao Quadro de Funcionários da Educação Básica ou ao Quadro Próprio do Poder Executivo;

**II** - possuam curso superior com licenciatura;

~~**III** - componham o quadro do respectivo estabelecimento de ensino desde o início do ano letivo da consulta;~~

**III** - componham ou tenham figurado no quadro do respectivo estabelecimento de ensino por no mínimo seis meses desde o início do ano letivo da consulta; (Redação dada pela Lei 20358 de 26/10/2020)

**IV** - tenham disponibilidade legal para assumir a função, no caso de estabelecimento de ensino que tenha demanda de quarenta horas de direção;

~~**V** - tenham participado de Curso de Gestão Escolar específico em formação continuada, oferecido pela Seed, ou em parceria com outras instituições formadoras, ou do Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE, na linha de estudo de Gestão Escolar, ou de Curso de Pós-Graduação lato ou strictu sensu, com ênfase em gestão escolar, comprovado mediante diploma reconhecido pelo Ministério da Educação.~~

**V** - tenham participado e concluído Curso de Gestão Escolar específico em formação continuada, oferecido pela SEED ou em parceria com outras instituições formadoras, previsto e disciplinado em ato específico; (Redação dada pela Lei 20358 de 26/10/2020)

**VI** - apresentem proposta de Plano de Ação compatível com o Projeto Político Pedagógico do respectivo estabelecimento de ensino e com as políticas educacionais da Seed. (PARANÁ, 2015)

O Artigo 20, que trata do afastamento do Diretor e/ou Diretor Auxiliar, também foi alterado pela nova Lei. De acordo com a Lei 18.590/2015, artigo 20 alínea c do inciso II, o Diretor e/ou Diretor Auxiliar será afastado definitivamente por:

c) Insuficiência de desempenho da gestão administrativa-financeira, pedagógica ou democrática, apurada pelos setores técnicos competentes, a pedido do Conselho Escolar, aprovado por maioria absoluta da Comunidade Escolar, mediante votação convocada para essa finalidade, desde que essa convocação se dê mediante requerimento contendo assinaturas de 1/3 (um terço) do estabelecimento; (PARANÁ, 2015)

Com a Lei 20.358/2020 passou a vigorar o seguinte texto:

c) Insuficiência de desempenho da gestão administrativa-financeira, pedagógica ou democrática, apurada pelos setores técnicos competentes, a pedido da SEED ou do Conselho Escolar, aprovado por Comissão paritária, constituída por quatro membros, sendo dois membros do Conselho Escolar, dois membros da SEED, observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo, em caso de empate, o representante da SEED o voto de qualidade. (PARANÁ, 2015)

Com base na nova redação da Lei, a SEED/PR passa a ter mais poderes nas decisões sobre a gestão. De acordo com Basei (2021 p.12) “As mudanças propostas evidenciam atitudes de interesse do Estado em detrimento do fortalecimento do controle social compatível com os interesses da comunidade escolar.” Isso porque o Estado depende da educação, na medida em que ela funciona como um mecanismo para a disseminação da ideologia da classe dominante. De acordo com Mendes, Horn e Rezende:

Para entender o que ocorre com o sistema educacional brasileiro, especialmente o paranaense, é de fundamental importância levar em conta as mutações do próprio capitalismo. Elas explicam, em grande medida, a natureza das reformas educacionais em curso no mundo todo. As mudanças de estratégia do capital impactam diretamente nas políticas e modelos educacionais adotados. (MENDES, HORN e REZENDE, 2020, p.10)

A escola, dentro do sistema capitalista na qual estamos inseridos, segue a lógica mercadológica de ampliação de capital, melhores resultados e diminuição de custos. Dessa forma, não pode ser conciliada com qualidade. Para que o sistema capitalista funcione, é preciso mão de obra, formação da força de trabalho, mas que se reduza a um mínimo de escolarização e sem visão crítica acerca da realidade social. De forma resumida, na perspectiva das classes dominantes a educação para os trabalhadores deve ter como finalidade habilitá-los para o trabalho. De acordo com Paro:

O desinteresse crescente da classe dominante pela generalização de uma educação de qualidade pode ser ilustrado pelas diversas formas pelas quais, com a contribuição da própria ação estatal, a escola, vem sendo negada em sua função específica de distribuição do saber. (PARO, 2005, p.108)

Para o autor, a mais importante dessas formas é a quantidade limitada de recursos que é destinado à escola pública, o que revela o descaso com que a escola é tratada e a situação precária que se encontra o ensino no país. Falta e desvalorização de professores, salas lotadas, instalações escolares em péssimas condições, escassez de material didático e equipamentos de ensino e a falta de segurança são alguns dos problemas que as escolas vêm enfrentando. Outra forma de se perceber a negação do papel educacional apontada por Paro é através da

articulação política dos métodos pedagógicos com medidas que levam à minimização do saber passado às classes populares.

De acordo com Arroyo (2008), os percursos da gestão democrática exigem pesquisas e reflexões teóricas mais realistas, que mostrem até onde a escola é da comunidade escolar e a margem de decisão dos gestores e colegiados. “Faltam estudos, pesquisa e denúncias dos controles da escola e seus profissionais por poderes e interesses externos à escola e até ao sistema educacional, encobertos sob o discurso da gestão democrática consciente e compromissada”. (ARROYO, 2008, p.47). O autor cita como exemplo os mecanismos de avaliação externa que põem limites à autonomia das escolas para a definição do projeto educativo, da concepção de educação, da gestão e das decisões sobre quais conhecimentos, valores, cultura e identidades devem ser formados. “É sintomático que o movimento em defesa gestão democrática da escola venha acontecendo paralelamente ao movimento em defesa da cultura da avaliação externa da escola, impondo uma gestão de resultados”. (Arroyo, 2008, p.47)

No que se refere ao Estado do Paraná, de acordo com Mendes, Horn e Rezende (2020), as políticas educacionais do Paraná, assim como a reforma do ensino médio, mostram a necessidade de luta contra a escola dual e sua concepção técnico-científica de caráter mercadológico. Conforme os autores:

O estado do Paraná está em um processo avançado de implementação da proposta de controle gerencial, uma vez que a equipe gestora de cada escola deve se preocupar fundamentalmente com os resultados do processo educacional mensurados por meio dos índices de avaliação interna e externa, de aprovação, reprovação e evasão escolar dos alunos. (MENDES, HORN e REZENDE, 2020, p.20-21)

Sobre as avaliações, sabe-se que sempre foi um tema de muito debate entre pesquisadores. A partir da década de 1990 começaram também os debates em torno das avaliações externas. Essas avaliações de desempenho, que geralmente são aplicadas em larga escala, são padronizadas e pensadas fora do ambiente escolar, ou seja, são formuladas por profissionais que não fazem parte das escolas em que estas serão aplicadas. O grande problema dessas avaliações é a padronização e o condicionamento da remuneração a resultados. Essa padronização não considera as diferenças da escola, as especificidades regionais, os problemas sociais que os alunos enfrentam e que geram grandes prejuízos para

a aprendizagem. A Prova Brasil e a Prova Paraná são exemplos dessas avaliações em larga escala.

### 3.1 GESTÃO ESCOLAR E SISTEMAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

O SAEB,<sup>27</sup> Sistema de Avaliação da Educação Básica, é um conjunto de avaliações externas em larga escala que permite ao INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. As avaliações são aplicadas a cada dois anos na rede pública e por amostragem na rede privada.

O SAEB teve início em 1990 e passou por várias estruturações. Em 2005 foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passa a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), mais conhecida como Prova Brasil. As avaliações tinham, como público alvo, alunos de 4ª, 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de língua portuguesa e matemática.

Em 2007, foi criado o IDEB,<sup>28</sup> Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, que estabelece metas bienais de qualidade da educação a serem alcançadas com vistas a contribuir para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A meta para o ano de 2022, ano bicentenário da Independência, é que a nota do IDEB seja igual a 6,0. O IDEB reúne os resultados de fluxo escolar (aprovação, reprovação e abandono), apurados no Censo Escolar, e as médias de desempenho dos estudantes, apuradas pelo SAEB.

Em 2013, a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) também passou a compor o SAEB, a partir da Portaria nº 482, de 7 de junho de 2013.

---

<sup>27</sup> BRASIL: Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>> Acesso em 5 de abril de 2022.

<sup>28</sup>Disponível em:<<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>> Acesso em 15 de abril de 2022.

No ano de 2019 o SAEB passou por uma nova reestruturação para se adequar à BNCC, Base Nacional Comum Curricular. Neste ano, também, as siglas ANA, ANEB E ANRESC deixam de existir e todas as avaliações passaram a ser identificadas pelo nome SAEB, com organização por etapas, áreas de conhecimento e tipos de instrumentos envolvidos, conforme quadro abaixo

**Tabela 5 – Organização SAEB por etapas**

<b>Público-alvo</b>	<b>Abrangência</b>	<b>Formulação dos Itens</b>	<b>Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas</b>
Creche e pré-escolas da Educação Infantil	Escolas públicas (amostral) - Estudo piloto	BNCC	
2º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas (amostral) Escolas privadas (amostral)	BNCC	Língua portuguesa e matemática
5º e 9º anos do Ensino Fundamental	Escolas públicas (censitário) Escolas privadas (amostral)	Matriz de Referência	Língua portuguesa e matemática
9º ano do Ensino Fundamental	Escolas públicas (amostral) Escolas privadas (amostral)	BNCC	Ciências da natureza e ciências humanas
3ª e 4ª séries do Ensino Médio	Escolas públicas (censitário) Escolas privadas (amostral)	Matriz de Referência	Língua portuguesa e matemática

Fonte: sistematização da autora (2022)

Tais avaliações em larga escala são desenvolvidas pelo INEP e aplicadas a cada dois anos, tendo, segundo o MEC,<sup>29</sup> o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos.

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>> Acesso em 05 de abril de 2022.

No Estado do Paraná, além das avaliações externas de nível nacional, o governo do Estado, no ano de 2012, criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná (SAEP), nas disciplinas de Língua Portuguesa e matemática, tendo como público-alvo alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino médio.

No ano de 2019 a Prova Paraná começou a ser realizada em três edições durante o ano letivo, avaliando o desempenho dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

A partir de 2020 houve uma ampliação das disciplinas. Além de Língua portuguesa e matemática foram incluídas, nas provas, as disciplinas de Ciências, História, Geografia e Língua Inglesa, pertencentes às áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza.

Um grande problema dessas avaliações externas em larga escala, como a Prova Paraná, é o fato de serem padronizadas, de modo a não levarem em consideração as especificidades regionais e culturais dos alunos, escola ou regiões. Quando a diversidade deixa de ser considerada, torna-se um processo excludente que caminha em direção contrária, cada vez mais distante do processo de inclusão.

Outro problema, apontado por Machado (2012), é que frequentemente os resultados desses indicadores são divulgados com rankings que classificam as escolas, estimulando a competição por melhores resultados nos índices.

Para além dos rankings, os processos avaliativos externos devem servir ao propósito de permitir as revisões necessárias no trabalho desenvolvido nas escolas e, para tanto, seus resultados devem ser utilizados na análise coletiva da realidade escolar e no direcionamento de ações e alternativas para enfrentar as dificuldades vividas no ensino-aprendizagem. (MACHADO, 2012, p. 73)

O estímulo à competitividade em busca de melhores resultados acaba mais uma vez abraçando uma lógica mercadológica para a educação, uma vez que se acredita que essa competitividade leva à qualidade. As avaliações externas apresentam dados que podem contribuir para a reflexão e análise sobre a escola e o processo ensino/ aprendizagem. Porém, embora os resultados obtidos nessas avaliações possam compor a avaliação institucional das escolas, não podem se esgotar neles.

Utilizar os resultados das avaliações externas significa compreendê-los não como um fim em si mesmos, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos. (MACHADO, 2012, p.79)

Considerando a ideologia neoliberal do sistema na qual estamos inseridos, que gera essa competitividade por melhores resultados, com práticas de bonificações e premiações, a escola acaba sendo culpabilizada pelos baixos índices apresentados nessas avaliações. Mendes, Horn e Rezende (2020) observam que há uma forte determinação em responsabilização da equipe gestora pelo sucesso ou fracasso no processo de ensino/aprendizagem, “sendo o sucesso visto como aferição de boas notas obtidas pelos alunos nas avaliações internas e em larga escala, e o fracasso concebido como baixo rendimento nos índices das mesmas avaliações” (MENDES, HORN e REZENDE, 2020, p.16)

Ou seja, ocorre uma transferência da culpabilidade. A culpa sobre o fracasso no processo de ensino e aprendizagem recai sobre a gestão escolar e professores quando a escola não consegue alcançar os índices propostos, como se a escola tivesse condições e recursos para melhorar e o problema fosse a má gestão dos recursos, e não a falta de recursos e investimentos que o Estado deveria cumprir para a melhoria da qualidade da educação.

Esse processo acaba gerando outro problema, pois tendo em vista que esses indicadores têm como propósito medir a qualidade da educação, as escolas passam a ser rotuladas e consideradas pelo senso comum como “boas” ou “ruins”, tendo como referência as notas que obtiveram nos índices desses indicadores

De acordo com Paro (2008), uma estrutura escolar que tem como foco o oferecimento de uma educação com prática democrática, precisa considerar a forma como se realiza o trabalho docente: “E, ao fazer isso, o que deve estar permanentemente presente é a própria natureza específica do trabalho pedagógico”. (PARO, 2008, p. 29)

O autor explica que o principal ponto a se considerar é que, além de se tratar de um trabalho de produção não-material, se trata de uma relação entre sujeitos, na qual o próprio objeto de trabalho, que é o aluno, tem como característica única e inalienável o fato de ser um sujeito. “Essa condição deve ser determinante do trabalho do professor, que tem pela frente não um objeto, mas um sujeito que, como

ele mesmo, também trabalha como co-produtor de sua educação” (PARO, 2008, p.30).

Souza (2008) apresenta uma síntese sobre as especificidades do processo de trabalho e de produção em educação segundo Vitor Paro.

Com base na conceituação marxiana de trabalho, o produto do trabalho material e do trabalho não-material possui diferenças entre si. O trabalho material produz um objeto tangível, enquanto o trabalho não-material produz um serviço.

Existem duas naturezas de produto do trabalho não-material: um que assume uma corporeidade para entrar no mercado capitalista, como a produção de livros enquanto resultado do trabalho do escritor, por exemplo. Nesse tipo de produto do trabalho não-material ocorre a separação entre produção e consumo.

A outra natureza de produto do trabalho não-material caracteriza-se pelo fato de, em parte, a produção e consumo ocorrerem simultaneamente. É o caso do trabalho do professor na sala de aula, do ator no teatro, do palhaço no circo. O consumo dessa natureza de produto do trabalho não-material ocorre em parte durante o próprio processo de produção e parte pode perdurar por toda a vida da pessoa. Assim, os efeitos do trabalho do professor ocorrem no ato do processo de ensino, mas também podem perdurar por toda a vida do educando (SOUZA, 2008, p. 120-121)

Embora inseridos dentro da mesma sociedade capitalista, o ensino público e o ensino privado possuem regras específicas de funcionamento e, de acordo com Paro, é preciso captar a diferença fundamental que existe na relação social a que estão inseridos.

Independentemente do conteúdo do seu trabalho, o professor da escola particular é trabalhador produtivo, na medida em que tal trabalho produz mais-valia para o proprietário da escola. Na escola pública, o empregador é o Estado. Este não aplica na educação para auferir lucro; o dinheiro gasto no pagamento dos professores não é empregado como capital, já que não se objetiva a produção de mais-valia. (PARO, 1997, p.35)

Na sociedade capitalista a aula é considerada o produto no processo da educação escolar, e no ensino privado é paga como mercadoria. Porém, conforme as explicações de Paro, (1997, p.32), se for analisado com mais atenção, revela-se que a aula é a atividade que dá origem ao produto do ensino. A aula não é o produto do trabalho, mas o próprio trabalho pedagógico. Ou seja, a natureza do trabalho pedagógico é diferente do trabalho cujo produto é material. O aluno não é matéria prima, ele é também produto, de modo que as condições subjetivas interferem no processo de produção, sem que se possa ver isso.

Um grande problema destacado por Paro é que no ensino público “o não pagamento explícito pela “mercadoria” aula supõe que seus usuários não têm direito a contestar sua qualidade”. (PARO, 1997, p.33). O Estado não visa lucro com o ensino público, somente atender com o mínimo de gastos as pressões da população. Dessa forma o trabalho do professor na escola pública é considerado pelo capital um trabalho não produtivo, pois não há a produção de mais-valia. O professor não irá produzir um objeto ou algo que possa gerar lucro, e para o capital um trabalho só é produtivo quando produz mais-valia.

Como na produção material, o educando, na condição de matéria-prima do processo de educação escolar, reage e se modifica no processo. Mas as semelhanças com a produção material acabam aí. As transformações ocorridas no educando não são apenas de ordem material, como no processo de produção de um objeto. Elas correspondem a valores, atitudes, conhecimentos, tudo o que diz respeito à apropriação da cultura produzida pela humanidade. SOUZA (2008, p.121)

Portanto, o trabalho produtivo do professor, nesse processo de apropriação de cultura, de produção de conhecimento, do valor de uso, não condiz com o trabalho produtivo da sociedade capitalista que tem como fim último a produção de mais-valia.

Para Paro (1997) a luta dos professores carece de elaborações teóricas mais profundas e rigorosas, que apontem caminhos mais seguros na busca de um ensino universal e de qualidade.

Trata-se da necessidade de se tomar consciência da importância determinante que representa em sua luta a natureza do trabalho que desempenha. Este trabalho só terá uma importância social que justifique a atenção do Estado de modo significativo, a ponto de não ter outra alternativa senão investir de modo consequente no provimento de ensino para a população, no momento em que as vastas camadas dessa população estiverem convencidas da relevância de tal serviço e se dispuserem a reivindicá-lo. (PARO, 1997, p.36).

Isso significa que a luta dos professores não poder ser desvinculada da luta da população por melhores condições para a escola e mais qualidade de ensino. O autor destaca que os professores precisam lutar por melhores condições de trabalho e também pela afirmação do objeto do seu trabalho.

De acordo com Paro (1997), é preciso consciência política para enxergar além dos interesses imediatos, os interesses estratégicos e políticos mais amplos

que unem as categorias profissionais e as lutas populares. É preciso então que a luta dos professores esteja articulada com os interesses das classes populares.

Ao Estado não interessa uma educação de qualidade para todos, interessa a formação para a mão de obra barata, com um mínimo de investimentos. Portanto, cabe às camadas mais populares a luta por uma educação mais justa, igualitária e de qualidade para todas, visto que estes são os mais interessados por uma educação realmente de qualidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para “resolver” os problemas educacionais, o Estado tem implantado, nas escolas públicas, práticas empresariais do capitalismo de controle e responsabilização, pautada em uma gestão hierárquica e autoritária, que contradiz com os princípios da gestão democrática prevista na própria Constituição Federal e que está articulada aos interesses coletivos das classes trabalhadoras.

As escolas públicas do Paraná estão inseridas dentro dessa política empresarial, que visa números e resultados, com baixo custo e quase sem investimentos. As avaliações em larga escala, em conformidade com uma Base Nacional Comum Curricular, são instrumentos de padronização dos sistemas escolares, porém desconsiderando os problemas sociais, como as condições nas quais as crianças estão inseridas e que prejudicam o seu desenvolvimento. Uma criança vítima de violência, fome ou abuso, por exemplo, pode ter as condições ideais de aprendizagem dentro da escola, mas não conseguirá aprender. Como consequência, apresentará baixo desempenho em uma avaliação que não considera sua realidade e seu processo de desenvolvimento dentro do contexto educacional.

Além disso, as cobranças em torno dos resultados das avaliações em larga escala, divulgados com rankings, acirraram uma disputa por cumprir metas e melhores resultados, fazendo com que pedagogos e professores sejam culpabilizados e punidos pelo baixo desempenho nos índices. Tal prática acaba encobrindo que o grande problema é a quantidade limitada de recursos e investimentos para uma educação de qualidade, pois faltam equipamentos, as instalações escolares em geral encontram-se em péssimas condições, há escassez de material didático e equipamentos de ensino, falta segurança e condições para o trabalho e formação de qualidade. Portanto, a qualidade da educação não pode estar atrelada a números e resultados de ranqueamentos entre escolas, provindos de avaliações padronizadas, aplicadas em larga escala, como se todas as escolas fossem iguais e enfrentassem os mesmos problemas sociais.

Isso não significa que o nível de ensino deve ser diferente, mas as orientações, as informações são diferentes, pois cada escola tem sua realidade social e cultural. O ato de educar envolve sujeitos, ou seja, pessoas, e não objetos. Como sabemos, cada indivíduo é único, pensa e responde a estímulos de forma diferente. O aprendizado é diferente e influenciado pelos diversos fatores sociais,

culturais e familiares que podem incentivar ou prejudicar o desenvolvimento educacional. Sendo assim, como pensar em padronizar, tratando todos como iguais?

As exigências em torno das plataformas digitais contradizem o próprio discurso do governo, que as coloca como recursos pedagógicos não obrigatórios e de auxílio ao trabalho docente. Na prática, é crescente a cobrança do seu uso, mesmo sem a disponibilização dos equipamentos necessários.

O RCO, apesar de ser uma ferramenta tecnológica criada para agilizar os lançamentos dos professores, tem se mostrado como uma ferramenta de controle do Estado/SEED sobre a escola, e, como consequência, da equipe diretiva sobre os professores.

Com a implementação das escolas Cívico-Militares, cuja direção é indicada pelo Núcleo Regional de Educação, retirou-se da comunidade escolar o direito à escolha de seus representantes, o que é mais uma injúria à gestão democrática, demonstrando o real interesse do Estado no controle de todos os processos educacionais. Embora ainda tenhamos escolas onde se respeita o direito de a comunidade escolher seus dirigentes, podemos observar que, devido às políticas educacionais existentes, o diretor eleito acaba por seguir aos interesses do Estado, já que a ele deve prestar contas, implantando todas as leis, instruções, normativas e orientações que ditam os rumos que a escola deve seguir.

Marx (2010) ressalta que o povo precisa ter o poder soberano. Seus representantes, quando eleitos, devem representar a vontade do povo. O Estado não serve ao público, pensa de forma individualista e particular. O Estado existe para defender os interesses da propriedade privada, ou seja, os interesses de uma classe dominante, detentora do poder econômico. A essa classe não interessa uma educação de qualidade, uma formação consciente, crítica e integral do cidadão, mas sim a formação mínima e alienada, a fim de habilitar para o trabalho explorado.

O professor cada vez mais vem sendo desvalorizado pelo seu trabalho, por meio de uma gestão autoritária que desrespeita a autonomia docente, estabelecendo índices e metas que não consideram os reais problemas da educação pública e as especificidades regionais e individuais. As burocracias de controle do trabalho docente não acrescentam para a melhoria da qualidade de ensino, mas sim geram uma competitividade entre escolas e professores e

cobranças, tendo como único objetivo controlar e moldar os processos educativos conforme os interesses da classe dominante.

Os problemas do RCO iniciaram-se desde a implantação, pela forma como foi imposto, sem aparatos tecnológicos necessários à sua utilização e sem formação prévia. Nem todos os docentes possuem facilidade para acesso e manuseio das tecnologias, mas implantou-se um sistema sem formação e sem mediação, com cobranças e pressão para utilização, causando desgaste emocional e psicológico em parte da equipe docente, que foi forçada a adquirir equipamentos tecnológicos mais modernos e formação para que pudessem cumprir com as orientações exigidas.

As orientações recebidas, no que se refere ao trabalho do pedagogo com o RCO, instituindo o pedagogo como responsável pela turma diante das faltas docentes, para além das múltiplas tarefas, é uma ilusão de que alunos estão sendo atendidos. Mesmo quando o professor falta são realizados os registros no LRCO. Com todos os problemas que a escola enfrenta e a sobrecarga do trabalho pedagógico, é infundado esperar que o pedagogo esteja preparado a cobrir faltas, atendendo aos alunos de maneira adequada no ensino de todos os conteúdos escolares. Importa ressaltar que não é apenas falta por atestado médico que o pedagogo é obrigado a cobrir, mas também carência de contratações.

Embora as aulas estejam prontas no módulo planejamento, dar aulas é muito mais que seguir um planejamento, requer preparação, conhecimento e demanda tempo. O trabalho do pedagogo não pode ser de “tapa buracos”, cobrindo falta de professor. Além disso, essas tarefas são incompatíveis com a carga horária do pedagogo.

Importante ressaltar, também, que professores não são contra o uso da tecnologia, pelo contrário. Mesmo com todas as dificuldades, vamos aprendendo e aperfeiçoando. Acredito que nenhum pedagogo ou professor deseje voltar a utilizar os livros impressos. Não se trata de estar contra as plataformas tecnológicas, o problema é a forma como elas estão sendo utilizadas, como vigilância e punição.

Dessa forma, o sistema RCO, assim como os programas atrelados a ele, se apresentam como ferramenta de controle sobre a escola, moldando a educação conforme os interesses de uma classe. Trata-se de um sistema hierárquico de controle, que define a receita que a escola deve seguir. Marx (2010), em suas

análises sobre burocracia, nos mostra que dentro de um sistema burocrático a hierarquia é o próprio abuso, pois expressa todo o controle existente. Portanto, com Marx é preciso entender que existem interesses reais atendidos pela burocracia, constituída como formalismo e vontade do Estado e, portanto, utilizada para manter os interesses particulares da classe burguesa.

Conclui-se, por fim, que o RCO, apesar de ser uma ferramenta que agiliza o processo de registro docente e pode auxiliar no trabalho pedagógico para evitar a evasão escolar, é utilizado como forma de controle, que define todos os encaminhamentos da escola. A educação não pode ser engessada, seguindo padrões estabelecidos de acordo com os interesses de uma classe que desconhece a realidade e as dificuldades do contexto educacional. A padronização de avaliações e sistemas, assim como a uniformização do conteúdo curricular, serve aos interesses daqueles que criam as regras, estabelecendo padrões que ignoram as especificidades, estando em desacordo com os objetivos educacionais de inclusão, respeito às diferenças e desenvolvimento integral dos estudantes. É preciso, portanto, uma profunda reorganização nos processos educacionais no que se refere ao RCO, que deveria ser ferramenta de apoio e não ferramenta de fiscalização e cobrança sobre o trabalho docente. É preciso investir em formação e capacitação, assim como em equipamentos tecnológicos adequados. Sem mudança, o RCO continuará servindo apenas como ferramenta de controle.

## REFERÊNCIAS

APP, (REDAÇÃO) Site da APP. **Estrutura das escolas dificulta o trabalho dos/as professores/as**. 20 de abr. de 2017. Disponível em:

<<https://appsindicato.org.br/estrutura-das-escolas-dificulta-o-trabalho-dos-professoresas/>> Acesso em 01 de maio de 2021

\_\_\_\_\_. **Histórico da APP-Sindicato**. [on-line] Disponível em:

<<https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2018/05/historico-da-APP-Sindicato.pdf>> Acesso em 30 de abr. 2021

\_\_\_\_\_. **Professores(as) questionam Renato Feder sobre a educação pública do Paraná**. 31 de outubro de 2019. Disponível em:

<<https://appsindicato.org.br/professoresas-questionam-renato-feder-sobre-a-educacao-publica-do-parana/>> 30 de abr. 2021

\_\_\_\_\_. **Para debater na Semana Pedagógica, dias 24 e 25 de julho de 2017. 23 de julho de 2017**. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/para-debater-na-semana-pedagogica-dias-24-e-25-de-julho-de-2017/>> Acesso em 30 de abr. 2021

\_\_\_\_\_. **APP-Sindicato cobra respostas da SEED sobre condições de trabalho nas escolas**. 29 de maio de 2019. Disponível em:

<<https://appsindicato.org.br/app-sindicato-cobra-respostas-da-seed-sobre-condicoes-de-trabalho-nas-escolas/>> Acesso em 30 de abr. 2021

\_\_\_\_\_. **Para impedir a destruição da educação paranaense: Fora Feder!**

6 de abr. de 2021. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/para-impedir-a-destruicao-da-educacao-paranaense-fora-feder/>> Acesso em 17 de jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Se liga! A recuperação é um processo contínuo**. 23 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://appsindicato.org.br/se-liga-a-recuperacao-e-um-processo-contínuo/>> Acesso em 17 de jul. 2021.

ARROYO, Miguel Gonzales. **Gestão Democrática: Recuperar sua Radicalidade Política?** In Políticas educacionais e organização do trabalho na escola/ Bianca Cristina Correa e Teise Oliveira Garcia (organizadoras); Vitor Henrique Paro [et al.] – São Paulo – Xamã, 2008.

BASEI, A. P. **O tensionamento da gestão democrática e as mudanças nas eleições para diretor escolar no estado do Paraná**. Revista Pedagógica, v. 23, p. 1-26, 2021. Disponível em:

<<http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5969>>  
> Acesso em 05 de abr. de 2022.

BRASIL, CFE (1962). **Parecer n. 251/62**. Documenta, n. 11, p.59-65.

\_\_\_\_\_ (1969). **Parecer n. 252/69**. Documenta, n. 100, p.101-117.

\_\_\_\_\_ (1972). **Parecer n. 867/72**. Documenta, n. 140, p.339-341.

\_\_\_\_\_ Ministério da Educação. **Portaria Nº 343**, de 17 de mar. de 2020  
[on-line]- Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm)> Acesso em 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_ **Medida Provisória n. 934** de 1 de abril de 2020. Disponível em: <  
<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-25071059>>. Acesso em 22 de jun. 2022.

CARVALHO, Helena Paula Domingos. MORAES, Denise Rosana da Silva.  
MARINOSKI, Laura Duarte. **A Educação básica do Estado do Paraná em tempos de pandemia**. In: Análises de uma pandemia [recurso eletrônico]: Diálogos políticos e pedagógicos/ Organizadores: Denise Rosana da Silva Moraes, Júlio César Suzuki, Valterlei Borges: FFLCH/USP 2020

CERVI, Giceli Maria. **Política de Gestão Escolar na Sociedade de Controle**. São Paulo, 2002.

DENEZ, Cleiton Costa. Site da APP. **APP-Sindicato repudia planilhas criadas para coagir professores(as)**. 02 de outubro de 2019 Disponível em:  
<<https://appsindicato.org.br/app-sindicato-repudia-planilhas-criadas-para-coagir-professoras/>> Acesso em 30 de abr. 2021

ESTRADA, Adrian Alvarez. **Burocracia e educação**: considerações preliminares - Revista Iberoamericana de Educación / Revista Ibero-americana de Educação ISSN: 1681-5653 n.º 60/2 – 15/10/12. Disponível em: <  
<https://rieoei.org/RIE/article/view/1319>> Acesso em 20 de jun. 2021.

ESTRADA, Adrian Alvarez. VIRIATO, Edaguimar Orquizas. **A Escola Enquanto Organização Burocrática**: A Gestão Escolar na perspectiva dos Diretores Escolares de Cascavel. Revista HISTEDBR On-line, Campinas: mai 2012, número especial, p. 18-33. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640105>>  
Acesso em 10 de mar. 2021.

FARIA, José Henrique de. MENEGHETTI, Francis Kanashiro. **Burocracia como organização, poder e controle**. Revista de Administração de Empresas, v.51, n.5, p. 424-439, set./out.2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902011000500002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-75902011000500002&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em 21 de fev. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Interdisciplinaridade como Necessidade e Como Problema nas Ciências Sociais** - Revista do Centro de Educação e Letras. UNIOESTE Campus - FOZ DO IGUAÇU v. 10 - nº 1 - p. 41.62 1º sem. 2008.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. **Escola Cidadã A hora da sociedade**. In: **Autonomia da escola: princípios e propostas**. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (orgs). 3 ed. – São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000. – (Guia da escola cidadã).

GANDIN, Danilo. **Planejamento: como prática educativa/ Danilo Gandin**. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_ **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n.1, pp.81-95, Jan/Jun 2001.

GODINHO, Ricardo Luiz Tinoco Gil. **As Plataformas Informáticas na Gestão Escolar: burocracia ou autonomia?** 381p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação). Universidade do Minho Instituto de Educação, 2020 Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/66007>> Acesso em 13 de mar. 2021

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Educação. In: **Educação e Movimentos Sociais: novos olhares**. Maria de Lourdes Pinto de Almeida, Edineide Jezine, organizadoras – Campinas SP Editora Alínea, 2007.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1980. 93 p.

HADDAD, Cristhyane Ramos. **Políticas para o Trabalho dos Pedagogos na Rede Estadual de Ensino do Paraná (2004 – 2015): Intensificação, Burocracia e Possibilidades de Superação**. Tese (Doutorado) – Universidade Tuiuti do Paraná Curitiba, 2016. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes\\_teses/tese\\_cristhyane\\_ramos\\_haddad.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dissertacoes_teses/tese_cristhyane_ramos_haddad.pdf)>. Acesso em 23 de jun. de 2022.

HOUAISS, Instituto Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1**. – 5ª ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Christian Laval. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva – Londrina: Editora Planta, 2004. Xxi, 324p.

LENINE, Vladimir IlitchUliamov. **O Estado e a Revolução** – 1917 - Volume 10 – Tradução J. Ferreira.

MARX, Karl, 1818-1883. **Crítica da filosofia do direito de Hegel** - 1843 / Karl Marx: tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus - 2.ed. - São Paulo :Boitempo, 2010.

MACHADO, Cristiane. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: Reflexões sobre usos dos resultados**. Cristiane Machado Revista @mbienteeducação. 5(1): 70-82, jan/jun, 2012. Disponível em:

<<https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/117/385>

> Acesso em 25 de abr. de 2022.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli. HORN, Geraldo Balduino. REZENDE, Edson Teixeira de. **As políticas neoliberais e o pragmatismo gerencial na educação pública paranaense**. Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-24, jan./dez. 2020. Disponível em: <<https://unoesc.emnuvens.com.br/roteiro/article/view/22393/14288>> Acesso em 25 de abr. de 2022.

MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social** / Carlos Montañó, Maria Lúcia Duriguetto – 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Biblioteca básica de serviço social: v.5).

MONTERO, Carmen. GONZÁLEZ, Natalia. BELAUNDE, Carolina de. EGUREN, Mariana. UCCELLI, Francesca Labarthe. **El Estado de la educación: estudios sobre políticas, programas y burocracias del sector**. (Escuela y Sociedad, 6). Lima, IEP, 2009.

MOTTA, Fernando C. Prestes, **O que é Burocracia?** São Paulo: Brasilinse, 2000.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19**. Disponível em:< <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>> Acesso em 15 de jun. 2022.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Caderno Legislação Estadual - 2018**. Disponível Em:

<[http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/cadernos/legislacaoestadual\\_caderno\\_pro.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/profuncionario/cadernos/legislacaoestadual_caderno_pro.pdf)> Acesso em 14 de abr. 2021

\_\_\_\_\_ **Ampliação das escolas atendidas pelo Registro de Classe Online em 2016**. Disponível em:

<[www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6838](http://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=6838). > Acesso em 14 de abr. 2021

\_\_\_\_\_ **LRCO 2.0- Módulo Planejamento** – 2021. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=vGAHdQCsS4w>> Acesso em 14 de abr. 2021

\_\_\_\_\_ **Apresentação Programa Presente na Escola**, - 2019. Disponível em:

<<http://www.presentenaescola.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>> Acesso em 20 de abr. 2021.

\_\_\_\_\_ **Programa 'Se Liga!' oferece intensificação da aprendizagem para alunos da rede estadual** – 2020, disponível em:

<<http://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Programa-Se-Liga-oferece-intensificacao-da-aprendizagem-para-alunos-da-rede-estadual>> Acesso em 20 de abr. 2021.

\_\_\_\_\_ **Registro de Classe On-line**. [on-line] Disponível em:

<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1468>> Acesso em 20 de abr. 2021.

\_\_\_\_\_ **Secretário de Estado**. Disponível Em:

<<https://www.educacao.pr.gov.br/Pagina/Secretaria-da-Educacao>> Acesso em 17 de jun. 2021

\_\_\_\_\_ **Formação para o Registro de Classe Online 2017**. [on-line] - 17/02/2017. Disponível em:

<<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1468>> Acesso em 28 de abr. 2021

\_\_\_\_\_ **Projetos da rede estadual de ensino são destaque em congresso internacional de educação**. [on-line]- Disponível em: <

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Projetos-da-rede-estadual-de-ensino-sao-destaque-em-congresso-internacional-de-educacao>>. Acesso em 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_ **Orientação Conjunta 010/2021** – DEDUC/DPGE/DG/SEED. 2021  
Disponível em:

<<https://www.educacao.pr.gov.br/Orientacoes#:~:text=Orienta%C3%A7%C3%A3o%20Conjunta%20n%C2%BA%20010%2F2021,Plano%20de%20Reposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Aulas>> Acesso em 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_ **Decreto Estadual nº 4.230/2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – COVID-19. Disponível em:

<[http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/2020/DecretoEstadual4230\\_COVID19.pdf](http://www.cedca.pr.gov.br/arquivos/File/2020/DecretoEstadual4230_COVID19.pdf)>. Acesso em 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_ **Decreto 10767 - 12 de abril de 2022**. Regulamenta a Lei nº 20.935, de 17 de dezembro de 2022.

Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-10767-2022-parana-regulamenta-a-lei-no-20-935-de-17-de-dezembro-de-2021-que-institui-a-gratificacao-de-incentivo-escalonada-e-mensal-e-a-gratificacao-de-resultado-de-aprendizagem-para-diretores-e-diretores-auxiliares-das-instituicoes-de-ensino-da-rede-de-educacao-basica-no-estado-do-parana>> Acesso em 20 de jun. 2022.

\_\_\_\_\_ **CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Deliberação CEE/CEP 001/2020**. Disponível em:  
<<http://www.cee.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=774>>. Acesso em 20 de jun. 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da Escola e Educação como Prática**

**Democrática**. In Políticas educacionais e organização do trabalho na escola/ Bianca Cristina Correa e Teise Oliveira Garcia (organizadoras); Vitor Henrique Paro [et al.] – São Paulo – Xamã, 2008.

\_\_\_\_\_. **Administração Escolar: Introdução crítica**/ Vitor Henrique Paro. – 13. Ed. – São Paulo: Cortez, 2005.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **O custo de uma educação de qualidade**. In Políticas educacionais e organização do trabalho na escola/ Bianca Cristina Correa e Teise Oliveira Garcia (organizadoras); Vitor Henrique Paro [et al.] – São Paulo – Xamã, 2008.

PRADO, Vinicius. **Renato Feder: Quem é e o que pensa sobre educação o secretário do Governo Ratinho Junior, no PR**- 10 de novembro de 2018.

Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2018/11/10/renato-feder-quem-e-e-o-que-pensa-sobre-educacao-o-futuro-secretario-do-governo-ratinho-junior-no-pr/>>

Acesso em 17 de jul. 2021

PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. **As DCN/2019 para a formação de professores: tensões e perspectivas para o curso de pedagogia.** Revista Práxis Educacional v. 17, n.46, p. -21, jul/set. 2021. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8925#:~:text=Este%20artigo%20analisa%20as%20Diretrizes,condicionaram%20a%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20desse%20curso.>> Acesso em: 09 de jun. 2022.

RUSSO, MIGUEL HENRIQUE. **Planejamento e burocracia na prática escolar: sentidos que assumem na escola pública.** RBPAAE - v. 32, n. 1, p. 193 - 210 jan./abr. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/62356>> Acesso em 13 de mar. 2021.

SAVIANI, Demerval. **O Espaço Acadêmico da Pedagogia no Brasil: Perspectiva Histórica.** Paidéia, 2004, 14 (28), 113 – 124. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/b7ZLqsDKYbFk7SYMCCkZ7b/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 de jun. 2022.

**O Papel do Pedagogo como Articulador do Trabalho Pedagógico na Sociedade do Capital.** Palestra UENP Cornélio Procópio, em 8 de mar. de 2012. Disponível em: <<http://www.ccp.uenp.edu.br/noticias/2012/1204/n101-040.pdf>> Acesso em 09 de jun. de 2022.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. CARVALHO, Lorena Sousa. **Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 50, n. 36, p. 211-239, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085>> Acesso em: 13 de mar. 2021.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Gestão Democrática da Escola e Participação.** Revista Educação e Políticas em Debate – v. 1, n.1, jan./jul. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/17378>> Acesso em: 30 de abr. 2022.

**Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa:** “amigos da escola” e outras formas de participação. / Silvana Aparecida de Souza; orientador Vitor Henrique Paro -- Tese (Doutorado – Área de concentração: Estado, Sociedade e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2008. 304p. - São Paulo –SP. Disponível em: <

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-103840/pt-br.php>>

Acesso em 28 de set. 2022.

SCHERER, Danielle Severo. SILVA, Luciane Cristina. ANDRÉ, Tamara Cardoso. **A Implantação do Registro de Classe Online (Rco) em um Colégio Estadual no Município de Foz do Iguaçu: Limites e Possibilidades**. Congresso Internacional Humanidades nas Fronteiras – 2017 p.101 a 115. Disponível em: <[https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3547/Artigos%20Humanidades\\_%20101-115.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3547/Artigos%20Humanidades_%20101-115.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 23 de abr. 2021

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e Burocracia**. 2012 – Editora Unesp.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia. Organização e Introdução** H.H. Gerth e C. Wright Mills. LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. 1982

.

.